

*Adens, conselheiro*

100 anos sem Rui Barbosa

ANAIS



# *Adens, conselheiro*

## 100 anos sem Rui Barbosa

### ANAIS

Organização  
Ana Carolina Nogueira  
Aparecida Rangel

Fundação  Casa de Rui Barbosa

Rio de Janeiro, 2024

*Presidente da República*  
Luiz Inácio Lula da Silva

*Ministra da Cultura*  
Margareth Menezes

Fundação Casa de Rui Barbosa

*Presidente*  
Alexandre Santini

*Diretor Executivo*  
Ricardo Calmon

*Diretora do Centro de Memória e Informação*  
Lucia Maria Velloso de Oliveira

*Chefe do Museu*  
Aparecida Rangel

*Chefe do Setor de Editoração*  
Benjamin Albagli Neto

*Projeto Gráfico do Miolo e Diagramação:* Viviane Laurelli | Tikinet  
*Capa:* Viviane Laurelli | Tikinet

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981 Fundação Casa de Rui Barbosa  
Adeus, conselheiro : 100 anos sem Rui Barbosa : anais [recurso eletrônico] / organização Ana Carolina Nogueira; Aparecida Rangel. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2024.  
1 e-book no formato pdf (100 p.).  
Eventos realizados em 1º de março e 21 de junho de 2023.  
ISBN 978-65-88295-33-5  
1. Rui Barbosa, 1849-1923. 2. Centenário da morte. I. Nogueira, Ana Carolina, org. II. Rangel, Aparecida, org. III. Título.

CDD 920

Responsável pela catalogação:  
Bibliotecária – Dilza Ramos Bastos  
CRB7/2.348

Fundação Casa de Rui Barbosa  
Rua São Clemente 134, Botafogo 22260-000, Rio de Janeiro, RJ  
Telefone (21) 3289-4600  
[www.casaruibarbosa.gov.br](http://www.casaruibarbosa.gov.br)

Colóquio de abertura da mostra “Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3AS3X8D4-8E>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

- 1) ALENCAR, José Almino de. *Rui Barbosa*: algumas considerações sobre a sua biografia e atuação política.
- 2) LYNCH, Christian Edward Cyril. *Rui Barbosa*: monumentalização de um personagem. Transcrição da palestra de 1h07min.34s a 2h04min.14s, por Márcia Pinheiro Ferreira.

Colóquio de encerramento da mostra “Adeus Conselheiro, 100 anos sem Rui Barbosa”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zXjUvnjBvyg&t=7064s>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

- 3) SILVA, Jéssica Maria da; FERREIRA, Márcia Pinheiro. *Centenário da morte de Rui Barbosa*: reconstituição do cenário de seus últimos momentos.
- 4) VENEU, Marcos Guedes. *In hora mortis*: os últimos momentos e os funerais de Rui Barbosa em Petrópolis.

# *Adens, conselheiro*

100 anos sem Rui Barbosa

## *Créditos*

Presidente da República:  
Luís Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura:  
Maria Lúcia Alves

Fundação Casa de Rui Barbosa

Presidente:  
Alexandre Soárez

Chefe de Museu Casa de Rui Barbosa:  
Ana Carolina Nogueira

Revisão:  
Museu Casa de Rui Barbosa  
Serviço de Arquivo Histórico e Institucional

Identificação Montagem:  
Ana Carolina Nogueira, Agnieszka Baugel, Carlos André Rufino, Diego  
Raffin, Fábio Barreiros, Gislânia Faia, Gislene da Frózio, Jéssica Maria da  
Silva, Jorge Mazzarini, Márcia Pinto, Mônica Cunha, Fabio Andrade da  
Conceição, Priscila Vasserman, Priscilla Pimentel e Rafael do Oliveira Amaro.

Agendaequipe:  
Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, Serviço de Bibliotecas, Serviço  
de Administração e Serviços Gerais, Serviço de Edificações, Serviço de Preser-  
vação, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Ian Teixeira dos Santos, Museu  
de Astronomia e Ciências Afins e Museu Aeroespacial.



100 ANOS SEM RUI BARBOSA 1891-2011

ESTADO DE SÃO PAULO  
INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

INSTITUTO  
BRASILEIRO  
DE HISTÓRIA  
E GEOGRAFIA

GOVERNO FEDERAL  
ESTADO DE SÃO PAULO

## **Sumário**

### **Apresentação**

9

dia 1º de março de 2023

**Rui Barbosa: algumas considerações sobre a sua biografia e atuação política**

*José Almino de Alencar*

11

**Rui Barbosa: monumentalização de um personagem**

*Christian Edward Cyril Lynch*

27

dia 21 de junho de 2023

**Centenário da morte de Rui Barbosa: reconstituição do cenário de seus últimos momentos**

*Jéssica Maria da Silva, Márcia Pinheiro Ferreira*

41

***In hora mortis: os últimos momentos e os funerais de Rui Barbosa em Petrópolis***

*Marcos Guedes Veneu*

87



## **Apresentação**

No ano de 2023, marcado pelo centenário do falecimento de Rui (1923-2023), o Museu Casa de Rui Barbosa, em parceria com o Arquivo Histórico e Institucional e o Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), promoveu uma série de eventos para refletir sobre sua vida e obra, bem como narrar o contexto e a repercussão de sua morte.

Nosso patrono se distinguiu como uma das figuras mais emblemáticas de seu tempo. Homem de múltiplos talentos, destacou-se como advogado, jornalista, político, ensaísta e, eventualmente, como diplomata. O brilhantismo do jurista, famoso pela oratória e pela defesa impetuosa de seus ideais, foi reverenciado por muitos durante sua vida e amplamente homenageado por ocasião de sua morte.

Os museus-casas, principalmente os de personalidades, têm como particularidade revelar aspectos privados de pessoas públicas. E, nesse contexto, a mostra “Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa” conduziu o público a grande comoção nacional desencadeada pela notícia de sua morte, inúmeras homenagens e significativa adesão popular ao seu velório e sepultamento, mas também à face humana da partida de Rui, por meio dos objetos de luto, de depoimentos de amigos e parentes e da reconstituição de seu quarto de morte, contextualizando toda a carga simbólica e religiosa do ambiente.

Os colóquios promovidos para abertura e encerramento da mostra, além de relacionarem o pensamento e a atuação de Rui Barbosa, delineando sua trajetória profissional e seus reflexos para a sociedade contemporânea, difundiram o fruto de pesquisas desenvolvidas na Casa, por pesquisadores, tecnologistas e bolsistas, conforme missão institucional da Fundação criada para “o desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, cumprindo-lhe, especialmente, a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei nº 4.943, 6 de abril de 1966.





## Rui Barbosa: algumas considerações sobre a sua biografia e atuação política

JOSÉ ALMINO DE ALENCAR\*

Lentamente, como a chama de uma lamparina que se foi extinguindo, faleceu ontem em Petrópolis o Senador Rui Barbosa. A vida se arraigara de tal modo àquele organismo, afeiçoando-o, infiltrando-lhe a cada passo as energias as mais fortes, retemperando-o contra os colapsos perigosos da idade que a notícia hoje de seu desaparecimento vai dar ao país uma sensação de pungente surpresa.

Assim o *Correio da Manhã* de 2 de março de 1923 iniciava matéria sobre o falecimento de Rui Barbosa – no estilo jornalístico da época, rebuscado nas imagens e que não regateava a veneração beata, expressão da composição de seu mito –, ocorrido na véspera às 20h25min, depois de receber a extrema unção. Seu corpo foi velado na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, de onde saiu para ser sepultado no cemitério São João Batista, acompanhado de grande massa popular.

Tendo nascido em 5 de novembro de 1849, faleceu, portanto, aos 73 anos incompletos, idade relativamente longeva quando a comparamos às idades de falecimento de amigos ou contemporâneos notáveis, como Joaquim Nabuco (seu perfeito coetâneo), morto aos 61 anos; José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, falecido aos 67 anos; ou Silvio Romero (63 anos).

Na verdade, este padrão de média de vida não se diferenciava do que então vigorava entre as camadas relativamente privilegiadas nas regiões mais avançadas do mundo, embora assinale uma diferença significativa das marcas atingidas no Brasil de hoje. E pode constituir eventualmente informação de interesse para o estudo comparativo entre gerações, quando identificamos alguma especificidade: por exemplo, nas suas correspondências pessoais, as autoimagens de envelhecimento – queixumes sobre mazelas crônicas, cansaço, desilusões, finitude etc. – vão se tornando progressivamente quase fórmulas rituais de saudação – e isto entre homens ainda (diríamos nós) quarentões.

Rui Barbosa<sup>1</sup> nasceu em Salvador, na Bahia, no ano anterior à lei Eusébio de Queirós, aprovada em 1850 que determinou a proibição definitiva do tráfico negreiro no Brasil. A lei Feijó de 7 de novembro de 1831 já proibia o tráfico de escravos. Apelidada de “lei para inglês ver” (por sua suposta ineeficácia) ela, no entanto, conseguiu retrair o crescimento da importação de cativos, mas não deteve seu fluxo durante aquela década de 1830.

---

\* Doutor em Sociologia pela Universidade de Chicago, pesquisador titular aposentado e ex-presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (2003-2010), sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

<sup>1</sup> Filho primogênito de João José Barbosa de Oliveira (1818-1874) e de Maria Adélia Barbosa de Oliveira, nascida de Almeida (1818-1867). Não há evidência material alguma de que tenha recebido o nome Rui Barbosa de Oliveira. Nos documentos disponíveis, como a matrícula e o diploma da Faculdade de Direito de São Paulo, o registro de casamento e os inúmeros trabalhos que assinou, figura apenas o nome Rui Barbosa.



As grandes cidades brasileiras, Rio, Salvador e Recife eram então cidades negras – é comentário comum no registro de viajantes estrangeiros –, até porque uma boa parte da população livre era preta e mestiça. E tratava-se de uma população multilíngue.

Com efeito, em 1850, Salvador deveria ter por volta de 250 mil habitantes. Um em cada cinco era escravo. Tendo em vista a renovação de africanos pelo tráfico, apenas extinto, e os elevados níveis de mortalidade, uma boa parte dos cativos não nascera no Brasil e muitos não falavam a nossa língua. De tal modo que a proficiência em português era frequentemente utilizada nos anúncios de jornais para descrever escravos fugidos.

Foi assentado nessa realidade sociológica que Rui Barbosa nasceu e viveu até os 40 anos, quando da Proclamação da República em 1889. Em pleno Segundo Reinado que duraria ainda quatro décadas, no qual vigia um relativo, mas continuado e pacífico convívio oligárquico, sob a tutela do Poder Moderador real, naquilo em que o exagero lírico-sentimental de Joaquim Nabuco considerava um traço da monarquia brasileira: a “brandura e suavidade de costumes públicos”. E, vale acrescentar, nutrido pela literatura liberal mais adiantada, já então imbuída de cautelas para com os efeitos considerados nocivos da Revolução Francesa. A estrutura social do país era pétrea e retrógrada, mas novos assuntos e teses chegavam dos grandes centros de pronto para aqueles dispostos a absorvê-los.<sup>2</sup>

Tínhamos, portanto, uma sociedade escravista em que as elites políticas haviam estabelecido um espaço liberal de coexistência. Para tal, na definição de Christian Lynch (2007, p. 96), “era preciso circunscrever o ideário de liberdade e igualdade política ao espaço senhorial”.

Lynch encontra uma ilustração para essa síntese no pensamento de Diogo Feijó:

Feijó atribuía o “sentimento de igualdade profundamente arraigado no coração dos brasileiros” ao fato de que a escravidão lhes incutira no espírito, enquanto senhores, um “caráter já de independência e soberania que o observador descobre no homem livre, seja qual for o seu estado, profissão ou fortuna”. E concluía: “Quando ele percebe desprezo ou ultraje da parte de um risco ou poderoso desenvolve-se imediatamente o sentimento de igualdade; e se ele não profere, concebe ao menos no momento este grande argumento: Não sou seu escravo”. Ou seja, a virtude pública da liberdade e da cidadania surgia da opressão no âmbito privado. (FEIJÓ, 1999, p.136 apud LYNCH, 2007, p. 96)

É neste intervalo diminuto, no qual vicejava a “virtude pública da liberdade e da cidadania”, que a vida cívica e política do jovem Rui Barbosa inicia e progride, impulsionada, como a de muitos de sua geração, pelo talento, mas também pela herança material ou do prestígio familiar, pela cooptação e pelo favor.

Em conferência proferida na Faculdade Nacional de Direito, João Mangabeira concluía sobre o que mais poderia assegurar a presença de Rui Barbosa naquela geração de jovens a quem se dirigia no ano de 1952, afirmando: “[Estará presente] o Rui que escreveu nas almas, sobretudo com a prática de sua vida, com o espetáculo de sua luta contra a violência, contra a mentira e contra a opressão” (MANGABEIRA, 1995).

Guardo aqui a expressão “prática de sua vida” como sinônima de sua vida pública, livre do sentido edificante dado por Mangabeira e tomando-a na sua forma mais literal: o conjunto daquelas ações orientadas

---

<sup>2</sup> A biblioteca de Rui Barbosa tem um curioso exemplo da rapidez como essas ideias por aqui chegavam. Ali se encontra um exemplar da segunda edição do *L'Ancien Régime et la Révolution*, de Aléxis de Tocqueville, Édition Beaumont, 1866. Traz a marca de uma livraria recifense e foi comprado no mesmo ano, pelo calouro da Faculdade de Direito local, Rui Barbosa.

pelos valores, pelas doutrinas, ponderadas pela razão analítica ou pelo cálculo, revistas à luz da experiência e que constituem o fulcro mesmo da atividade política. Dessa maneira, Rui Barbosa ficaria exposto como o “protagonista político de primeiro plano que foi: uma vigorosa combinação, portanto, de logos e pragma, ponto cuja importância parece ter escapado a muitos de seus estudiosos” (LAMOUNIER, 1999, p. 52).

De fato, ao evocar a figura de um Rui Barbosa pragmático, oponho-me a estereótipo enunciado frequentemente pelos seus críticos – mas que é também muitas vezes confirmado por seus admiradores, obviamente com outro sentido e propósito: para eles Rui era um ingênuo, insensível à nossa história. Imune às realidades sociológicas de um país constituído, na sua grande maioria, de uma população primitiva e governada por uma elite oligárquica, estaria condenado – por espírito de imitação comum à intelectualidade brasileira – a defender códigos e constituições importadas ou exóticas, no dizer de um Oliveira Viana (1949), por exemplo.

Por outro lado, muitos dos seus admiradores gostam de apresentá-lo como sendo um idealista intransigente que, no curso de sua vida, defrontara-se permanentemente com a mesquinhez da política nacional, muito aquém das suas virtudes cívicas e do seu talento. Nas duas acepções, um traço comum: o da distância entre Rui Barbosa e a sociedade brasileira.

Mas, quando examinamos a trajetória de sua vida política, observamos que foram poucos os seus contemporâneos, naturalmente tomando aqui em consideração apenas os mais ilustres, que se empenharam tanto quanto ele e, sobretudo tão continuamente, na prática da política real e com tanto sucesso: prática e sucesso ao lidar com as políticas partidárias, parlamentares, eleitorais, por vezes até mesmo locais,<sup>3</sup> com as implicações de cálculo, negociações e transigências que se impunham aos espíritos mais altivos e intransigentes.

Na segunda parte do século XIX, o progresso econômico<sup>4</sup> fez-se acompanhar de uma diferenciação no sistema social como um todo. O crescimento urbano é expressivo, com as grandes cidades passando a concentrar uma maior parte da população urbana. Nelas, formava-se uma “massa crítica” que viria a ser cada vez mais politicamente importante.<sup>5</sup>

Uma estrutura ocupacional e social mais diversificada, sobretudo nas camadas urbanas e nas elites, o crescimento em números de elementos das profissões liberais, o desenvolvimento, ainda que muito incipiente, de uma camada média urbana, nem sempre herdeiros diretos de posições de fortuna ou de poder, possibilitavam mudanças na agenda política e um maior dinamismo na vida pública.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> A título de ilustração de seu envolvimento na “*politique politique*”, este exemplo no final de sua vida: “No dia 27/02/1923, ou seja, dois dias antes de sua morte, Rui Barbosa se reuniu com políticos baianos, em sua casa em Petrópolis, para escolha do candidato a governador da Bahia. Um dos pretendentes ao cargo, [Aurelino] Leal deixa de comparecer e, em carta, opina que se entregue a solução do caso ao arbítrio do presidente Artur Bernardes. Rui, irritado com a sugestão, profere um longo e veemente discurso. Logo a seguir, sente-se mal e seu estado piora rapidamente. Uma junta médica convocada no dia seguinte, 28/02, dá o seu caso como perdido. Horas depois, ele vem a falecer” (cf. MAGALHÃES, 2021, p. 264).

<sup>4</sup> Em grande parte, esse desenvolvimento deveria-se à cafeicultura que se expandiu pela Baixada Fluminense, pelo vale do Paraíba e pelo oeste paulista. A proibição do tráfico de escravos em 1850 disponibilizara mais capital, antes empregado naquele comércio, para investimento em outras partes da economia. O Estado passou a promover o investimento estrangeiro em setores de infraestrutura, como portos e ferrovias, garantindo muitas vezes um rendimento mínimo para tais investimentos.

<sup>5</sup> Cf. Cardoso (1987).

<sup>6</sup> José Murilo de Carvalho (2005) examina em detalhe as mudanças e combinações no tempo entre os vários estamentos que ocuparam as posições dirigentes na organização do Estado: magistrados, clero, militares e profissionais liberais. Ver, sobretudo, os capítulos 7 e 8 de *A construção da ordem*.

Talvez tenha razão Raymundo Faoro ao escrever que “o convívio entre as forças nacionais e a ditadura régia exigia órgãos representativos”. Seja como for, criou-se um espaço diversificado de participação, de inclusão (ou cooptação) política, compreendendo câmaras municipais, provinciais e parlamento, assim como os diversos níveis do executivo e agrupamentos partidários que competiam em torno do beneplácito do trono. Tornando-se arranjo administrativo continuado, daria formato ao espaço político-institucional que reuniria parte daquela mínima (e qualificada) porção da população que poderia ser atraída pela política e pelos negócios públicos.

A geração de Rui Barbosa que era composta por nomes como André Rebouças, Rio Branco, Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Tobias Barreto e Tavares Bastos seria parte desse movimento de ascensão: um grupo de jovens candidatos à elite, particularmente talentosos, que se beneficiam de um contexto histórico excepcionalmente favorável: longe do estado servil e do trabalho manual, começam a vida adulta em um período de enriquecimento do país, de equilíbrio financeiro, quando a vida política já se encontra pacificada, com regras de acesso bastante restritivas, mas previsíveis, em que o regime tolera a manifestação de ideias e opiniões diversas, e o chefe de governo promove, discricionariamente, é bem verdade, a alternância partidária no poder.

As condições de ascensão social eram certamente ainda precárias, advindas ou dependentes de fatores quase fortuitos, como as cumplicidades construídas nas poucas faculdades existentes, de alianças por casamento e de iniciativas de cooptação e de favorecimento, promovidas pelos que estavam no topo da escala social e de poder. Rui Barbosa trilhou esse corredor estreito e subiu essa escada difícil, caminhos balizados pela vontade e pelo interesse dos que mandavam. Começou cedo e avançou rapidamente.

Em artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 5 de maio de 1889, ele rememora o início do seu engajamento na política partidária entre os liberais da Bahia:

Formando-me em 1870, encontrei, na Bahia, dividido o Partido Liberal. Acaudilhava esse [o] irmão de minha mãe os dissidentes. Meu pai<sup>7</sup> estava, e esteve, até falecer, ao lado do Sr. Saraiva e do Sr. Dantas,<sup>8</sup> como toda a gente sabe. Acompanhando a estes, segui, portanto, as pegadas paternas. Seria natural que preferisse ao pai, cujo espírito era um foco luminoso, o tio, inimigo irreconciliável dele?

Que o diga o senso comum e o coração dos que o têm. (BARBOSA, 1947, p. 258)

---

<sup>7</sup> João José Barbosa de Oliveira (2/7/1818-29/11/1874). João José ingressara na política protegido pelo cunhado, Luís Antônio Barbosa de Almeida, com a ajuda de quem se elegeu deputado provincial em 1846. Em 1848, a queda do gabinete liberal de Francisco de Paula (Sousa e Melo) impossibilita a renovação do seu mandato. Ainda por indicação do cunhado, entra na redação d'*O Século*, jornal liberal de Salvador. No entanto, seguem-se anos de dificuldades e aperturas para João José. Maria Adélia inicia a fabricação caseira de doces, para ajudar nas despesas. Entre 1864 e 1868, João José consegue eleger-se por duas legislaturas, a 12<sup>a</sup> e a 13<sup>a</sup>, deputado geral. O rompimento com o cunhado, em 1866, e a queda do gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1868, dando início a sucessivos governos conservadores por dez anos, inviabilizam a sua carreira política. Novamente passa por dificuldades financeiras e tem que recorrer ao amigo e companheiro de Partido Liberal, João Ferreira de Moura, para manter o filho, que fazia os estudos de direito em São Paulo. Até a sua morte, aos 56 anos, tenta sem sucesso alguns empreendimentos em negócios. cf. Magalhães (1999, p. 13-42).

<sup>8</sup> José Antônio Saraiva, o conselheiro Saraiva (1823-1895), foi deputado geral, senador do Império e da República; presidiu as províncias do Piauí, Alagoas, São Paulo e Pernambuco; foi várias vezes ministro durante o Segundo Reinado, tendo por duas vezes presidido o conselho de ministros. Manuel Pinto de Sousa Dantas (1831-1894) foi presidente das províncias de Alagoas e da Bahia, deputado geral de 1857 a 1868, senador em 1878, e conselheiro de Estado; várias vezes ministro (Agricultura, Justiça, Fazenda e Negócios Estrangeiros); presidiu o conselho de ministros entre 6 de junho de 1884 e 4 de maio de 1885.

Na política, seu pai, João José Barbosa, ligara-se a Manuel Pinto de Sousa Dantas, chefe de uma das facções liberais no estado, que estendeu facilmente sua simpatia ao jovem bacharel, desde muito cedo cercado de uma áurea de precocidade e inteligência brilhante.

Rui Barbosa iniciou sua vida forense no escritório de Dantas. Quase ao mesmo tempo começou a trabalhar no *Diário da Bahia*, jornal do Partido Liberal também controlado por aquele chefe político, no qual logo veio a ser redator-chefe. Não recebia salário. Em 15 de dezembro de 1874, foi nomeado a pedido de Dantas secretário da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, sucedendo a seu pai, falecido 16 dias antes.<sup>9</sup> Em menos de 11 anos viria a ser: uma vez deputado provincial, duas vezes deputado geral, líder da bancada governista e conselheiro do império.

Desponta para a política nacional quando da volta dos liberais ao poder, em 1878, depois de dez anos de domínio conservador. Com a mudança, na Bahia, sempre por indicação do conselheiro Dantas, é eleito deputado e, na Assembleia Geral, atua como ponta de lança do Partido Liberal, diligente e atento às diretrizes dos chefes do Partido.

Naquela altura, dois itens, sobretudo, faziam parte da pauta liberal: a demanda pela eleição direta; e o que era conhecido então por um eufemismo, a questão do elemento servil, dois temas que tocavam em aspectos centrais da organização política e econômica da sociedade brasileira, aos quais viria mais tarde se juntar o debate sobre o federalismo, tópico que fora reprimido quando se enterrara o período regencial, mas que ressurge também na década de 1880, inclusive pelas mãos do próprio Rui.

No que diz respeito à questão da escravidão, a Coroa, durante o gabinete de Rio Branco – quase que inteiramente por conta própria –, tinha dado um passo na direção da extinção do trabalho escravo, com a lei de 28 de setembro de 1871. Adiava-se, por assim dizer, a discussão da abolição total da escravidão por mais de uma década, quando então o movimento abolicionista passa a crescer de maneira mais significativa,<sup>10</sup> no qual a geração de Rui Barbosa veio a ter um papel protagonista.

A participação de Rui como principal redator da lei que introduzia a eleição direta – substituindo a eleição em dois graus, em que o corpo eleitoral escolhia um grupo de eleitores que elegiam os representantes nos parlamentos provinciais e geral – é por demais conhecida pelos estudiosos do período.

Poucos dias antes da apresentação do projeto, ele escreveria a Manuel Dantas (1962, p. 39) reafirmando sua solidariedade às orientações do governo: “sei que o gabinete rejeita o sufrágio universal, que eu também absolutamente não quero” e dizendo do seu propósito de defender uma “lei tão perfeitamente liberal quanto as circunstâncias nos permitirem”.

---

<sup>9</sup> “Tão Brasil”, diria Manuel Bandeira, é o nome do que parece ser um arranjo comum deste grupo social ao qual pertencem Dantas, João José e o recém-admitido, Rui Barbosa. “Filho único e solteiro de mãe recém-viúva”, Rui herda o emprego de seu pai e continua trabalhando gratuitamente no jornal do Partido Liberal.

<sup>10</sup> A discussão sobre a escravidão encontrava uma permanente resistência no Parlamento Brasileiro. É certo que por lá prevaleciam os grandes proprietários de escravos, mas o interesse na escravidão ia além dos interesses da monocultura exportadora e reunia grandes porções de atividades econômicas e meios sociais diferentes. Em primeiro lugar, ela era nacional: dizia respeito a todo território nacional, parte integrante (do ser) do espaço jurídico da nação inteira. O que a diferenciava, por exemplo, de certas situações coloniais, nas quais a legislação limitava o regime escravista ao território colonial, reiterando a virtude emancipacionista do solo metropolitano. Ou, dos Estados Unidos, onde ela se limitava a certos estados. Acrescente-se o fato de que havia uma quantidade expressiva de proprietários com um número pequeno de escravos, em particular nas cidades. Vale lembrar, a pesquisa histórica vem identificando mais regiões ou tipos de produção econômica que empregavam a mão de obra escrava. A propriedade de escravos era por assim dizer mais dispersa do que se pensava e mais “democratizada”.

Aprovada em 9 de junho de 1881, a lei que ficou conhecida como lei Saraiva<sup>11</sup> mantém a restrição censitária, elimina o voto do analfabeto, exclui praticamente o assalariado privado do direito de voto e torna o voto facultativo. Por outro lado, introduz alguns pontos liberalizantes: o voto aos acatólicos, aos libertos e aos naturalizados.

Durante a discussão da nova legislação eleitoral, abriu-se uma campanha parlamentar promovida por uma dissidência liberal mais radical,<sup>12</sup> liderada por José Bonifácio, o Moço, que se opunha à eliminação do voto do analfabeto. “Significaria”, dizia ele em discurso de 28 de abril de 1879, “repudiar os que nos mandaram a esta câmara. Aqueles que são os verdadeiros criadores da representação nacional”.

Batia-se ele também contra elevação do limite censitário. O texto proposto não seria uma garantia de maior independência do eleitor: “O pobre corrupto vende-se por dinheiro, o advogado por contratos administrativos, o cortesão por títulos, [...] os ambiciosos por empregos e posições. Ainda não se descobriu o sinal para separar os honestos dos desonestos, pobres ou ricos”.

Rui Barbosa defenderá os pontos principais da proposta governamental, por ele redigida. Quanto ao voto do analfabeto, dirá:

A necessidade de saber ler e escrever não são uma limitação do direito; é apenas uma condição ao seu exercício; visto ser impossível desempenhar a função de eleitor quem não souber escrever a sua lista [...]. Não quero nem o absolutismo dos príncipes não obstante sua educação, nem o absolutismo da ignorância, das multidões brutas; a inteligência deve governar, e só ela.<sup>13</sup> (BARBOSA, 1943, p. 241, 245)

Tratando-se do censo pecuniário – uma vez que o projeto também elevava o mínimo da renda líquida anual para o eleitor –, Rui Barbosa argumentava que só um indigente viveria no Brasil com uma renda anual menor do que a exigida pelo projeto (quatrocentos mil-réis), o que lhe tolheria a independência ao votar: “para tal grupo de pessoas o sufrágio representaria quase sempre o preço do chapéu, da jaqueta e dos sapatos, recebidos, na hora, do candidato pelo eleitor maltrapilho, sob o pretexto de acomodar a decência do traje ao decoro eleitoral” (BARBOSA, 1943, p. 241, 245).

O debate reproduzia uma antinomia presente até hoje nas interpretações de pensadores sociais: enquanto José Bonifácio e os seus aliados viam no aprimoramento da sociedade o motor para a elevação do indivíduo, Rui Barbosa (1943, p. 279) insistia “que o princípio elementar de toda liberdade, de toda inteligência, reside na molécula humana, no individuo vigoroso, instruído e livre”; cabia, portanto, primeiro elevar-se o indivíduo para se obter “uma sociedade robusta, livre e sábia”. Tratava-se, pois, de ter bons eleitores para que se obtivessem boas eleições (HOLANDA, 1987, p. 227).

A criação de instituições que garantissem a liberdade individual e a democracia contribuiria então para que se rompesse e superasse o estado sociocultural precário da população, servindo-lhe de referência, de balizamento e guia para a prática desta mesma liberdade e da democracia. Em outras palavras, a democracia seria construída pela prática da democracia.

---

<sup>11</sup> O projeto era iniciativa do Gabinete Saraiva, cujo ministro da Justiça era Manuel Pinto de Sousa Dantas.

<sup>12</sup> Da qual, na discussão desse projeto, faziam parte: Joaquim Nabuco, Silveira Martins, Saldanha Marinho e Pedro Luís Pereira de Sousa, entre outros.

<sup>13</sup> Citando o conselheiro Saraiva.

A interdição do voto do analfabeto e a imposição da barreira de renda não constituíam obviamente prerrogativas do sistema eleitoral brasileiro (de resto como a exclusividade do voto adulto masculino) e, neste respeito, Rui Barbosa (1966, p. 22) chamava em seu favor a opinião de Stuart Mill – “o maior pensador político do nosso tempo, o autor dos melhores livros modernos sobre a democracia e a liberdade, o sábio bem temperado nas suas opiniões”:<sup>14</sup>

Só os homens, diz Rui citando Stuart Mill em quem uma teoria irrefletida **emudeceu o senso comum**, sustentarião que se deva entregar o poder sobre os outros, o poder sobre a comunidade inteira a indivíduos que não tenham adquirido as condições mais ordinárias e essenciais para curar de si mesmos, para gerir com inteligência os próprios interesses e os das pessoas que proximamente lhes digam respeito. (BARBOSA, 1966, p. 22, grifo do autor)

Para Stuart Mill, somente a liberdade era capaz de assegurar o avanço civilizatório, movido pelo aprimoramento da razão e do conhecimento. O governo representativo ou parlamentar seria a mais bem elaborada das formas de governo justamente porque conciliava a participação da maioria ignorante com a direção da minoria esclarecida. Na medida em que só as pessoas mais evoluídas, moral e intelectualmente, favoreciam e difundiam na massa os princípios da obediência e do trabalho, cabia a elas governar a sociedade, para assegurar seu aperfeiçoamento, e evitar o retrocesso que resultaria da sua direção pela maioria ignorante. Todavia, os representantes do povo deveriam fiscalizar esse governo, para impedir a burocracia de cair na rotina e para manter acessos os interesses sociais, cujo entrechoque estimulava a atividade intelectual e salvaguardava a livre iniciativa.

A preocupação de Mill (1998)<sup>15</sup> com a qualidade do governo democrático também refletia em suas concepções sobre a extensão e a forma do sufrágio. Embora professasse a universalização do voto, ele se fez inimigo acérrimo do voto do analfabeto: a instrução era condição sine qua non para o gozo dos direitos políticos, pelo que *o ensino universal terá de preceder a libertação universal*.

Para Rui Barbosa, seguindo Stuart Mill, salvaguarda das liberdades individuais, a lei constituía o limite intransponível da democracia e da soberania popular, pois permitia à justiça, isto é, à razão e à liberdade, se sobrepor à vontade irracional do povo ou do tirano. Daí sua predileção pelo *habeas corpus*, por meio da qual o direito e a justiça libertavam o indivíduo do arbítrio da política e das paixões da soberania. Segundo uma de suas frases mais citadas: “A democracia mesma, não disciplinada pelo direito, é apenas uma das expressões da força, e talvez a pior delas” (BARBOSA, 1892, p. 58-59).

Em 30 de junho de 1881, o gabinete liberal procede à dissolução da Câmara, para que se pudesse pôr em prática a nova lei eleitoral sancionada por ele próprio. Com o corpo eleitoral bastante reduzido, as eleições surpreenderam e ficaram conhecidas como uma das mais livres do Império. Os conservadores elegeram uma forte minoria e notadamente a província do Rio de Janeiro elegeu uma maioria conservadora para representá-la (MONTEIRO, 1913, p. 50).

No seu conjunto, o pleito foi um completo desastre para o pequeno grupo de candidatos liberais mais radicais, sobretudo a facção abolicionista: Joaquim Nabuco<sup>16</sup> e Jerônimo Sodré<sup>17</sup> não se reelegeram.

---

<sup>14</sup> A primeira edição é de 1896.

<sup>15</sup> A primeira edição é de 1861.

<sup>16</sup> Desencorajado com a derrota, Joaquim Nabuco deixa o Brasil para Londres, a 1º de fevereiro de 1882. Trabalha como correspondente do *Jornal do Commercio* e dedica-se à preparação de *O abolicionismo*. Cf. Alencar (2002, p. 20).

<sup>17</sup> Jerônimo Sodré Pereira (1840-1909) fez a campanha abolicionista, na qual se distinguiu desde um discurso em 5 de março

Sancho de Barros Pimentel<sup>18</sup> foi derrotado, em Sergipe. Quintino Bocaiúva,<sup>19</sup> candidato pelo minúsculo Partido Republicano, não teve melhor sorte.<sup>20</sup> Na Bahia, com o apoio de Manoel Dantas, Rui consegue se reeleger embora com dificuldade. Ao voltar para Corte no final de 1881, atravessaria mais quatro gabinetes liberais – Martinho Campos,<sup>21</sup> Paranaguá, Lafayette Rodrigues Pereira<sup>22</sup> e Manuel de Sousa Dantas – antes de ser derrotado nas eleições de dezembro de 1885.

Com todos, à exceção do gabinete Paranaguá, com quem mantinha divergência oriunda da política baiana, ele teve envolvimento próximo. Provavelmente motivado por tão firme e determinada solidariedade, Lafayette propôs ao Imperador que lhe concedesse o título de conselheiro, obtido em 31 de maio de 1884, invocando os seus serviços à educação. Rui Barbosa alcançava, portanto, uma das posições mais honrosas da Monarquia brasileira, antes de completar 35 anos de idade (MAGALHÃES, 1999, p. 62).

A ascensão do novo gabinete de Cotegipe marca o início de um governo dos conservadores por mais três anos, o que tornaria praticamente inviável a volta de Rui ao parlamento até o fim da monarquia. Por três vezes, tentou a eleição, sem sucesso, para a Câmara de Deputados: duas vezes pela Bahia, em janeiro de 1886 e em maio de 1888. Quando se organiza o que seria a última eleição do Império, em agosto de 1889, ele se vê excluído da chapa liberal na Bahia. Um grupo de amigos apresenta a sua candidatura pela Corte, mas ele é derrotado pela terceira vez.

Entre 1885 e a Proclamação da República, Rui Barbosa se dedica, sobretudo, ao jornalismo e à advocacia. É o seu período de “muda”, entra em uma nova fase. Assume a direção de um pequeno jornal, o *Diário de Notícias*, que prospera sob as suas ordens. Nesse período, publica centenas de artigos. O seu prestígio na Corte como personagem público e polemista se consolida e amplifica-se. Passa a defender com insistência o sistema federalista, toma o partido dos militares nos seus conflitos com os gabinetes conservadores.

Com a queda do gabinete conservador de João Alfredo, e a posse do liberal visconde de Ouro Preto,<sup>23</sup> em 7 de junho de 1889, Rui, tendo-se recusado a participar do gabinete, afasta-se da política liberal e antevê a República, ou dela se aproxima:

---

de 1879, na Câmara de Deputados, representando a Bahia, em que proclamava: “Abolição já!”; presidiu a província de Sergipe.

<sup>18</sup> Sancho de Barros Pimentel (1849-1924) foi contemporâneo de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, de quem foi grande amigo; político liberal e abolicionista, presidiu as províncias da Bahia e de Pernambuco.

<sup>19</sup> Quintino Antônio Ferreira de Sousa (1836-1912) foi político, jornalista e escritor; abolicionista, foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870 e tornou-se um dos mais insignes militantes do movimento; depois da Proclamação da República, foi ministro da Agricultura e das Relações Exteriores.

<sup>20</sup> Cf. Viana Filho (1985, p. 97).

<sup>21</sup> Martinho Álvares da Silva Campos (1816-1887) foi por várias vezes deputado, quer pelo Rio de Janeiro, onde foi presidente, quer por sua província natal (Minas Gerais); foi membro do conselho de Estado, senador por Minas em 1882 e chefe do gabinete nesse mesmo ano (21 de janeiro).

<sup>22</sup> Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917) foi político, jurisconsulto e escritor; deputado geral por Minas Gerais, foi republicano; mais tarde, aproximou-se da Monarquia, tendo sido senador, ministro da Justiça e da Fazenda, presidente das províncias do Ceará e do Maranhão; presidiu o conselho de ministros em 1883.

<sup>23</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto (1837-1912), foi deputado, senador, conselheiro de Estado, ministro da Marinha, da Fazenda e presidente do último conselho de ministros do Império.

Os acontecimentos – escreveu no Diário de Notícias – precipitam-se para a República, com mais pressa do que despenhavam para a abolição. A federação era o preservativo. Retardando-a, o gabinete atual está destinado a ser provavelmente o eliminador do terceiro reinado, o derradeiro ministério da Monarquia. (BARBOSA, 1889 apud VIANA FILHO, 1987, p. 223)

Ao mesmo tempo, distancia-se dos Dantas; um comentário de Campos Sales resumiria o assunto: “Depois que o Rui arremessou as cangalhas do velho Dantas, ninguém mais pôde com ele”.<sup>24</sup>

A República antevista por Rui viria por meio do golpe militar de 15 de novembro de 1889. Este tipo de ação militar marca uma importante mudança em relação à fase monárquica, que não conheceu golpes, diferentemente do que ocorria na maioria dos países sul-americanos à época. Ao proclamá-lo, as Forças Armadas tornam-se, ao mesmo tempo, os fiadores e defensores do novo regime.

Rui Barbosa participa do governo provisório e desde logo procura fazer valer tópicos de seu doutrinário liberal. Assim, logo em janeiro de 1890, fará aprovar pelo Conselho de Ministros o projeto de separação da Igreja do Estado que proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos e extingue o padroado.

Ao mesmo tempo, a presença dos militares na cena política passou a ser natural e tornara-se “inevitável” mesmo na elaboração da Constituição de 1891, como observou Felisberto Freire, deputado por Sergipe,<sup>25</sup> quando dá notícia da importância de militares entre os constituintes:

Dos 205 deputados (havia ainda 63 senadores), 46 eram militares. Como classe armada, não podia deixar de ser por sua vez objeto de prescrições constitucionais. O direito público havia de prescrever preceitos que as afetassem e então é bem visível a falta de liberdade de que se ressentiram todas as discussões que afetaram a classe, por parte do elemento civil do Congresso. Não é que os que nele tiveram assento impusessem essa restrição à liberdade de discussão. Não. Ela veio como uma consequência inevitável da situação política, que bem se pôde definir pelo predomínio da classe militar sobre qualquer outra, baixando consideravelmente a cotação política do jurista. E isto constitui um dos fatos mais expressivos da vida do governo republicano. (FREIRE, 1895, v. 3, p. VI apud BALEIRO, 2013, p. 25)

Eleito senador constituinte pela Bahia em 15 de setembro de 1890, Rui tem um papel decisivo na elaboração e redação da primeira constituição republicana. Inclusive, ao traduzir a importância política dos militares em termos constitucionais, com imensa repercussão histórica até os dias que correm.

No texto de 1891, as Forças Armadas são definidas (no seu art. 14) como “instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, e obrigada a sustentar as instituições constitucionais”.

A “defesa interna da União e a manutenção das leis no interior” – essencialmente uma função exercida pelas forças policiais – ganha a mesma legitimidade e importância, entre as atribuições das Forças Armadas, do que a sua “defesa externa”.

---

<sup>24</sup> Cf. Lacombe (1984, p. 36). Quando da Proclamação de República, Rui teve a oportunidade de inverter o sentido do favor: Na época da Proclamação da República, Manuel de Souza Dantas era diretor do Banco do Brasil, ainda nomeado pelo imperador d. Pedro II, cargo que manteve até a morte, em 1894, sem dúvida graças à presença de Rui no Ministério da Fazenda republicano. Cf. Carvalho (2000).

<sup>25</sup> Em sua *Materia constitucional do Brasil*.

Note-se, sobretudo, a expressão “obediência dentro dos limites da lei”. Como assinala José Murilo de Carvalho (2005, p. 132),

redigida por Rui Barbosa para conter o Executivo, serviu posteriormente para justificar todos os intervencionismos, pois parecia dar aos militares o poder de julgar da legalidade das ações do governo. Criou a República o que a Constituição Imperial buscou a todo o custo evitar: uma força armada deliberante.

Desde o estabelecimento do novo regime, “frente às manifestações monarquistas que apareciam ou eram temidas, [...] um novo inimigo entra em cena: os inimigos da República” (D’ARAUJO, 2005, p. 6). Estabelece-se um “precedente que só fará se acentuar ao longo do século: a participação das Forças Armadas na manutenção da segurança interna, do que hoje se chama ‘garantia da lei e da ordem’” (D’ARAUJO, 2005, p. 3-4).

A Constituição de 1934<sup>26</sup> e a Constituição de 1946<sup>27</sup> retomaram no que se referia ao papel dos militares os mesmos princípios da Constituição de 1891. E o artigo 142 da atual constituição, por sua ambiguidade, os mantém, por assim dizer, em suspenso. Essa função tutelar sobre a “ordem republicana”, ou seja, uma espécie de mandato autodesignado de “Poder Moderador”, emprestou naturalmente às Forças Armadas uma importância referencial dentro dos conflitos, acomodações e mudanças na história do país desde a Proclamação da República.

Rui terá uma participação ampla decisiva na redação da primeira constituição republicana. Nela, ao se decidir pelo regime presidencialista e federalista, pensava atender às suas preocupações de ampliar o sistema de representação política ao mesmo tempo em que daria os elementos ao poder central para manter a ordem e a unidade no país. Em outro tópico fundamental: antecipando possíveis extrapolações dos poderes Executivo e Legislativo, tratou igualmente de fortalecer o Judiciário, definindo um papel central para o Supremo Tribunal Federal, encarregado de ser – no dizer de um seu biógrafo – um “poder neutral, arbitral, terminal, que afaste os contendores, restabelecendo o domínio da Constituição” (DELGADO, 1945, p. 141 apud LYNCH; SOUZA NETO, 2012, p. 100).

A promulgação da Constituição, em 24 de fevereiro de 1891, e as eleições pelo Congresso Nacional Constituinte para o primeiro período governamental republicano viriam um mês depois da renúncia coletiva do primeiro ministério do Governo Provisório, do qual Rui Barbosa fazia parte.

Em seguida, é o que se sabe: os conflitos entre Deodoro e o Congresso, a sua deposição e a ascensão de Floriano Peixoto à presidência, sua disposição autoritária e o seu empenho em reprimir a oposição da qual as expressões mais violentas foram a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, movimentos insurrecionais duramente combatidos e derrotados. Floriano consolida a autoridade do regime, mas perde o controle da sua própria sucessão para políticos civis, reunidos em torno de um núcleo forte e coeso: o Partido Republicano Paulista, que promoverá a eleição de Prudente de Moraes.

Para muitos o estabelecimento de um governo civil abriria caminho para a pacificação entre as diversas facções da elite nacional. O momento era de congraçamento, de colaboração. *O dever do momento*, título

---

<sup>26</sup> Art. 77. As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, destinadas a garantir a segurança externa da Nação e a defesa interna das instituições constitucionais e das leis. § 1º As Forças Armadas são essencialmente obedientes, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos.

<sup>27</sup> Art. 177. Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

de uma carta pública<sup>28</sup> do até há pouco monarquista almirante Jaceguai e dirigida a Nabuco – seria o de se integrar a uma República que poderia vir a reconstruir as mesmas características de convivência entre aqueles que habitualmente conduziam os negócios do governo no país durante o Segundo Reinado. E o “governo Prudente de Moraes será a arena onde a forma republicana encontrará seu molde” (FAORO, 2001, p. 638).

No início de 1895, Rui Barbosa ainda hesitava em voltar do exílio na Inglaterra para onde o levara a sua oposição a Floriano. No sul, a revolta federalista resistia e continuava a ser combatida pelo governo da república. Especulava-se sobre a estabilidade do governo do novo presidente civil, sobre uma possível volta do marechal de ferro ao poder. Este, no entanto, viria a falecer em junho do mesmo ano.

Curiosamente, para costumes políticos mais contemporâneos, exilado, Rui Barbosa continuava detentor de seu mandato de senador, mesmo fora do Brasil. Tinha dúvidas ou escrúpulos se deveria guardá-lo (guarda-o): “Como poderei eu continuar ali, lado a lado com essa gente, que assistiu impassível, na Bahia, à tentativa escandalosa de prisão contra mim, e não teve sequer uma palavra, com que protestar depois contra ela na tribuna, ou na imprensa?” Escreve ele em carta de Londres a Antônio Araújo Ferreira Jacobina.<sup>29</sup>

Suspeitava haver influência de Floriano e do florianismo em atos do novo presidente – “a debilidade do Prudente sente-se de um modo muito notável na conservação dos empregos vagos em florianistas dos mais conhecidos”<sup>30</sup> – e, sobretudo na resistência do governo a aprovar o projeto de anistia, em apreciação pela Câmara de Deputados.

Obviamente, a instabilidade do regime seria elemento ponderável dentre as considerações políticas de um exilado prestes a voltar para seu país. Mas, a Rui, além da insegurança natural, afiguria sobremodo a incerteza de seu destino político. Algoz dos jacobinos, partidários de Floriano, sob suspeição dos monarquistas, alguns deles, antigos companheiros de Partido Liberal, distante dos republicanos paulistas, que chegavam ao poder com Prudente de Moraes – até mesmo incompatibilizado pessoalmente com alguns deles, sequela de sua posição predominante durante o primeiro gabinete republicano –, era-lhe difícil vislumbrar um papel no acerto político ainda incipiente e que viria a superar o militarismo republicano até então dominante. E por último, mas não menos importante, não podia confiar nos seus apoios regionais na Bahia, a quem incomodavam o seu prestígio nacional e as suas veleidades de independência.

Retorna a sua banca de advogado e dias depois de sua chegada retoma o lugar no Senado em 24 de agosto de 1895 – um dia após o fim da Revolta Federalista –, em que logo no primeiro dia discursa sobre a pacificação do Rio Grande do Sul e pede anistia irrestrita para os revolucionários. Doravante, por diversas vezes, Rui se insurgirá, por meio do Judiciário, contra atos do Executivo que julga arbitrários, defendendo nos tribunais os que não haviam sido incluídos na lei de Anistia: magistrados aposentados compulsoriamente, professores da Escola Politécnica e os próprios monarquistas, cujo partido fora reorganizado em 1896.

A eleição de 11 de dezembro de 1896 – quando é reconduzido ao Senado sob forte oposição dos seus correligionários e com o apoio decisivo de Luís Viana, então governador da Bahia – marca o início de uma readaptação progressiva de Rui Barbosa aos jogos da política. Contemporaneamente, os episódios de Canudos vão provocar a indignação e a revolta da facção jacobina que viam neles um movimento visando

---

<sup>28</sup> De 2 de setembro de 1895. O texto integral da carta pode ser encontrado em Alencar (2002, p. 59-75).

<sup>29</sup> Carta a Antonio Araújo Ferreira Jacobina, de Londres, em 5 de março de 1895 (LACOMBE, 1949, p. 296).

<sup>30</sup> Carta a Antonio Araújo Ferreira Jacobina, de Londres em 23 de maio de 1895 (LACOMBE, 1949, p. 305).

à restauração monárquica. Uma série de incidentes violentos na capital da República – o assassinato de um diretor de um jornal monarquista, ligado ao visconde Ouro Preto e o atentado contra Prudente de Moraes, em 5 de novembro de 1897 – leva Rui a manifestar firmemente a sua solidariedade ao presidente e ao regime, notadamente em um discurso pronunciado no Senado, no dia seguinte<sup>31</sup> ao atentado.

A eleição de Campos Sales – republicano histórico, na sua variante paulista – viria a confirmar o controle da nova república pelos elementos civis. No entanto, a julgar pela palavra do próprio presidente eleito, o regime carecia ainda de mecanismos de estabilização, sendo apenas – no seu dizer – “uma grande agregação de elementos antagônicos, [...] cujo intuito, em cada um, era fundar a sua preponderância na política” (SOUZA, 1980, p. 182).

Surgiu assim o que veio a ser conhecido como a “política dos governadores”, um “pacto oligárquico”, capaz de dar lugar a um sistema baseado numa liderança que, mais do que pessoal (como vigorava durante a monarquia por meio do Poder Moderador), seria “institucional” e cujo poder decisório em matéria política caberia em última instância à Presidência da República.

O pacto dos governadores desenhava uma hierarquia entre poderes e um modo de funcionamento. “O poder que, pela natureza de suas prerrogativas, se acha em condição de esclarecer e dirigir, é o Executivo [...] cuja autoridade legal e moral jamais deverá desaparecer atrás dos [...] ministros”, dizia Campos Sales. E mais: o Congresso não governa nem administra: tem necessidade de que sua maioria seja esclarecida, e sob certos assuntos, dirigida. Consequentemente, é preciso buscar uma fórmula que solidarize as maiorias com os Executivos, federal e estadual. Na prática, o presidente propôs que se reconhecesse automaticamente a “legitimidade” das maiorias estaduais. Com isso, ou seja, com a promessa de que o Governo Federal não apoiaria dissidências locais, as situações se obrigavam a apoiar a política do presidente.

O arranjo funcionaria contanto que todas as peças estivessem no seu lugar; ou seja, se seguissem a hierarquia por ele estabelecida: sobretudo quando estivesse accordada uma candidatura à Presidência, motor primeiro que poria em movimento todos os outros motores da composição, para usarmos a imagem teológica. É o que identifica Afonso Arinos no seu livro sobre Rodrigues Alves, em uma frase – se omitirmos o contexto – quase acaciana: “O problema mais importante na Primeira República era a transferência do poder, ou seja, a sucessão presidencial” (FRANCO, 1973, p. 524). “A sucessão sempre o nó górdio da combinação reinante”, diria também Raymundo Faoro (2001, p. 581).

No entanto, Rui Barbosa praticamente manteve-se, ou foi mantido, alheio às decisões que encaminharam e deram cabo desse processo. “Não tenho, meu prezado amigo, a honra de ser ouvido, nem cheirado sobre a política do país”, escrevia ele a Luís Viana em 4 de outubro de 1900. “Neste regime, como no outro, os homens que governam nunca me julgaram, a esse respeito, digno de voto” (VIANA FILHO, 1987, p. 331).

A oportunidade de ser ouvido e cheirado se ofereceria sobretudo durante o jogo sucessório, quando a própria política de governadores implicava em rearrumações dos elementos que lhes davam suporte. É assim que os prenúncios da sucessão de Rodrigues Alves abrirão novamente para Rui Barbosa uma volta aos embates mais diretos da luta pelo poder.

E, para isso, no novo contexto, aliás, como no antigo, era necessário refazer a ponte com o governo:

---

<sup>31</sup> 6 de novembro de 1897.

Contra todos os governos anteriores vivi sempre de tenda armada em campanha. Clamavam então os ortodoxos que eu malfazia à República [...] Afinal, não porque o temesse, mas porque me doía a tacha de egoísmo [...] e reservar-me as glórias fáceis da censura, me dispus a tentar a experiência, a sair daquela posição criticada e crítica. Esperava, assim, auxiliar um pouco a obra dos governos, com o apoio dessa minha têmpera, da minha educação jurídica e liberal, tão longamente posta ao serviço das oposições.<sup>32</sup>

A política dos governadores, empacada na sua própria lógica, levara Campos Sales a controlar pessoalmente a sucessão. Tendo sido o beneficiário dessa iniciativa Rodrigues Alves ensaiaria repetir a fórmula, indicando o nome do conterrâneo Bernardino Campos<sup>33</sup> à Presidência.

Pinheiro Machado – articulador político de marca – vê ali uma oportunidade de subverter o processo, empregando o argumento mais explosivo e decisivo: o das diferenças regionais que poderia unir a todos contra o “exclusivismo paulista”. A oposição do senador gaúcho e, desde o início também a de Rui, não se dirigia propriamente ao nome de Bernardino Campos, mas a um modelo que se fortalecia no regime, o qual privilegiava o controle do executivo sobre a sua renovação.

Não cabe aqui descrever as peripécias e os jogos florentinos envolvidos neste processo: as manobras de Pinheiro Machado, a dança dos lançamentos de candidaturas. Afinal congregaram-se as várias lideranças estaduais no que seria cognominado O Bloco – contra a iniciativa de Rodrigues Alves. Tratava-se diria Rui Barbosa em um manifesto, “Explicação à Bahia” (LACOMBE, 1986, p. 294), de uma “aliança contraída entre os chefes republicanos para acabar com o poder, reconhecido, até ali, aos presidentes de instituírem os seus sucessores”. Aliança que resultaria na eleição de Afonso Pena.

Eleito, Pena escreveria uma carta de agradecimento a Rui, “para fazer-lhe sentir quanto espero de seu concurso para o desempenho da enorme responsabilidade que vai pesar sobre mim”. Luís Viana comenta: “Iam longe os dias de oposição” (VIANA FILHO, 1987, p. 352). “Rui mudara sensivelmente [...] E a primeira recompensa”, acrescenta, “foi a eleição em 1906 para a vice-presidência do Senado” (VIANA FILHO, 1987, p. 350).

Durante o quatriénio de Afonso Pena, Rui Barbosa conheceu o seu mais longo período de situacionismo. Em janeiro de 1906 é reeleito senador pela Bahia e em 1907 é nomeado pelo governo para representar o Brasil em Haia, de onde volta consagrado. Em 1908, reelege-se vice-presidente do Senado e, juntamente com José Marcelino e Luís Viana, elegem o governador da Bahia, João Ferreira de Araújo Pinho.

A sucessão de Afonso Pena é que o leva a rever a sua posição: opõe-se à candidatura de Davi Campista, ministro da Fazenda que o presidente da República havia escolhido para sucedê-lo, tentando ressuscitar o feito de Campos Sales. Afastado Davi Campista e lançada a candidatura de Hermes da Fonseca, Rui Barbosa rompe com o Bloco e se manifesta francamente contrário à candidatura militar. Surge a sua própria candidatura: seria a Campanha Civilista, na qual é, como sabemos, derrotado.

Atingia, mais uma vez, o limite de uma atuação criadora, independente, dentro de um sistema político circunscrito, no qual se poderia dizer: o seu pragmatismo seguia a medida do seu protagonismo. “O “liberalismo possível” durante a discussão da lei Saraiva é caminho aceitável quando ele pode participar e influir na sua elaboração. A política dos governadores deixará de sê-lo, quando ela se faz instrumento único do poder executivo.

---

<sup>32</sup> Discurso no Senado, em 5 de agosto de 1905 (VIANA FILHO, 1987, p. 344).

<sup>33</sup> No início de 1905.

Rui Barbosa foi um político militante e um militante da causa da liberdade. Inteligência e erudição privilegiadas, não despendeu muito da sua energia a discutir a pertinência das várias correntes filosóficas de sua época, nem procurou elaborar interpretações sobre a realidade nacional. Foi sim, sobretudo, advogado e jornalista combatente. E um político combativo que tentou tornar efetivas as bases do liberalismo no Brasil.

Agiu quase sempre – mesmo quando empenhado e enfronhado nas lides práticas da política partidária – em *ideólogo de uma reforma da sociedade* (a expressão é de San Tiago Dantas) que acreditava no poder contagiente das idéias, avesso aos fatalismos sociológicos que subestimavam a força da vontade e do exemplo. A realidade social sozinha não poderia determinar o rumo da ação civilizadora. A insistência teimosa nos princípios apontava para a convicção de que a existência continuada da norma e das instituições de direito criariam as armas e as oportunidades para que o combate democrático e o consequente desenvolvimento da democracia fossem possíveis.

Quando veio à tona a percepção de um sistema republicano em crise, depois de o país ter conhecido sucessivamente uma experiência autoritária com Floriano Peixoto e o grande acordo oligárquico da “política dos governadores”, as discussões sobre o novo regime – na sua versão mais liberal – tornaram-se o apanágio principalmente dos nostálgicos do Segundo Reinado – como Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e Oliveira Lima, entre outros – com o seu parlamentarismo, seu Poder Moderador e a imagem de um monarca indulgente.

Por outro lado, logo começariam a surgir correntes críticas antiliberais, calçadas em instrumentos sociológicos, que sustentavam que alguma coisa no cerne da organização social brasileira nos inabilitaria definitivamente para o regime democrático. Poder-se-ia dizer que convergiriam mais tarde para essa mesma posição o autoritarismo de direita, o pensamento de esquerda e a ciência social acadêmica. Neste contexto, Rui Barbosa e a Constituição de 1891 – momento inaugural de uma república que ele queria liberal e democrática, segundo os padrões conhecidos mais avançados – se colocaria quase desde o início, política e ideologicamente contestada.

Mas, se Rui não conseguiu fazer de imediato o liberalismo parte principal do nexo efetivo da vida ideológica brasileira, não se poderia negar que seu empenho em dotar e fortalecer o país com instrumentos garantidores das liberdades individuais tenha no longo prazo sucedido em alguma medida sobretudo no que diz respeito à instituição que ele nomeou – no seu estilo peculiar: “o sacrário da Constituição, [...] voto permanente aos sofismas opressores da Razão de estado”: o Supremo Tribunal Federal.

Ao leremos o relato de Rui Barbosa da sua derrota no *habeas corpus* impetrado em 23 de abril de 1892 para os presos políticos do Estado de Sítio decretado pelo governo de Floriano Peixoto,<sup>34</sup> temos uma imagem expressiva do que acabamos de esboçar: uma resignação realista, amparada, no entanto por um ânimo esperançoso:

Havia no Tribunal, ao cair dos votos, que denegavam o *habeas corpus*, a impressão trágica de um naufrágio, [...] de uma sentença de morte sem apelo, que ouvíssemos pronunciar contra a pátria; Quando, subitamente, fragorosa salva de palmas, seguida ainda por outra [...], nos deu o sentimento de uma invasão violenta da alegria de viver. Era o voto do Sr. Piza [e Almeida], concedendo o que todos os seus colegas tinham recusado. Toda a grandeza desta causa, [...] figurou-se-me humanada naquele homem modesto, silencioso [...]. Vendo perder-se tudo, pela distensão de todas as molas morais dentro e fora da política, refleti entre mim: Seis homens desta témpera comporiam o alicerce da República e salvariam a Pátria. (BARBOSA, 1956, p. 294)

---

<sup>34</sup> Segundo Rubem Nogueira, “o primeiro *habeas corpus* sobre matéria política, que se impetrava ao mais alto órgão da justiça republicana”.

## Referências bibliográficas

- ALENCAR, José Almino de. Radicalismo e desencanto. In: ALENCAR, José Almino de; PESSOA, Ana. *Joaquim Nabuco*: o dever da política. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002. p. 20.
- BALEIRO, Aliomar. *Constituições brasileiras, volume II*: 1891. 3. ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2013.
- BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*. São Paulo: Livraria Editora Iracema, 1966. t. 2.
- \_\_\_\_\_. *Discursos parlamentares*: Câmara de Deputados. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. VI, 1879, t. I).
- \_\_\_\_\_. *O estado de sítio*: sua natureza, seus efeitos, seus limites. Rio de Janeiro: Companhia Impressora, 1892. p. 58-59.
- \_\_\_\_\_. O voto do Sr. Ministro Pisa e Almeida. In: \_\_\_\_\_. *Trabalhos jurídicos*: estado de sítio. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956. p. 294. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XIX, 1892, t. III).
- \_\_\_\_\_. *Queda do Império*: Diário de Notícias. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1947. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XVI, 1889, t. II).
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano*: estrutura de poder e economia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 20. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 1, t. 3).
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000100003>>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954*: democracia, partidos e crise política. São Paulo: Ática, 1992.
- DANTAS, Manuel. *Correspondência do conselheiro Manuel P. de Sousa Dantas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1962.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1958.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves*. São Paulo: Edusp, 1973. v. II.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *O Brasil monárquico*: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 3, t. 2).
- LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *Mocidade e exílio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.
- LAMOUNIER, Bolívar. Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira. In: LAMOUNIER, Bolívar; MASCARO, Cristiano. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 52.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano*: o Poder Moderador e o pensamento político imperial. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

- \_\_\_\_\_; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. O constitucionalismo da ineefetividade: a Constituição de 1891 no cativeiro do estado de sítio. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2012.
- MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. *Rui Barbosa: cronologia da vida e da obra*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.
- MANGABEIRA, João. A presença de Rui nas gerações novas e a função política e social da mocidade no presente. In: BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa: Nova Aguilar, 1995. p. 19-27.
- MILL, John Stuart. *O governo representativo*. 3. ed. Tradução: E. Jacy Monteiro. São Paulo: Ibrasa, 1998.
- MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1980. p. 182.
- VIANA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- VIANA FILHO, Luís. *A vida de Joaquim Nabuco*. Porto: Lello & Irmão, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

# Rui Barbosa: monumentalização de um personagem<sup>1</sup>

CHRISTIAN EDWARD CYRIL LYNCH\*

É uma felicidade estar aqui com vocês. Em geral, a gente começa falando que é felicidade, por praxe, mas hoje não é praxe não. É uma alegria dupla, eu não sentava aqui fazia alguns anos. Estamos celebrando o centenário da morte do Rui. A Soraia [Soraia Farias Reolon] disse que são 100 anos sem Rui, mas ele continua muito presente na vida política brasileira e na cultura política brasileira de um modo geral. Eu fui encarregado pela Cida [Aparecida Rangel] de falar do processo de construção do mito Rui Barbosa. Ela não usou a palavra mito. Evitou a palavra mito, muito obrigado. O Rui não me passou procuração, mas enfim, muito obrigado. Vou procurar então desenvolver, e peço desculpas por algumas hipóteses que eu vou lançar, especialmente na segunda parte, [sobre] o processo do que eu chamei aqui – não sei nem se essa palavra existe – *monumentalização* de Rui Barbosa. Depois, eu vou lançar algumas hipóteses sobre o processo de *desmonumentalização* de Rui Barbosa, que houve a partir de um determinado tempo. Essa fala, pra mim, é um desafio, porque estou habituado a falar de história ou de pensamento e aqui eu vou ter que falar, na verdade, de memória, de construção ideológica, que é uma coisa um pouco diferente do que eu estou habituado, então vamos ver o que vai sair.

Como introdução, eu queria ressaltar esse aspecto, então, vou tentar tratar do Rui aqui, entre aspas, como memória e não como história, seja biografia, seja do contexto histórico dele como pessoa. Claro que tem o contexto também da construção da memória, mas eu estou falando do contexto do próprio indivíduo. No caso de Rui Barbosa, a memória seria a apropriação da sua pessoa como símbolo, como ideologia, como parte de uma comunidade: a família, a igreja, a cidade, o Estado, o partido, sociedade civil por movimentos sociais... Então a memória é um campo de disputa. Não dá para separar muito memória de história porque você também tem um elemento ficcional, tem gente que fala isso também, que você tem um elemento literário que junta as duas pontas.

Então, o caso aqui é tentar pensar Rui como um símbolo do Estado, como é que você constrói o Rui como monumento do Estado ou da sociedade brasileira. Aí também é interessante pensar isso – isso não está nas minhas notas –, porque primeiro você tem símbolos do Estado que são muito fortes e, em um segundo momento, você tem espécies de símbolos da sociedade civil. Quando a gente vê a história das cédulas do Brasil, é uma coisa muito interessante porque a gente vê somente cédula de sujeito que foi presidente, que foi rei, que foi príncipe, até a década de 1980, mais ou menos. Quando começa a Nova República, começam as cédulas de gente da sociedade civil. As duas cédulas mais bonitas que já foram feitas, uma era de Oswaldo Cruz e a outra era de Rui Barbosa, que começam exatamente com o governo Sarney. Depois, vem Mário de Andrade, vem uma porção de outras pessoas, então houve alguma mudança ali. Quando começa o período democrático no Brasil – período democrático para mim é 1985 para a frente, porque antes é *democratização*,

---

\* Professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa, do CNPq e da Faperj; sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

<sup>1</sup> Proferida em 1º de março de 2023, na Fundação Casa de Rui Barbosa, esta palestra integrou o Colóquio de abertura da mostra “Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa”.



que é um processo que começa em 1946 – começam a aparecer essas cédulas. Então, ao mesmo tempo, Rui é um símbolo do Estado, mas, no fundo, ele é mais símbolo da sociedade civil. Então há uma tensão aí na monumentalização do Rui Barbosa porque ela não é muito fácil, ela não está identificada com o Estado, por isso que ela é um pouco mais complicada, por exemplo, do que [monumentalização] de gente como o barão do Rio Branco ou duque de Caxias. Volto para as notas.

Pensar o Rui como monumento exige pensar o que é construção de monumentos, monumentos entendidos como símbolos da história, grandes estadistas do passado cujos exemplos devem ser comemorados e lembrados para fins de celebração cívica. No Brasil, a gente teve um problema interessante, diferente do resto da América. A gente tem o panteão da Independência, que foi construído no Império, que é formado por d. Pedro I, d. Pedro II, José Bonifácio, Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcellos, o próprio duque de Caxias – embora eu considere Caixas uma construção do Estado Novo, não tanto do Império –, d. João VI, princesa Isabel e o visconde do Rio Branco, que considero ter sido o último grande nome que foi lembrado, do Império, que foi construído como grande estadista. E há depois, com o golpe militar da República, a tentativa de substituir esse panteão por outro panteão que [sorri] não colou muito: Deodoro, Floriano, Lopes Trovão, Benjamin Constant, Saldanha Marinho... O que é mais engraçado é que foi uma coisa pensada propositadamente, então eles tinham nomes: Saldanha Marinho era “O Patriarca”; Deodoro era “O Proclamador”; Floriano era “O Consolidador”; Campos Salles era “O Estabilizador”, sei lá, [sorri] uns nomes assim, e isso rapidamente caiu no ridículo, foi uma coisa que não pegou. Esse panteão estabiliza, mais ou menos, na Era Vargas, que faz uma fusão dos dois panteões, [deixando] mais para o Império, que lhe inspirava como modelo, do que da República Velha, contra a qual se fizera a Revolução de 1930. Deixa-me voltar para a numismática, as cédulas que ficaram em vigor na Era Vargas e na Terceira República, que eram d. João VI, [Pedro Álvares] Cabral, d. Pedro I, d. Pedro II, princesa Isabel, [Getúlio] Vargas – Vargas também era uma nota –, duque de Caxias, almirante Tamandaré. Foi montado um panteão que durou até a Nova República.

Todos esses personagens, um pouco por essas disputas de projetos diferentes de país, são controversos. A gente não tem no Brasil um panteão de *Founding Fathers* tipo americano, argentino, chileno... No Chile, tem Bernardo O’Higgins, Diego Portales, o [Andrés] Bello; na Argentina, há o [Domingo] Sarmiento, o [Juan Baptista] Alberdi, [Julio] Roca... No caso brasileiro, nenhum desses personagens fundadores goza de unanimidade. Isso ocorre, em primeiro lugar, por conta dessas duas fundações – embora [Joaquim] Nabuco dissesse que não existem duas fundações, só uma, que teria sido a de 1822. Mas ocorre também, em segundo lugar, devido à emergência posterior do socialismo, que não se reconhece em nenhum desses personagens. D. Pedro I é visto ora como herói, ora como tirano; d. Pedro II, ora é “O Magnânimo”, ora é visto como capataz de fazenda escravista do imperialismo britânico. Deodoro nem se fala, sequer emplacou como herói, um monarquista que proclamou a República a contragosto. Floriano é “O consolidador da República”, mas também o primeiro ditador militar do Brasil, uma figura execrável. Vargas também é visto de modo ambivalente, como “pai dos pobres”, inventor do moderno Estado brasileiro, mas também como “a mãe dos ricos” e ditador. Enfim, não há unanimidade em torno desses personagens.

Mas há menos controvérsias a respeito de três: o barão do Rio Branco, o Joaquim Nabuco e o Rui Barbosa. Aí a gente pode ficar imaginando o porquê, não é? Eu tenho a impressão de que eles foram selecionados pela sociedade civil da Primeira República, como símbolos de políticos que incutiam em um regime republicano de baixa qualidade, percebido como corrupto e oligárquico, a virtude cívica que supostamente teria marcado o regime monárquico de d. Pedro II. Tanto Rio Branco como Nabuco e Rui têm sentimentos ambivalentes em relação ao novo regime, como a maior parte da opinião pública da época. Rio Branco

foi monarquista até o fim, mas serviu pragmaticamente ao novo regime; Nabuco se opôs abertamente à República por quase dez anos, para afinal servi-la como diplomata no exterior; e Rui, embora tenha participado do começo da República, foi o maior crítico de sua posterior deriva autoritária e oligárquica. Os três começaram a ser percebidos pela sociedade civil como personagens que davam à República uma dignidade que ela não tinha e por isso foram monumentalizados já em vida. O barão do Rio Branco já era monumento em vida, o Nabuco também, de certa forma, e o Rui também, sendo que o Rui foi o último porque viveu mais. Mas o Rui, dos três menos controversos, é o mais controverso.

Como começa o processo de monumentalização? O primeiro grande escultor da estátua de Rui Barbosa foi, adivinhem, o próprio Rui Barbosa [plateia ri]. Esse processo, na verdade, começa de maneira tímida, no Governo Floriano Peixoto, que foi uma ditadura. Rui Barbosa combate a ditadura do marechal Floriano Peixoto. Ele começa a atacar o regime e isso é uma corda constante dele que acaba virando um *topos* ideológico do liberalismo democrático na sua vertente jurídica, que eu chamo de “os judiciaristas”, que é a ideia de que a constituição foi traída: um ideal republicano democrático que está plasmado em um documento jurídico que está em uma constituição que foi feita por um homem que se sente honrado por isso, no caso, o próprio Rui Barbosa, mas a constituição fica inefetiva nos seus valores republicanos democráticos liberais porque existe uma cultura autoritária, uma cultura oligárquica na sociedade brasileira. Então, ele começa a fazer esse discurso já no governo Floriano. Ele começa a dizer-se o pai da constituição, que foi ele que fez a constituição. [Cochicha] “Mas professor, foi ele que fez mesmo a constituição?”. Isso não interessa, a gente está tratando aqui da memória construída por Rui! [Sorri]. Depois a gente pode até discutir isso. Então ele é o pai da constituição e ele é quem vai dizer o que a constituição tem que ser, como ela deve ser interpretada pelos magistrados, pelos políticos. Então, isso vira um *topos* dele, ele começa a se apresentar como “O Pai da Constituição”, o homem que sabe como a constituição tinha que ser e passa a dizer se ela está no prumo certo ou no prumo errado.

Essa monumentalização por parte do próprio Rui avança de forma mais evidente, fica mais clara, a partir da Campanha Civilista [de 1909]. O Rui já foi, entre aspas, glorificado pela sua atuação na Conferência de Paz da Haia e, quando ele se lança, em 1909, na Campanha Civilista, ele já tem uma espécie de base, na qual ele possa se glorificar, ou seja, já tem gente que acredita [sorri]. Não estou dizendo que ele não foi, mas estou dizendo que aí já tem uma base. Então, na Campanha Civilista, por exemplo, quando ele se apresenta como candidato<sup>2</sup>, ele fala:

[...] quase quarenta anos de uma vida política sempre militante, vinte dos quais em atos sucessivos, por todo o curso deste régimen, desde o seu berço. [...] Assim que, pelo consenso dos meus hoje em dia mais extremados antagonistas, a minha ação, na Monarquia e na República, se poderia traduzir nesta síntese precisa: luta desinteressada, valorosa e constante pelo direito e pela liberdade. Se tais apreciações não mentem, aí se tais apreciações não mentem, aí está debuxado o homem moral, na perseverança, na coragem, na abnegação, e o homem político, na devoção à liberdade e ao direito. [...] O MEU PROGRAMA ESTÁ NA MINHA VIDA [...]. (BARBOSA, 1910, p. 13-17)

Então isso começa mais ou menos ali na Campanha Civilista [de 1909]. Ele vai ser derrotado, mas vai ser o campeão afetivo, [sorri para José Almino] o vencedor moral, e ele vai se apresentar ao

---

<sup>2</sup> Plataforma eleitoral de Rui Barbosa, por ele lida no Teatro Politeama Baiano, em 15 de janeiro de 1910, e publicada em seu livro *Contra o militarismo*, que reuniu discursos proferidos em sua excursão eleitoral, e posteriormente publicada pela FCRB em Obras Completas de Rui Barbosa (1910, t. I, p. 10-105).

eleitorado como a encarnação desse ideal traído da república democrática, como chefe de um partido, o Partido Liberal da República, que ele tenta construir, mas a lógica estadualista da política dos governadores impede a criação de partidos nacionais. O fato é que o partido acaba existindo informalmente, o Partido Liberal que era um partido civilista. É bom lembrar que mesmo depois da morte do Rui, sempre que a oposição tiver um candidato a presidente da república contra o candidato do *establishment*, eles se apresentam como liberais, eles reivindicam a memória do Rui... até Getúlio em 1930, vocês lembram da Aliança Liberal [sorri]. Isso é o Rui, não tem como desligar essa ideia do Rui.

Esse processo continua depois da morte do Rio Branco e do Nabuco. Começa a ser criada a ideia – também na campanha do Rui pela entrada do Brasil na [I Grande] Guerra – de que ele era o maior brasileiro vivo. Ele não diz que ele é, mas começam a dizer que é e isso vira um consenso ou um quase consenso, e a popularidade dele é tal, que o próprio regime do qual ele é opositor interno, crítico interno, se vê obrigado a conceder que ele era o maior brasileiro vivo, e em 1918 é obrigado a decretar feriado nacional para a comemoração do Jubileu Cívico de Rui Barbosa. Quer dizer, ele foi esculpido em vida, ele virou estátua em vida, assim como o barão do Rio Branco tinha sido. Então você tem uma data, essa data do Jubileu Cívico que celebra 50 anos de atividade pública, desde que ele se formou na Faculdade de Direito. Rui é obrigado a estar em São Paulo, Minas [Gerais], Rio [de Janeiro], acho que tem uma semana de festividades. Tem um discurso em que ele começa dizendo: “Já me vai tomado a canseira de repetir que não mereço tanto. Já me envergonho de tantas vezes insistir em que não sei como agradeça” (BARBOSA, 1995, p. 701). Enfim, aí ele termina de virar o maior brasileiro vivo. E a campanha de 1919, no ano seguinte, em que ele se apresenta como anticandidato à Presidência da República, é toda baseada nessa premissa: ele é o maior brasileiro vivo, que denuncia a vergonha desse Brasil oligárquico; homem extraordinário que não consegue se eleger presidente da República, porque os oligarcas, os caudilhos, os militaristas impedem por meio da fraude eleitoral. Ele se torna então definitivamente o campeão da democracia brasileira. E ele repete isso no discurso de 1919: “Faz já não menos de vinte e seis anos que o mostro”<sup>3</sup> – a cegueira das nossas elites é o que ele quer dizer:

É mais de um quarto de século. É o espaço de uma geração. Vinte e seis anos há que aldrabo a todas as portas, vinte e seis anos que brado a todos os ventos, vinte e seis anos que busco sacudir com uma centelha do céu os nervos da nação, nervos sonolentos e atrofiados, vinte e seis anos que trabalho pelo mover desta pronação vergonhosa, onde o ventre se nivelava com a fronte, vinte e seis anos que lhe tento endireitar para cima a cerviz, os olhos, o rosto, o *os sublime* donde irradia a inteligência e a vontade, a indignação e o pudor, a coragem e a energia, onde o Criador nos imprimiu o selo da origem divina e da humana dignidade. (BARBOSA, 1919, p. 9)

Então Rui é o homem que vai redimir o Brasil. Uma espécie de Moisés que vai morrer às portas da terra prometida. E ainda tem essa: ele faz a profecia de que, se o regime não se redimir, vai vir cedo ou tarde uma revolução [ri]. Então, quando vem a revolução de 1930, ela é vista pelos liberais como resultado a longo prazo da pregação de Rui Barbosa, em torno de cujo legado se organizou uma oposição que combatia o sistema oligárquico da República.

Depois da morte dele em 1923, esse processo da monumentalização se acelera, aí começa a produção em série de bustos, de estátuas, nome de avenidas, [muitas] cidades do Brasil tem uma avenida ou rua que é Rio Branco ou Rui Barbosa, praça, rua ou avenida. Aqui no Rio de Janeiro, a avenida do Contorno,

---

<sup>3</sup> Trecho do discurso “As classes conservadoras”, publicado em *Campanha Presidencial 1919*. Salvador: Livraria Catilina de Romualdo dos Santos Livreiro Editor, 1919. Posteriormente publicado em *Obras Completas de Rui Barbosa* (1919).

que foi feita em torno do morro da Viúva, logo depois da morte do Rui foi rebatizada como avenida Rui Barbosa. Esta casa foi comprada, no último governo da Primeira República, para ser uma espécie de centro de peregrinação cívica. Na Revolução de 1930, isso é impressionante, há uma manchete do jornal *O Globo*, quando as tropas de Vargas chegam ao Rio, em que o retrato de Rui Barbosa ocupa um quarto da página: a revolução é considerada uma vitória de Rui Barbosa, repito, porque era a vitória da Aliança Liberal que afinal derrotou o regime. Essa história do tenentismo é depois. Inclusive, parte dos tenentes e de quem aderiu à Aliança Liberal “com” Rui – como Eduardo Gomes e os Melo Franco que vão fundar a União Democrática Nacional (UDN) – a birra deles com Getúlio vai ser a de que ele traiu o ideal liberal identificado com Rui Barbosa. Na Constituinte de 1934 – em algum dia da minha vida eu tive tempo pra fazer isso – fiz o levantamento dos principais autores citados. Dos brasileiros, são Rui Barbosa e Alberto Torres, mas Rui em primeiro lugar. Então ele é a principal influência desse novo constitucionalismo que vai aparecer ali. Não é à toa que, em 1933, Homero Pires organiza os *Comentários à constituição* de Rui Barbosa. Rui Barbosa não escreveu uma obra específica dedicada a comentar os dispositivos da Constituição de 1891, como fizeram João Barbalho e Carlos Maximiliano. Mas era possível extrair, da obra inteira de Rui Barbosa, passagens que explicavam todos os assuntos e interpretavam todas as normas da constituição. Então foi isso que Homero Pires fez, montando *a posteriori* os *Comentários* de Rui à constituição. A Constituição de 1934 incorpora várias demandas do Rui: voto secreto, justiça eleitoral, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, ação intervintiva junto ao Supremo Tribunal Federal, uma mitigação do presidencialismo. A Constituição de 1934 criará o padrão brasileiro de constituição, que se repetirá com variações mais democráticas ou autoritárias em 1937, 1946, 1967 e, em parte, 1988. A Casa de Ruy Barbosa da Bahia também é aberta em 1935.

Mas a apoteose desse processo de monumentalização começa entre 1942 e 1949 e dura até 1964 ou final da década de 1960, mais ou menos. Entre 1942 e 1949, o Estado começa a publicar as “Obras Completas de Rui Barbosa”. É claro que, na ditadura do Estado Novo, tudo vai devagar [sorri], não vai publicar do liberal Rui Barbosa a torto e a direito, então começa: em 1942, com um livro neutro, que é *A reforma do ensino*;<sup>4</sup> um livro em 1943, que são alguns discursos na Câmara dos Deputados na época do Império; nenhum livro em 1944; em 1945, tem três livros; em 1946, são seis livros; quatro livros em 1947; em 1948, são publicados 14 livros; e sete em 1949.

A Constituição de 1946 determinou a ereção de um monumento a Rui Barbosa na capital. Descobri que até Oscar Niemeyer chegou a projetar um monumento a Rui Barbosa em 1949, que não saiu do papel. A estátua do Rui dele somente saiu do papel em 1975 – é aquela estátua horrorosa que fica ali no Tribunal de Justiça (TJ), em que Rui Barbosa parece um velho decrépito, desdentado e togado de três metros de altura – licença poética, naturalmente. Em 1948 Rui é escolhido patrono dos advogados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Mas o ano apoteótico mesmo é 1949, centenário do seu nascimento, quando seus restos mortais são trasladados do cemitério São João Batista para o Tribunal da Justiça da Bahia por navio, em uma cerimônia de grande pompa e solenidade. Símbolo da luta dos liberais democratas contra a oligarquia e o autoritarismo, Rui também por esse tempo vira o “padroeiro” da banda de música da União Democrática Nacional (UDN), que reúne os bacharéis mais aguerridos adversários do autoritarismo de Getúlio Vargas e de tudo o que ele representa: Afonso Arinos, Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, mas também Carlos Lacerda. Quer dizer, Rui não morre, Rui está vivo o tempo

---

<sup>4</sup> Pareceres sobre instrução pública, de 13 de abril e 12 de setembro de 1882, apresentados por Rui Barbosa à Câmara do Império (BARBOSA, 1882).

inteiro... Durante essa República, que começa em 1946, há na verdade não um, mas dois partidos ruístas:<sup>5</sup> a UDN, o partido liberal da época, do Virgílio de Melo Franco e depois Carlos Lacerda, Aliomar Baleiro, é o partido da banda de música, cujo principal eixo, o eixo mais tenaz, é formado por juristas, professores, tem vários baianos ali e todos ruibarboseanos.<sup>6</sup> Os textos, os discursos, os livros que eles publicam, tudo isso está atravessado de Rui Barbosa. Em 1957, a OAB institui o prêmio Medalha Rui Barbosa. Na década de 1950, é difícil ser um político com fumos de cultura sem fazer referência a Rui Barbosa.

Mas nem só a UDN viveu de Barbosa. Há à esquerda outro partido ruísta, que é o Partido Socialista Brasileiro (PSB). No fim da vida, Rui escreveu aquele discurso sobre a questão social e política do Brasil, no qual ele se abre para os direitos sociais. Então por esse veio é possível ir também do liberalismo para o socialismo – que não é esquerda nacionalista, mas outra, que chamo de cosmopolita. Nesse espectro orbitam outros ruianos,<sup>7</sup> como Hermes Lima, Victor Nunes Leal, João Mangabeira – o principal discípulo do Rui, também baiano e jurista, que escreve uma alentada biografia de Rui... Santiago Dantas também escreveu um texto importante, que relaciona Rui com a ascensão das classes médias. Quem também faz parte do PSB são Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Cândido, para falar do que se passa na outra ponta da Via Dutra. Carlos Lacerda, nas memórias dele, descreve a UDN assim:

Era o partido de classe média reunido em torno de valores de liberdade e de democracia. A UDN era notadamente um partido representativo da classe média, o que não quer dizer que lá não houvesse empresário ou operário, mas era predominantemente o partido da classe média, partido que se batia pela moralização dos costumes políticos e que era uma projeção, no tempo, do que fora o Tenentismo das antigas revoluções. Um partido, enfim, ‘ruibarbosiano’, no que tudo isso quer dizer de retórica, de eloquência, de ideologia liberal. (LACERDA, 1977, p. 153)

É bom lembrar que, mesmo depois da queda da República em 1964, você também tem uma repetição na luta contra a ditadura militar. Por dentro do sistema, o exemplo de Rui está sempre presente: Sobral Pinto – sempre que você tem advogados brigando contra a ditadura com um livro da constituição na mão, eles estão repetindo Rui Barbosa –, Ulysses Guimarães, Raymundo Faoro, e algumas vezes até Barbosa Lima, que era um nacionalista admirador de Alberto Torres, não exatamente ruiano. Então, na verdade, isso continua de alguma forma.

Esse é o processo de monumentalização. Agora eu vou falar do processo de desmonumentalização.

A desmonumentalização de Rui Barbosa começa em 1964, mas as sementes são contemporâneas do Rui, lançadas por aqueles que aqui, nas pesquisas da Fundação [Casa de Rui Barbosa], eu chamei numa série de pesquisas de “os anti-Rui”. Os anti-Rui foram quase tão numerosos quanto os pró-Rui. Entre eles, você encontra d. Vital, Floriano Peixoto, Campos Salles, Felisbelo Freire, João Luís Alves, Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado, e, talvez o maior de todos, do ponto de vista intelectual e político, Epitácio Pessoa. Epitácio foi tudo o que o Rui foi, como deputado e senador, conquistou fama de grande constitucionalista, com a diferença de ter conseguido ainda ter sido ministro do Supremo e presidente da República, cargos que Rui não teve. Então, você tem críticas a Rui que já haviam sido plantadas durante sua vida e foram repetidas e recicladas desde então. Vejamos algumas delas.

<sup>5</sup> Ruístas eram os seguidores político-partidários de Rui Barbosa.

<sup>6</sup> Ruibarboseano é quem segue o estilo de pensar, escrever ou agir de Rui Barbosa.

<sup>7</sup> Ruianos são entendidos na obra de Rui Barbosa.

Primeiro, você tem uma crítica da ideologia que eu chamo de *conservadorismo estatista*, nacionalista, que vai ter sua grande expressão no Estado Novo e cujo maior expoente intelectual na época foi Oliveira Vianna. Vianna se referia a Rui com bastante respeito, mas fez dele o símbolo de uma postura política e cultural alienada que ele atribuía ao liberalismo democrático, que batizou de *idealismo utópico*. Oliveira Vianna apresentava seu nacionalismo conservador como um idealismo orgânico, com pé na realidade brasileira, herdeiro do nacionalismo de Alberto Torres e dos conservadores construtores do Império – Bernardo Pereira de Vasconcelos, visconde do Uruguai, duque de Caxias, d. Pedro II. O conservadorismo estatista condena o passado da colonização, não muito. Reconhece que o Brasil é um país atrasado e que tem que se modernizar, mas com o pé na “realidade brasileira”, valorizando as coisas brasileiras, a forma como o povo se comporta, e sua necessidade de fortalecer pelo Estado a nacionalidade. Rui Barbosa é acusado por Oliveira Vianna de não aceitar o Brasil como ele era, de querer que o brasileiro virasse um inglês ou um norte-americano, e era isso que ele atacava como utopia. Você tem a ideia de que o liberalismo do Rui é um liberalismo que não tem a ver com o Brasil. Na verdade, o que ele se está dizendo é que o liberalismo democrático é uma ideia fora do lugar no Brasil. Oliveira Vianna fazia uma sociologia histórica para dizer que liberalismo no Brasil não produzia democracia, mas um federalismo oligárquico, e que a única democracia possível no Brasil só poderia vir depois que uma minoria nacionalista na cúpula do Estado o reformasse para fortalecê-lo e, por meio da centralização, enfrentar os coronéis para garantir a efetividade dos direitos civis da população. Os admiradores do Oliveira Vianna vão repetir *ad nauseam*<sup>8</sup> essa história do idealismo utópico, não só os conservadores estatistas, aqueles chamados de culturalistas, inclusive os neoliberais, para adiar a democracia ou sustentar que no Brasil, país de analfabetos paupérrimos, ela é inaplicável. Todos os antiliberais e antidemocratas vão repetir essa ideia de que Rui era um nefelibata que imaginava que o problema do Brasil era não ser a Inglaterra.

Mas, por incrível que pareça, a crítica de Rui como símbolo do “idealismo utópico” feita por todos os conservadores estatistas também foi abraçada pelos *neoliberais*, ou *libertários econômicos*. Ela tem como ponto de partida a política do Encilhamento, feita por Rui quando era ministro da Fazenda do governo provisório da República. Essa política econômica intervencionista foi criticada por Campos Salles e Joaquim Murtinho, e depois por admiradores deles, como Eugênio Gudin e Roberto Campos. Este é um dos signos distintivos entre o que eu chamo de *liberalismo democrático* e do *neoliberalismo*: o liberal que critica Rui Barbosa é o neoliberal, o libertário econômico. Para eles, Rui é o bacharel que não entende nada de economia, que acha que pode ter democracia no Brasil, que é uma tolice, com esse povinho que tem aqui, isso não vai ser democracia nunca, que tem que ter ditadura antes para preparar o povo, que não tem nível intelectual ou emocional para votar e cai sempre na demagogia. A ditadura também é necessária para impor produtividade econômica na marra, entendeu? Essa crítica também aparece lá nesses autores. Então, tudo isso já está lá na República Velha, lá quase no Rui em vida.

Essa crítica do suposto “idealismo utópico” de Rui, entendido como sinônimo de alienação cultural, aparece também em um outro tipo de conservadorismo, que em contraposição ao estatista pode ser chamado societário ou culturalista. E ela vem sobretudo pela mão dos modernistas como Gilberto Freyre. A frase que eu vou repetir [se refere] ao Pedro II, mas ele poderia ter [se referido] a Rui Barbosa também: “Um pastor protestante a officiar em catedral católica” (FREYRE, 1987). Quer dizer que aquilo, cinzento, frio, não teria a ver com a cultura tropical ou solar do Brasil. Trata-se de uma crítica conservadora ao

---

<sup>8</sup> Do latim, significa “a ponto de enjoar”.

liberalismo, que o ataca como estrangeirismo anglo-saxão e exalta a cultura brasileira contra a pecha de atrasada. Crítica que se estende ao bacharelismo liberal e à sua tentativa de modernizar o Brasil por meio de leis ou decretos que obriguem sua sociedade atrasada a se comportar conforme padrões superiores emulados da Inglaterra e dos Estados Unidos. Esse tipo de conservadorismo é diferente, porque estatistas como Oliveira Vianna, embora também fossem críticos do liberalismo, também reconheciam a fraqueza da cultura, entendida porém como cultura cívica nacionalista, e apostavam na ação do Estado para mudar isso. Os culturalistas, porém, pensam a cultura principalmente no registro da tradição herdada da colonização ibérica: religião, família, sociabilidade, culinária, dança, música, literatura etc. Então eles defendem os hábitos nacionais ou regionais existentes como típicos do Brasil, contra o ataque que os liberais lhes fazem, de ser atrasados, ou primitivos. Criticam o liberalismo cosmopolita – identificado com um bacharel liberal – e fazem uma crítica cultural da hegemonia europeia e norte-americana no Brasil.

Isso vem junto até com coisas boas, como a valorização do patrimônio histórico. O manifesto regionalista do Freyre diz que a gente tem que voltar a comer quindim em vez de *sundae*, enfim. Os culturalistas operavam um resgate da cultura barroca e colonial, e parte da neoclássica, produzidas em períodos conservadores, como se só ela fosse “autêntica” do Brasil: as igrejas barrocas, o paço imperial, a Santa Casa etc. Por outro lado, atacavam toda a produção cultural eclética da *Belle Époque*, época de hegemonia cosmopolita liberal, como uma aberração, um simulacro, uma cultura fora do lugar. Aí você podia botar abaixo o palácio Monroe, toda a avenida Rio Branco etc. É claro que, depois, se difunde um modernismo mais progressista. Mas, nas décadas de 1920-1950, ele é hegemonicamente conservador do ponto de vista ideológico, elogiando o governo autoritário ou oligárquico como mais consentâneo com as tradições brasileiras, que não comportam a democracia liberal. Esse é o tempo em que Gilberto Freyre está citando Charles Maurras e debochando do Rui como coisa velha, embolorada, estrangeirada, empolada. As críticas são impiedosas, sendo ele chamado de “Rui Verbosa” por Freyre, em 1924; “uma cartola na Senegâmbia”, por Paulo Prado, em 1925; ou “aquele que já nasceu sexagenário”, segundo Nelson Rodrigues, em 1969 etc. (SILVA, 2012, p. 1.111-1.135).

Ainda no espectro das críticas nacionalistas de Rui como idealista, utópico e anglomaníaco, há outra de cunho jacobina, populista e autoritário. Ela começa na ditadura do marechal Floriano Peixoto, de quem Rui era crítico impenitente, mas que se tornou muito popular nos setores de classe média baixa urbana, nos quais no futuro pescarão o integralismo e o bolsonarismo. Os florianistas o atacam como um elitista, um aristocrata, um ricaço, não gostava de povo. Para alguém que veio de uma família remediada e endividada como Rui, é *de lascar*. Floriano é que anda com o povo na rua em mangas de camisa, que diz que vai receber os ingleses à bala se continuarem a se meter com o Brasil, que baixa o preço da carne na porrada, que come direto na panela de cócoras em casa, que é gente como a gente etc. Ou seja, populismo puro, autoritário. Os partidários do marechal Hermes da Fonseca farão o mesmo tipo de crítica, assim como os de Getúlio Vargas. Aí vem uma piada [sorri] sobre Rui que exemplifica essa postura: “Certa vez, um ladrão pulou o muro da casa de Rui Barbosa para roubar uma galinha. No alvoroço, o grande tribuno acordou do profundo sono, e se dirigiu ao galinheiro”... Há uma versão em que ele acorda e vai aqui na sacada que dá pro jardim [privado] e tem uma espécie de luz que [incide] sobre o ladrão que está segurando a galinha assim pro lado, então o ladrão fica paralisado, Rui fica zangado, põe o dedo em riste e diz assim:

Não o interpelo pelos bicos de bípedes palmípedes, nem pelo valor intrínseco dos retrocitados galináceos, mas por ousares transpor os umbrais de minha residência. Se foi por mera ignorância, perdô-o-te, mas se foi para abusar da minha alta prosopopéia, juro pelos tacões metabólicos dos meus calçados que dar-te-ei tamanha

bordoada no alto da tua sinagoga que transformarei sua massa encefálica em cinzas cadavéricas. O ladrão, pasmo e sem entender patavina, tascou: – Cumé, doutor, posso levar ou não a galinha?<sup>9</sup>

A desmonumentalização de Rui também tem a ver com certas coisas durante o regime militar, quando ocorre uma reciclagem dessas críticas, que vão sendo incorporadas ao debate público, além de outros fatores que não tem a ver com isso, tem a ver com distância temporal e outras coisas que eu vou tentar falar um pouco aqui. Primeiramente, tem uma coisa séria que é o fato de a UDN ter apoiado o golpe de 1964. A gente sabe que muitos dos próceres da UDN vão entrar pelo cano: Afonso Arinos vai cair fora, Lacerda vai ser cassado. Tem um pessoal que vai desembarcar alguns anos depois do regime militar, mas vai ficar marcada para sempre a lembrança de que a UDN, que era o partido liberal e ruiano, foi golpista e apoiou o golpe. Então, de alguma maneira, a figura do Rui começa a ser criticada e esquecida por causa desse embarque da UDN no golpe militar. A gente sabe que, se Rui fosse vivo, ele seria o primeiro inimigo da ditadura. Mas há uma ala do regime que também o reivindica. É chato, mas é preciso lembrar que tem dois ruianos que participaram da ditadura: Luís Viana Filho e Américo Jacobina Lacombe. É bom lembrar que um regime como a ditadura militar e o Estado Novo nunca tem só uma ideologia que sustenta e sim, um amálgama de coisas frequentemente contraditórias. Você tem ruianos feito eles, mas você tem Golbery do Couto e Silva que – imaginem – nada tem a ver com Rui Barbosa. De alguma maneira, porém, Rui parece fazer parte de um panteão de gente que defende a ditadura militar. Aí vem a crítica do elitista, do empolado, do burguês. Então, houve uma apropriação conservadora desse antigo liberalismo de alguma maneira, do qual, por exemplo, o Nabuco conseguiu escapar. Nabuco vai ser reabilitado na década de 1980, no final do regime militar e na Nova República, por causa do livro dele *O abolicionismo*.<sup>10</sup> Agora já está caindo em desgraça de novo [sorri], por causa da ala mais radical do movimento negro, que o critica como um aristocrata almofadinha para o substituir no panteão abolicionista por Luís Gama. Como se não houvesse lugar para mais de um. Mas Nabuco resiste como intérprete do Brasil. O Rui, não sei. Como clássico, parece ter se tornado uma espécie de Montesquieu brasileiro, um nome que todos citam, mas que poucos leem.

As críticas formuladas pelo modernismo conservador da Primeira República e pelo populismo militarista – de que Rui era aristocrático, não era um homem do povo – também recepcionadas pelo socialismo nacionalista varguista, janguista, brizolista. Um intelectual vinculado a essa linha, como Darcy Ribeiro, criticará Rui como um liberal burguês, que não gostava de samba, não entendia a cultura brasileira, não gostava de carnaval, era um pernóstico. O símbolo dessa crítica é o episódio do “Corta jaca”. Rui era o principal adversário do militarismo do marechal Hermes, cujo governo se pretendia Floriano mas estava mais para Bolsonaro. Hermes se casou pela segunda vez durante o mandato com a Nair de Teffé, filha do barão de Teffé, senador colega do Rui no Senado, hermista fanático. Ela organizou um forrobodó no palácio do Catete e tocou no violão o “Corta jaca”, um maxixe de Chiquinha Gonzaga, com direito à dança dos presentes, muito sensual para o padrão da época. Rui apresentou o incidente como símbolo do primitivismo do governo, de seu padrão populista e autoritário. Seria como se hoje o Fernando Henrique [Cardoso] fosse líder da oposição no Senado e descesse a ripa no Bolsonaro por autorizar seus filhos a promoverem para seus amigos um baile funk do estilo *proibidão* no palácio da Alvorada. Os hermistas reagiram, reforçando o estigma do Rui aristocrata inglês, que desprezava a cultura popular, sempre associando liberalismo com elitismo, e populismo com autoritarismo. Ora, os herdeiros socialistas de Vargas,

---

<sup>9</sup> Anedota de autoria desconhecida.

<sup>10</sup> Primeira publicação em 1883.

cuja ditadura organiza em torno do samba e do carnaval a ideia de cultura popular brasileira, seguirão associando a uma atitude culturalmente antinacional e elitista o bacharelismo e o liberalismo da UDN – e, por extensão, a Rui. Leonel Brizola foi useiro e vezeiro em fazer isso, ou seja, em lançar mão de uma espécie de populismo cultural que tinha começado lá atrás com o florianismo. Achava que chocaria a aristocracia carioca botando a Clementina de Jesus para cantar no Teatro Municipal. Quando o Rui foi obrigado a se refugiar na Inglaterra para não ser preso pela ditadura do Floriano, os florianistas debocharam dizendo que ele enfim estava entre os dele, os da pátria dele. Então, essa crítica culturalista do Rui é coisa muito antiga, que subsiste na boca de todos que compartilham essa concepção essencialista de cultura popular herdada da Era Vargas, depois da morte de Rui, como o Carnaval, o Samba do Rio de Janeiro. Outro dia eu vi um *tweet* do [Luiz Antônio] Simas, representante dessa concepção de cultura, *metendo o pau* no Rui Barbosa. E adivinhem por quê? Por causa do “Corta jaca”.

Também tem uma outra crítica feita à esquerda, agora por outro tipo de socialismo, que posso chamar de socialismo cosmopolita, crítica que começou a ser feita na década de 1920 pelos comunistas. Este é o Rui Barbosa burguês – o liberalismo como ideologia burguesa –, Rui defensor do imperialismo britânico, defensor do imperialismo americano, Rui advogado da Light e do Percival Farquhar. Houve uma série na Globo há alguns anos sobre a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, chamada *Mad Maria*, baseada num romance do Márcio Souza. Ali tem Rui Barbosa. Ele se passa durante o governo do Hermes, apresentado como um bom estadista! O “mocinho” é um ministro imaginário dele, Juvenal de Castro, representado pelo Antônio Fagundes, que é um cara tipo Alberto Torres, nacionalista e ambientalista. O bandido é Percival Farquhar, o investidor e empresário, interpretado pelo Tony Ramos, símbolo do imperialismo. E o Rui, líder da oposição ao Hermes, é retratado apenas como o advogado da Light, o polvo canadense, e do Farquhar. Ou seja, como o “político liberal entreguista a serviço do imperialismo estrangeiro”. A gente encontra Rui retratado nesse registro também em um livro do tempo da presidência Artur Bernardes, da autoria de Otavio Brandão, que escreveu uma primeira interpretação marxista – mais leninista do que marxista – do Brasil, que se chama *Agrarismo e industrialismo*. Mas não custa lembrar que também tinha ruísta dentro do Partido Comunista: Astrogildo Pereira. No registro mais amplo do marxismo, a associação do udenismo com a ditadura militar na década de 1970 levará à crítica daquilo que Florestan Fernandes chamava de *autocracia burguesa*, conceito pelo qual se exprimia a tese de que no Brasil os liberais somente são democratas *da boca pra fora*. Então, Rui Barbosa, na melhor das hipóteses, não teria passado de um inocente útil, veiculando a ideologia de uma democracia burguesa imaginária, porque na prática sempre preferiria o consórcio com o autoritarismo.

Ainda na chave do socialismo cosmopolita da década de 1960 e 1970, há um esforço dos gramscianos por pensar a cultura como arena da luta popular contra a hegemonia burguesa. Podemos pensar por exemplo na obra do Carlos Nelson Coutinho. O que ele diz? “Olha, infelizmente toda a nossa cultura oficial, esses supostos grandes homens, tudo isso aí é aristocrático, nada disso reflete o povo, a gente tem que criar um novo cânone popular da cultura brasileira”. Como a política brasileira só começa a se massificar na década de 1950, se você considerar que tudo antes era elitista, realmente fica difícil. Você salva o Lima Barreto, o Manuel Bomfim, pega o Joaquim Nabuco abolicionista, inventa um Machado de Assis progressista. Obviamente o Rui Barbosa, apesar de abolicionista, está fora dessa, como símbolo da cultura popular. Aliás, nessa coisa da apropriação do Rui pela ditadura, eu esqueci de falar o óbvio: é a ditadura que torna o dia 5 de novembro o Dia da Cultura. Aniversário do Rui. Alguém me disse que isso foi feito para não colocar [no aniversário d]o Mário de Andrade, não sei, por isso eu disse que tem muita coisa de hipótese aqui. Nesse processo de desmonumentalização de Rui, ainda dentro da chave do cosmopolitismo,

entram os próprios liberais progressistas, em crise por causa da adesão da UDN ao regime militar. Eles vão fazer psicanálise: por que o liberalismo brasileiro é assim? Por que o liberalismo brasileiro compactua com a ditadura? Então, eles acreditam ser preciso refundar a tradição liberal. Pensem no Raymundo Faoro, por exemplo, que com um livro como *Os donos do poder* (FAORO, 1958)<sup>11</sup> será o jurista liberal por excelência desse período. Aí você tem um novo liberalismo fazendo a crítica do velho, criticado como falsificado. Na campanha das “Diretas já”, eu tinha 10 anos de idade, não lembro se Rui Barbosa era uma figura central ali, reivindicada por Ulysses [Guimarães], Raymundo Faoro, Fernando Henrique... certamente que não era pela Esquerda – nem pela antiga, do Brizola, nem pela nova identificada com o Lula.

Aí eu vou me encaminhando pro final, que é como esse processo de desmonumentalização do Rui segue na Nova República. Em primeiro lugar, de 1985 até 2013, houve uma rotinização da democracia no Brasil. Parece que a democracia é uma aquisição permanente e aí [dá de ombros], o Rui venceu, não é? O Rui ganhou, então a gente pode até começar a discutir outras coisas, você não precisa mais da estátua dele. Essa coisa da memória vai cedendo lugar à história. Quem foi o homem Rui Barbosa? Ele errou? Ele era assim? Ele era assado? Ou seja, a necessidade de mitificá-lo ou de monumentalizá-lo vai esvaindo. Também tem outra coisa: os bacharéis vão diminuindo. E o tempo do Rui vai ficando muito remoto. Eu quando era garoto, o mundo começava em 1930, agora o mundo começa em 1964. No Brasil, tudo com mais de 50 anos vira Idade Média. Outro efeito para reduzir a memória do Rui foi a mudança da Capital e a fusão do [estado do] Rio de Janeiro com o estado [da Guanabara]. Você cria com Brasil uma Capital [Federal] que nasce em 1960 e que opera uma ruptura total com o ambiente que guardava a memória da história brasileira. Os políticos nacionais se reúnem em um lugar sem história e sem memória. Creio que nenhum dos recintos do Congresso Nacional é batizado com nomes que remetam à história do Brasil anterior a 1960. Os políticos enaltecidos são Petrônio Portella, Ulysses Guimarães, João Mangabeira. Nada remete com força ao Império, à Primeira República, salvo o busto do Rui no Senado. É um elemento decorativo.

Outro fator de esquecimento de Rui foi o apaulistamento do liberalismo brasileiro na Nova República com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na esteira da crítica do liberalismo antigo. Fernando Henrique Cardoso, mais notório intelectual do partido, não cita Rui Barbosa: cita Sérgio Buarque de Hollanda. Ou seja, Sérgio Buarque tomou o lugar do Rui como referência liberal. Tudo bem que o Sérgio Buarque também roda por aí porque virou petista no final da vida. Discutir se ele era esquerda de verdade, se era petista de verdade, é irrelevante. O fato é que os liberais tucanos entronizaram o Sérgio Buarque e o Raymundo Faoro como suas referências – este último, também reivindicado pelo socialismo cosmopolita. Houve, claro, dentro desse grupo, a iniciativa do Bolívar Lamounier de resgatar o Rui em um texto muito bom, que o apresenta como uma espécie de cientista político institucionalista *avant la lettre*. Mas acho que ficou isolada. Hoje é ainda mais complicado porque o PSDB como partido liberal desapareceu, atropelado pela emergência de uma direita pura e crua. É claro que continua existindo um “partido liberal” – assim, entre aspas. Reúne movimentos como o Livres, tem a simpatia manifesta dos colunistas e editorialistas de *O Globo*, o *Estadão*, a *Folha de S.Paulo* e de toda a imprensa tradicional, alguns deputados, como a Tabata Amaral; uma figura pública mediática como Luciano Huck; um governador, como o Eduardo Leite. Mas, em termos de partido organizado, ele não existe mais. E entre aqueles que são vistos como suas figuras de referência, não há políticos. O “partido liberal” brasileiro virou um partido de economistas como Edmar Bacha, Armínio Fraga, Pedro Malan, que foram eminentes do governo Fernando Henrique. Esses caras

---

<sup>11</sup> Conforme ficha catalográfica da Procuradoria Geral do Estado, CEJUR, Biblioteca Marcos Juruena Villela Souto.

obviamente conhecem Rui Barbosa, mas não o tem como referência. E os muitos jornalistas políticos que são liberais, que também fazem parte do “partido”, em geral não tem identidade com Rui Barbosa porque acham que ele escreve complicado, que ele é pernóstico, não tem essa identidade com ele.

Hoje contra Rui também pesa a lenda, que circula principalmente no movimento negro, de que ele teria “queimado os arquivos da escravidão”, ou seja, como se fosse um escravista que quisesse apagar a memória da escravidão. Logo Rui, que desde menino foi um dos mais furiosos abolicionistas e crítico do *establishment* oligárquico e autoritário! Mas a caricatura do Rui elitista, aristocrata, entreguista, estrangeirado, empolado, antipopular, criado historicamente por parte da esquerda, o torna presa fácil para todo tipo de associação à memória conservadora. Então, torna-se possível até que Rui vire escravista! A verdade é outra: ele ordenou, como ministro da Fazenda, a queima do registro civil da propriedade escrava para dar fim à pressão dos ex-senhores pela indenização. Porque a abolição da escravatura foi um confisco, do ponto de vista jurídico: a escravidão era uma forma de propriedade, e a princesa Isabel assinou uma lei que disse que aquela forma de propriedade não existia mais. Todos os conservadores, que invocavam o direito de propriedade, sustentaram que o Estado poderia suprimir a escravidão, mas teria que indenizar os ex-proprietários. Então você tinha uma pressão enorme desde a abolição da escravidão. Como a República veio derrubando um gabinete liberal, instituindo em todos os Estados governos nos quais os republicanos entravam coligados com os conservadores, houve a expectativa de que agora os ex-senhores seriam indenizados. Então o que Rui faz? Manda queimar as antigas matrículas dos escravizados, nas quais se dizia quem era dono de quem, quem, era senhor de quem, que serviam de base para os pedidos de indenização. E botou um fim nessa pressão política, com o aplauso das sociedades abolicionistas, dizendo que quem merecia ser indenizado era o ex-escravizado. E quem cumpriu a ordem nem foi ele, foi quem o sucedeu como ministro da Fazenda, acho que o Tristão de Alencar Araripe. Parece também que as matrículas queimadas eram basicamente as das antigas zonas cafeeiras do antigo estado do Rio e do sul de Minas. Mas confesso que não sei quem nem quando começou essa lenda hoje tão enraizada de que ele queria apagar a memória da escravidão no Brasil e até de que ele mandou queimar “tudo” [riso]. Se tivesse queimado “tudo”, talvez não fosse possível fazer história da escravidão no Brasil...

E hoje? Algumas coisas aconteceram no Brasil de 2014 para cá – 2014, 2013, 2018 – a gente teve a [Operação] Lava Jato [da Polícia Federal] que começa aliás com o discurso de renascimento liberal republicano contra a corrupção, e ali tem Rui Barbosa. Rui Barbosa felizmente só não foi citado porque os principais artífices da operação não tinham cultura suficiente para conhecê-lo, e cujos nomes merecem esquecimento [a plateia ri]. E quem tinha cultura para conhecê-lo preferiu reiterar a tese do Raymundo Faoro de que o liberalismo brasileiro tinha de ser refundado por causa da adesão da UDN à ditadura militar, que aquele era um liberalismo falso, ornamental, cúmplice do autoritarismo etc. Aqui eu penso em alguém de alto gabarito como o ministro Luís Roberto Barroso. Ele diz que o liberalismo democrático no Brasil começa da Constituição de 1988 pra frente. Então você não precisa ler Rui. A retórica republicana moralista da Lava Jato tem certamente origem ruiana, porque se ancora numa cultura política liberal de mobilização contra a corrupção oligárquica que Rui criou na década de 1910. Mas evidentemente Rui não tem absolutamente responsabilidade nenhuma por nada que aconteceu depois do dia 1º de março de 1923. Muito menos pela apropriação desse seu estilo para fins antide-mocráticos por parte de um Carlos Lacerda, por exemplo. E o resultado dessa “revolução” da Lava Jato, como se sabe, foi a desmoralização do sistema democrático e a eleição de um candidato que tinha exatamente o perfil do inimigo por excelência de Rui, alinhado ao militarismo de um Floriano ou Hermes. Contra a presidência de Bolsonaro, porém, abriu uma janela, não para remonumentalizar Rui Barbosa, mas para o resgatar como grande defensor da democracia no Brasil, de que ele foi “o grande campeão”. Eu mesmo estou publicando um artigo

hoje sobre Rui com esse título – hoje, no centenário da sua morte. Quero terminar essa minha fala justamente com essa ideia de reivindicá-lo contra essa revivência nefasta do autoritarismo, lendo um pedaço do seu credo político, que eu acho muito atual:

[...] Rejeito as doutrinas do arbítrio; abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância; e quando esta se traduz pela abolição geral das grandes instituições docentes, isto é, pela hostilidade radical à inteligência do país nos focos mais altos da sua cultura, a estúpida selvageria dessa fórmula administrativa impressiona-me como o bramir de um oceano de barbaria ameaçando as fronteiras da nossa nacionalidade.<sup>12</sup>

Obrigado.

[Aplausos]

## Bibliografia

BARBOSA, Rui. *Campanha presidencial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XLVI, 1919, t. I). Disponível em: <[https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/234/5434\\_V46\\_T1.pdf?sequence=1](https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/234/5434_V46_T1.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 5 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. *Contra o militarismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XXXVII, 1910, t. I). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=parcimonia,%20gastando%20com%20a%20maior%20lagueza&pagfis=43694>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Discurso do Jubileu na Biblioteca Nacional. In: \_\_\_\_\_. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa: Nova Aguilar, 1995. p. 701.

\_\_\_\_\_. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XXIII, 1896, t. V). Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ObrasCompletasRuiBarbosa&pesq=estupida%20selvageria%20dessa%20formula%20administrativa%20&pagfis=11211>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. O voto do Sr. Ministro Pisa e Almeida. In: \_\_\_\_\_. *Trabalhos jurídicos*: estado de sítio. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956. p. 294. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. XIX, 1892, t. III).

\_\_\_\_\_. *Reforma do ensino secundário e superior*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa: Ministério da Educação e Cultura, 1942. (Obras Completas de Rui Barbosa, v. IX, 1882, t. I). Disponível em: <<https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/154>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

---

<sup>12</sup> Barbosa (1985, p. 38)

- \_\_\_\_\_. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis.* Rio de Janeiro: Record, 1987.
- LACERDA, Carlos. *A casa do meu avô: pensamentos, palavras e obras.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- SILVA, Wilton. C. L. Rui Barbosa: memória e esquecimento. *Diálogos*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 1.111-1.135 set./dez. 2012.

# **Centenário da morte de Rui Barbosa: reconstituição do cenário de seus últimos momentos**

JÉSSICA MARIA DA SILVA<sup>1</sup>

MÁRCIA PINHEIRO FERREIRA<sup>2</sup>

Em 1º de março de 2023, fez cem anos que Rui Barbosa faleceu, e continuamos a citar suas ideias e discursos sobre questões políticas, relações internacionais, direito, educação e cultura. Aparecida Rangel<sup>3</sup>, ao tratar da apropriação pública da personagem Rui Barbosa, conta uma experiência pessoal, diante de um visitante do Museu Casa de Rui Barbosa (MCRB) que chorava enquanto orava com as mãos unidas, diante do seu retrato, pedindo que Rui ajudasse na educação dos seus filhos. Rangel puxou conversa, ao que o visitante informou ter lido o livro *Oração aos moços* diversas vezes. Passou a contar-lhe a trajetória profissional de Rui, com detalhes biográficos relevantes, e a ditar-lhe trechos de seus discursos que costumava usar nas conversas em família:

Quando nos despedimos, ele perguntou se poderia voltar outras vezes para continuar os seus pedidos até que eles fossem atendidos. Tal qual uma das personagens presente em Personal Che, para este visitante, Rui Barbosa se assemelha a um santo, ele é capaz de intermediar a relação entre os planos material e espiritual. O Museu naquele momento é um templo de oração, guarda a energia do seu ilustre morador e, para o visitante em questão, a imagem em exposição está lá para ser venerada como um objeto religioso, de culto. (RANGEL, 2015, p. 154-155)

Rui Barbosa foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL) e uma onda europeia de culto aos objetos dos grandes escritores já se fazia sentir. Culto era um termo muito comum no início do século XX, mas foi desde a fundação da ABL, em 1897, que partiam os discursos e publicações na imprensa pela imortalização de literatas. Alessandra El Far estudou as atas manuscritas da ABL de 1897 a 1924, a partir das quais analisou uma articulação dos imortais por eternizar a presença dos ausentes: “Se os políticos, advogados, cientistas, engenheiros e médicos eram constantemente lembrados por seus feitos, os romancistas,

---

<sup>1</sup> Mestranda em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPG-PMUS/Unirio). Graduou-se em Conservação e Restauração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como bolsista de iniciação científica no Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), recebeu menção honrosa em 2018 e 1ª colocação em 2020, nas jornadas científicas Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Mast. Atualmente, desenvolve pesquisa como bolsista do Programa de Iniciativa de Pesquisa Colaborativa (PIPC) no projeto “Conservação de conjuntos museológicos identificados dentro das coleções do acervo museológico do Museu Casa de Rui Barbosa” e atua como conservadora-restauradora no Instituto Moreira Salles (RJ).

<sup>2</sup> Conservadora-restauradora, mestra em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). Tecnologista em Conservação de Bens Móveis do Museu Casa de Rui Barbosa. E-mail: marcia@rb.gov.br

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Sociais e mestra em Memória Social e Documento, Aparecida Rangel é museóloga do Museu Casa de Rui Barbosa e professora no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, da FCRB.



poetas e cronistas, por suas qualidades ímpares, mereciam igual admiração” (EL FAR, 2000, p. 120). A busca ativa por patrimônio material de intelectuais e musealização de suas residências já vinha em pauta no Brasil:

No início da década de 1910, a Academia começou a discutir a aquisição de determinados patrimônios que haviam pertencido aos nossos literatos. Numa sessão em 1912, a casa de Tomás Antônio Gonzaga, em Ouro Preto, foi posta em debate (Ata de 26/10/1912). Um ano depois, Sousa Bandeira lembrava até mesmo do sabugueiro da casa de Raimundo Correia, tão caro ao poeta. Na pauta do dia 20 de junho de 1918, como outro exemplo, entrava em debate a aquisição da biblioteca do barão Homem de Melo e da casa de Machado de Assis. (EL FAR, 2000, p. 122)

Em alguns casos, a ABL não cobrava uma preservação *in situ*, como na questão da árvore, em que a ABL negociava com o novo inquilino da residência em que morou Raimundo Correia, mas uma preservação *ex situ*, transplantando o sabugueiro para a Academia. Com a partida de Rui, Maria Augusta Rui Barbosa começava a receber propostas de que a biblioteca de seu marido fosse preservada *ex situ*, mas a viúva tinha interesse na preservação *in situ* pelo Governo Brasileiro, ainda que por menor valor de venda (RANGEL, 2015, p. 102).

O culto a Rui Barbosa, que João Felipe Gonçalves (1999) identificou mais fortemente na produção dos eventos comemorativos de seu Jubileu Cívico em 1918, se estendeu na formação das coleções do acervo museológico da Casa de Ruy Barbosa<sup>4</sup> e se confirmou na redação da lei nº 4.943/1966<sup>5</sup> de criação da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). O cunhado de Rui Barbosa, que veio a morar aos nove anos no Rio por causa de Rui, referia-se a ele como um “semideus” (BANDEIRA, 1960, p. 8).

— Devotei tôda a vida a Rui, nos mais elevados impulsos da alma. Não esperava agradecimentos, nem recompensas. E quando notava que ele queria de mim o que de outrem não desejava esperar, então, que me rasgassem as veias, que me esgotassem de todo o sangue, e eu concordaria, na felicidade completa de lhe ser útil. Chego a admitir que esqueci a igreja de meus pais, as missas e tudo de sua religião, que, aliás, nunca abjurei, porque fiz de Rui o culto, que me bastava. (BANDEIRA, 1960, p. 148)

Embora o Centro de Pesquisa<sup>6</sup> da FCRB hoje não repercuta mais o termo “culto” que vigora na redação da lei, isso não impede que um culto a Rui Barbosa se imponha por parte do público que visita seus aposentos. O visitante tem acesso a parte da cultura material da família Rui Barbosa que foi selecionada, pela instituição e pela família, para ser musealizada, com um protagonismo de Maria Augusta Rui Barbosa (1855-1948) e de Rui Barbosa (1849-1923) em uma formação de opinião a respeito da monumentalização da mansão da rua São Clemente (GONÇALVES, 1999, p. 95, 108; RANGEL, 2015, p. 101-102), o que contribuiu, e ainda contribui, para homenagens ao Rui Imortal. Entretanto, nosso estudo sobre os ambientes privados desta casa-museu permite, nesse momento do centenário de sua morte, que busquemos as fontes das publicações acadêmicas que celebram a vida de Rui, ou até outras fontes mais próximas de seus derradeiros momentos, para chegar,

<sup>4</sup> Casa de Ruy Barbosa foi a designação da instituição até 1941, respeitando a grafia do nome do patrono conforme registrado em cartório. A residência foi adquirida pela União em 1924, virou Museu-Bibliotheca de Ruy Barbosa em 1927, com recolhimento de relatórios anuais de atividades desde 1928, e foi inaugurada como Casa de Ruy Barbosa em 1930. Designou-se Casa de Rui Barbosa entre 1941 e 1966 quando, por meio da lei nº 4.943, foi transformada em Fundação Casa de Rui Barbosa, incluindo em seu organograma o Museu Casa de Rui Barbosa. Por isso, a depender do documento consultado, este texto respeitará a nomenclatura ali redigida.

<sup>5</sup> Missão da FCRB. Disponível em: <<https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/a-fcrb>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

<sup>6</sup> Criado, na estrutura da Casa de Rui Barbosa, em 1952 para, entre outras ações, editar as obras completas. Maiores informações disponíveis em: <<https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/centro-de-pesquisa>>. Acesso em: 7 dez. 2023.

o quanto possível, no Rui humano em suas fragilidades, em suas necessidades comuns aos mortais, a partir de suas coisas, de seus memorialistas mais íntimos e do seu arquivo pessoal. Nos últimos anos, o MCRB vem propondo reflexões sobre o modelo conceitual museus-casas, sobre os usos desta que é a Vila Maria Augusta e as memórias dos ambientes que não puderam ser preservados. Para isso, a equipe trabalha em cooperação nas áreas de documentação museológica, de educação museal e de conservação dos bens móveis do MCRB.

### A Casa de Rui Barbosa, uma cadeira e um relógio

O museu é uma divisão do Centro de Memória e Informação (CMI) da FCRB. Esta divisão tem como objetivos conservar, pesquisar e divulgar acervos relacionados à família Rui Barbosa (MUSEU CASA DE RUI BARBOSA, 2018). O livro A<sup>7</sup> do acervo museológico sob sua guarda compõe-se de objetos que foram testemunhos do cotidiano da família Rui Barbosa e da trajetória profissional do jurista nos séculos XIX e XX, e formou-se aos poucos a partir de compras, doações e permutas. Muitos objetos contêm pouca ou nenhuma informação, assim, o museu recorre a iniciativas internas de pesquisa, algumas das quais, como esta pesquisa, com fomento do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico (PIPC) para estudo dessas lacunas de informação.

Em 2018, a equipe de conservação identificou a necessidade de estudo prévio da trajetória de um exemplar de cadeira de balanço Hunzinger de 1888<sup>8</sup> (Figura 1) para sua restauração. O protocolo de estudo de fontes primárias antes da intervenção foi adotado pelo núcleo de conservação dos bens culturais móveis do MCRB desde 2017, para preservação de informações históricas do tempo e dos usos, na materialidade do item. O método visa também a preservação da leitura de conjunto, por meio da identificação dos itens a ela relacionados no contexto de seu uso primário junto ao patrono.



**Figura 1 – Cadeira de balanço em reserva no sobrado**

**Foto:** F. A. Figueiredo, 2009.

**Fonte:** Acervo MCRB.

<sup>7</sup> O livro A registra a coleção de bens móveis e imóveis que pertenceram a Rui Barbosa, sua esposa e seus filhos, sendo este o quantitativo principal do acervo, dado seu valor histórico. Já o livro B compõe-se de quatro coleções de itens cujo uso primário não se deu por este núcleo familiar (MUSEU CASA DE RUI BARBOSA, 2018, p. 47).

<sup>8</sup> Para quem consulta esta cadeira na base de dados da FCRB, não constam os dados do fabricante, data e local da fabricação, nem recursos anexos como documentos textuais e iconográficos de seu uso pela Família Rui Barbosa, que trataríamos como fontes primárias sobre sua trajetória. Vide <<http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>>. (Título: cadeira – base Museu; página 9; cadeira de balanço; nº de chamada: Sala Instrução Pública). Acesso em: 3 ago. 2023.

Esse modelo norte-americano de cadeira é uma grife do fabricante George Jakob Hunzinger (1835-1898), *Lollipop chair*, por conta do encosto que lembrava pirulitos. Havia versões de fábrica das cadeiras *Lollipop* em quatro pés e outras com balancim em mola. Hunzinger foi fabricante de destaque na segunda metade do século XIX, sendo imigrante em Nova York desde 1855. Outras patentes suas ficaram famosas, algumas dobráveis ou com partes removíveis.

Em consulta à série de fotografias adquiridas do espólio do sr. Antonio Joaquim da Costa (1880-1957),<sup>9</sup> o núcleo de museologia encontrou a fotografia desta cadeira de balanço no cenário de morte de Rui Barbosa, o que levou à hipótese de que a cadeira tenha sido usada como cadeira de acompanhante junto ao leito nos momentos derradeiros. Para empreender esta pesquisa, as autoras buscaram as fontes das fontes já publicadas pela FCRB e as fontes das informações da documentação museológica, constatando, assim, uma relação contextual entre a cadeira de Hunzinger e o relógio da copa.

Sobre o relógio, Costa, a quem o museu conhece como sr. Antonio, já havia publicado uma informação de memória:

No dia 27 de fevereiro, Dona Maria Augusta mandou chamar Frei Celso, a fim de que Rui Barbosa se confessasse. À cabeceira do Conselheiro encontrava-se o Dr. Correia de Lemos; levando um café para o Dr. Lemos, perguntei se o Conselheiro também o desejava. Fêz sinal que sim. Saí, e fui buscá-lo. Quando voltei, segurou a xícara, deu umas voltas com a colher, quis que o deitasse um pouco, pois estava sentado na cama, estendi-lhe as mãos para que se firmasse e ao procurar recostar na cama disse-me três palavras que não compreendi. O Dr. Correia de Lemos perguntou-me se tinha entendido o que o Conselheiro queria dizer. Disse-lhe que não. Disse-me o Dr. Lemos:

— Que pena, foram três palavras, as últimas, e não podemos saber.

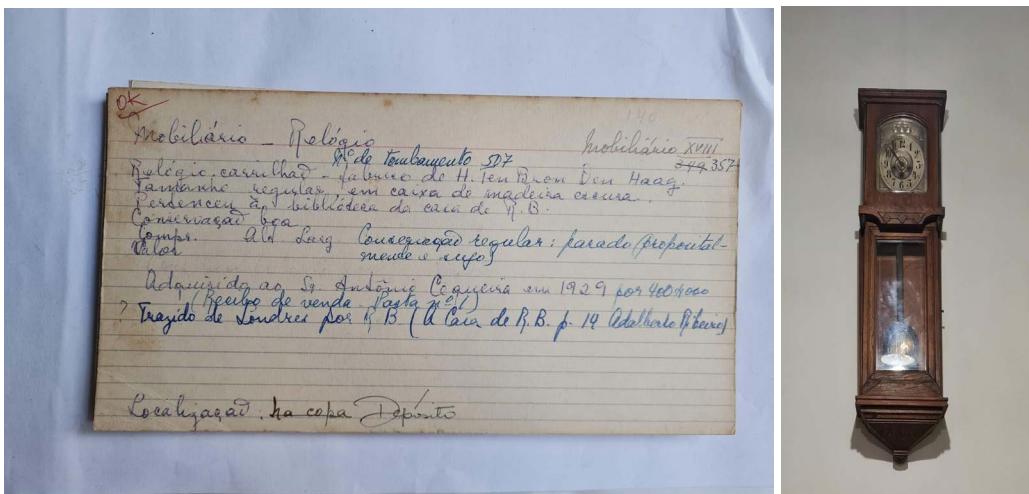
E assim, a 1.º de março de 1923, não podendo mais resistir aos padecimentos, deixou-nos para sempre Rui Barbosa. Por uma coincidência que não nos é dado aprofundar, o relógio que havia trazido de Londres e que colocara na copa de sua casa, em São Clemente, parara às 8:45 da manhã,<sup>10</sup> deixando marcada a hora em que Rui Barbosa expirou. (COSTA, 1949, p. 125-126)

Ainda que esta pesquisa não tenha encontrado o mesmo horário em outros depoimentos, Costa se refere à pane no relógio e expressa a carga simbólica agregada justamente ao defeito, em função do momento em que o defeito se deu. O relógio e a cadeira *Lollipop* têm em comum o contexto de partida de Rui Barbosa, assim como outros objetos que futuramente poderão estar lincados na base de dados acessível ao público. Por enquanto, apesar de três depoimentos relacionarem o relógio à morte de Rui, a base de dados nada informa sobre esse valor simbólico e relaciona o relógio apenas à II Conferência da Paz, não por seu uso, mas por sua aquisição. Apesar de a base de dados informar apenas uma restauração, as fichas antigas parecem somar ao

<sup>9</sup> Antonio Joaquim da Costa foi responsável pela conservação dos livros de Rui Barbosa entre 1909 e 1952, sendo o período até 1923 como funcionário da família e desta data em diante como funcionário público da União. Ainda que a literatura a respeito do patrono ora trate Costa como mordomo ora como “criado de quarto”, a viúva deixou declaração para fins de seu processo de aposentadoria, em que confirma ter sido contratado por Rui Barbosa como conservador da biblioteca (SAHI-FCRB, Processo nº 91453/46). Como servidor público, foram confiados a ele as funções de conservar a biblioteca, inventariar o patrimônio material e controlar o acesso do público ao acervo. Costa, desde o relatório de atividades de 1928, reivindicava que as funções de porteiro e de conservador fossem desvinculadas.

<sup>10</sup> Justamente na publicação das memórias desta testemunha dos extertores do patrão, o turno do óbito saiu errado. Adiante vamos cotejar as informações sobre a pane do relógio e o horário do óbito, a partir de dados de memória, de documentos e de periódicos.

menos duas restaurações: um conserto que teve por objetivo fazê-lo voltar a funcionar, possivelmente antes de 1952; em seguida os ponteiros foram parados propositalmente; e um serviço de manutenção posterior a 1993, que devolveu o relógio com os ponteiros parados em uma posição aleatória. Apresentamos abaixo a ficha de catalogação de acervo no MCRB sem data, com um acréscimo de informação na década de 1960 (Figura 2ab), que afirma que o relógio foi parado propositalmente. A informação consta como justificativa para alterar a classificação do estado de conservação para regular.



**Figura 2ab** – Antiga ficha do relógio da copa, sem assinaturas

**Foto:** J. Silva, 2022.

**Fonte:** Acervo MCRB.

É possível imaginar o quanto o conserto do relógio pode ter afetado Costa, funcionário pessoal de Rui Barbosa e testemunha de seus últimos momentos?

Consultamos outras fontes para preencher as lacunas de informação sobre o relógio. No projeto Memória de Rui<sup>11</sup> empreendido pelo MCRB de 1975 a 1997, a neta Lucila Maria Rui Barbosa Batista Pereira (irmã Ana de Lourdes),<sup>12</sup> contou como havia sido o retorno de Petrópolis para o Rio de Janeiro, no dia seguinte à morte do avô:

Ana: [...] Ele falou durante quatro horas, a manhã toda. De noite, ele estava, naturalmente, com problema de garganta. Não achamos nada. Fui dormir. Aí no dia seguinte, começou o movimento na casa. [...] Começaram a chegar todos os médicos. Então, a casa começou a tomar um ar de preocupação, de movimentação. Começaram a vir os políticos também. E aí fizeram a operação habitual. Tira a criança. Então, nós fomos brincar na outra casa o dia todo. E de noite, umas sete horas mais ou menos, me puseram na cama e daí a pouco eu

<sup>11</sup> O projeto Memória de Rui, elaborado e desenvolvido pela equipe de museologia do MCRB, entrevistou pessoas mais próximas de Rui Barbosa, na primeira etapa, e avançou na segunda etapa para as memórias do bairro e do museu, mas, com quadro funcional reduzido, não tinha como transcrever todos os áudios e buscar as referências citadas. A partir de 2016, a museóloga Aparecida Rangel coordenou o projeto de pesquisa “Projeto Memória de Rui: organização e acesso”, em que as entrevistas foram transcritas na íntegra, estudadas e referenciadas pela historiadora dra. Adriana Valentim Beaklini, bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico da Área da Cultura da FCRB.

<sup>12</sup> Lucila (1914-?) tornou-se médica e irmã de caridade, com o nome de Ana de Lourdes, no Convento das Carmelitas, em Teresópolis, onde concedeu as entrevistas ao projeto Memória de Rui. Na transcrição de sua entrevista, as falas de Lucila são indicadas pelo nome Ana. As netas Lucila e Estela são filhas de Maria Adélia Rui Barbosa Batista Pereira e Antônio Batista Pereira.

ouvi um choro. Choro, choro, choro. Eu perguntei a minha empregada: “O que é isso? O que é isso?” “Isso não é nada. Dorme, dorme.” Dormi. Aí, no dia seguinte, eu fui acordada me sacudindo. “Levanta. Vai se vestir. Vai se lavar. Vai se vestir. Para tomar a benção ao seu avô.” Eu perguntei: “O que aconteceu?” “Seu avô morreu essa noite.” Aí nos vestimos e fomos tomar a benção de meu vovô. Vovô estava deitado na cama, de fraque, com as mãos cruzadas sobre o peito, em cima de um crucifixo de marfim. Que eu não sei com quem que ficou. [...] Então, tomamos a benção e depois houve a missa de corpo presente. E depois o transporte aqui para o Rio. Mais ou menos meio dia e meio [sic], uma hora, nós saímos de casa e chegamos em São Clemente às sete e meia da noite. Porque o trem ia parando em todas as estações para o povo ver. O povo chorava. E quando chegamos na Praia Vermelha<sup>13</sup>, já à tardinha, era aquela multidão que a gente ficava apavorado. Tiraram o corpo pela janela. Nós mal vimos isso. Eu me lembro dos soldados. Os soldados todos fardados assim de roupa escura. Quando passava o cortejo, eles punham a espingarda para baixo. Achei aquilo esquisito. E os postes de luz estavam com crepe preto<sup>14</sup> e a multidão chorava muito. E tinha uma cavalaria. Uma cavalaria grande. Tinha muitos cavalos. Aí na fotografia da época, o Sr. pode ver melhor isso. O carro em que foi o corpo eu não me lembro. Eu sei que nós fomos a passo até a Biblioteca Nacional, onde o corpo ficou e nós voltamos para casa. Chegamos aqui às sete e tanto da noite. Encontramos os empregados em lágrimas. E veio a portuguesa Sra. Emília e disse que o relógio tinha parado, na hora justa que o vovô havia morrido, às oito e meia. (PEREIRA; PEREIRA, 1985)

Sra. Emília era a rígida mordoma da residência. Essa é a razão por que esse exemplar secular de relógio Gunghaus difere dos demais exemplares Gunghaus de pêndulo. São diversos os depoimentos sobre o horário de morte de Rui, por isso, esta pesquisa sistematizou os dados de memória e suas divergências. Citamos, como exemplo, o depoimento colhido pelo jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro, de 2 de março de 1923, sexta-feira, cuja fonte da informação estava na residência do deputado Pedro Lago, quando recebeu o telefonema de Batista Pereira informando o estado de agonia de Rui às 20h25min, e a nota recebida pelo jornal e publicada na mesma edição, informando o falecimento às 20h35min. O jornal *O Paiz*, do qual Rui Barbosa já fora redator-chefe, deu cobertura ao embarque do trem especial de estação Praia Formosa para Petrópolis e entrevistou os presentes na plataforma:

Pouco antes da meia-noite de hontem, na gare da Leopoldina, na Praia Formosa, já se achava prompto a subir a Petropolis o trem especial formado à ordem do ministro Sr. Miguel Calmon. Na estação estavam alguns representantes da imprensa e o ministro Sr. Felix Pacheco [...] O Dr. Madureira<sup>15</sup> narrou-nos então que acabara de jantar em casa do deputado Pedro Lago quando o Baptista Pereira, genro do conselheiro, telephonou de Petropolis, informando estar em agonia o maior dos brasileiros, e pedindo àquelle parlamentar que se comunicasse a respeito com o Dr. Francisco Sá, ministro da viação, e com o Sr. presidente da República. Eram 20 horas e 25 minutos. [...] Não havia o menor indicio de que, no espaço de mis dois sóes, se apagaria para sempre a intelligencia incomparavel do vencedor de Haya [sic]. [...] Ao deixar a residência do conselheiro, às 19 horas, ainda o Dr. Calmon, dirigindo-se ao Dr. Augusto Vianna, lhe perguntou se não seria bom passar a noite ali, ao que o Dr. Vianna respondeu que não, que tudo iria bem, de certo. E assim, com o espirito sereno, o ministro Sr. Calmon deixou a linda cidade de verão quase às 20 horas, para receber na Praia Formosa a informação do falecimento.

Adiante, a nota passada aos jornalistas foi publicada integralmente, na qual consta que o dr. Luiz Barbosa o encontrou

<sup>13</sup> Infere-se que a neta quis dizer Praia Formosa, estação em que o corpo saiu pela janela do trem.

<sup>14</sup> Adiante, veremos uma das fotografias preservadas por Antonio Joaquim da Costa, em que é possível ver crepes pretos nos postes ao longo deste cortejo da estação Praia Formosa até a Biblioteca Nacional.

<sup>15</sup> Dr. Bernardino Madureira de Pinho era advogado e jornalista em Salvador, BA, descrito por seu filho como “ruísta histórico. [...] o menino que na visita de Rui à terra natal, em 1892, pediu em discurso uma conferência em benefício do asilo de órfãos da Feira de Santana. [...] o escolhido para agradecer a Rui no dia da conferência. Ambos os espetáculos no velho Teatro São João. Foi o orador em nome da classe acadêmica em 1897 no Polytheama Bahiano” (PINHO, 1976).

sem fala, e sem vista, com edema garganta, estado gravidade extrema, sendo inuteis todos os esforços aconselhados sciencia medica até que hoje, oito horas e trinta e cinco minutos, exhalava ultimo usspiro, [...] Vinte minutos antes do desenlace fatal, sua desolada esposa procurou chamal-o à vida, perguntando-lhe em uma ansiedade comprehensivel: “Ruy, abre os olhos, tu vês-me?” Ao que elle respondeu com um ligeiro aceno de cabeça de modo negativo. Insistiu ainda a desventurada esposa: “Ruy, tu conheces-me?” e recebia como resposta um movimento de cabeça, indicando que sim, que a conhecia. (O PAIZ, 1923, p. 3)

A controvérsia quase insignificante nos dados coletados nem seria relevante se sra. Emília, Lucila e sr. Antonio Joaquim da Costa não tivessem se importado com a súbita pane no relógio e seus ponteiros não tivessem sido movimentados por um restaurador, na fase museu de sua trajetória, e parados em um horário diferente do informado pelos memorialistas de Rui Barbosa.

**Quadro 1** – Compilação dos dados de memória sobre o horário da morte de Rui

PUBLICAÇÃO	HORÁRIO INFORMADO
Frei Celso OFM referiu-se ao óbito (OS ÚLTIMOS..., 1923, p. 18)	“8 horas e pouco da noite”
Médicos Correia Lemos e Luiz Barbosa (Certidão de óbito)	“20 horas e 30 minutos”
Sr. Antonio (COSTA, 1949, p. 126) referiu-se à pane do relógio	“8:45 da manhã”
Nota recebida pela Imprensa na plataforma da estação Praia Formosa (O PAIZ, 1923, p.3) refere-se ao óbito	“8 horas e 35 minutos da noite”
Carlito Bandeira (1960, p. 275) referiu-se ao óbito	“8:25 da noite”
D. Emília comunicou que o relógio havia parado	Horário não mencionado
Irmã Ana de Lourdes (PEREIRA; PEREIRA, 1985) referiu-se ao óbito	“Oito e meia”

**Fonte:** Elaborado pelas autoras em 2022.

Ainda que não tenhamos uma entrevista direta com sra. Emília, nem tenha ficado claro se sra. Emilia se referia ao horário de morte ou ao horário em que os funcionários da casa receberam o triste telefonema, o grupo de pessoas que atribui valor a um objeto é aquele que se mostra diretamente afetado pela modificação do estado em que o objeto se encontra, por isso, uma conservação negociativa (MUÑOZ VIÑAS, 2005) para bens culturais móveis impediria a troca de peças e o conserto do relógio cuja significância seja justamente o defeito e a posição dos ponteiros que o singulariza. É uma vertente do campo que nos é cara, e que preferimos adotar nos últimos anos. Muñoz Viñas (2008) toma como exemplo um documento rasgado para esclarecer sobre a autenticidade do estado em que está, mesmo que a preferência do restaurador fosse a de não o manter rasgado. Pode ser a preferência da maioria das pessoas, porém a “revolução do senso comum” (MUÑOZ VIÑAS, 2008, p. 23) é aceitar que o dano importe a alguém que se manifestou a favor do rasgo. Houve perda de informação quando o relógio foi consertado pelo museu, não há fotos da ala de serviço em 1923, portanto analisamos os dados que restaram. Não existe informação sobre o horário em que os funcionários da mansão da São Clemente receberam o telefonema de Petrópolis, nem consenso de memória a respeito do horário em que Rui faleceu e do horário em que os ponteiros pararam. Apenas o sr. Antonio afirmou que o relógio parou de manhã e não houve entrevista com a sra. Emilia.

A entrevista cedida por Lucila e Estela Pereira (PEREIRA; PEREIRA, 1985) se soma às memórias do sr. Antonio e confirma a carga simbólica do relógio parado em alguma posição após a morte e/ou após o telefonema, que pode mesmo ter sido algo entre 8h30min e 8h45min, seja à noite ou pela manhã,

conforme coletado. Não houve nenhum depoimento sobre um telefonema do chalé para a residência. As memórias publicadas pelo sr. Antonio Costa (1949) estão disponíveis no repositório digital da FCRB e a publicação da íntegra das entrevistas do projeto Memória de Rui<sup>16</sup> será lançada em breve.

## O último quarto

Na cobertura do falecimento de Rui Barbosa, a *Revista da Semana* (OS ÚLTIMOS..., 1923a), publicou uma cópia da foto do cenário de sua morte, por J. A. Vieira, na qual estava a cadeira de balanço *Lollipop* da família (Figura 3).



**Figura 3 – Título:** Enterro de Rui Barbosa, Petrópolis

**Foto:** J. A. Vieira, 1923.

**Fonte:** SAHI-FCRB, rb-rbic176.

Novamente, a *Revista da Semana* (EM TORNO..., 1923b) publicou a mesma cópia fotográfica do quarto de morte de Rui Barbosa com itens excluídos por retoque e corte na lateral esquerda. A cópia fotográfica foi utilizada para ilustrar a matéria intitulada “Em torno do leito de Ruy Barbosa”, em que se supunha ver o espírito de Rui com óculos sobre o travesseiro em que morreu. Contudo, a revista admitia, na própria reportagem, que a visualização do espírito não passava de uma ilusão provocada pelo bordado da fronha.

Poucos dos pequenos objetos vistos nesta fotografia estão sob a guarda do MCRB. O porta-caixa de fósforos em charão preto sobre a cabeceira na fotografia de 1923, cuja documentação museológica comunicava o péssimo estado em 1966, já estava em Botafogo quando a casa foi adquirida pelo Governo. Hoje essa luva preta da caixa marrom não existe (Figura 4). Ao lado da caixa estava a placa francesa de 1911 que pertencia a Maria Augusta Rui Barbosa, em mármore verde, com o Sagrado Coração de Jesus em relevo de liga metálica (Figura 5), que somente fora adquirida pela Casa de Rui em seu espólio, 1949, um ano depois de seu falecimento.

<sup>16</sup> A volta do Ministério da Cultura em 2023 e a recuperação da autonomia do Setor de Editoração do Centro de Pesquisa da FCRB garantirão o fim do represamento das publicações eletrônicas da FCRB.



**Figura 4** – Porta-caixa de fósforos em charão

**Foto:** R. Fialdini, 2013.

**Fonte:** Acervo MCRB.



**Figura 5** – Sagrado Coração de Jesus, por André Laurillier, 1911

**Foto:** M. Chamarelli, 2013.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Ao comparar a foto publicada com outras fotos encontradas no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI), algumas características chamam nossa atenção. Os originais fotográficos pertenciam a Antonio Joaquim da Costa e foram incorporados ao acervo arquivístico da FCRB em 1958. No registro original que não foi publicado (Figura 6), nota-se a presença de um urinol embaixo da cama e de um narguile<sup>17</sup> do lado esquerdo.



**Figura 6** – Quarto de Rui Barbosa na casa de Petrópolis. Documento iconográfico original

**Foto:** J. A. Vieira, 1923.

**Fonte:** Acervo SAHI-FCRB, RB-rbic1032.

Os cachimbos d'água eram usados, tradicionalmente, para tragar folhas, flores, especiarias, frutas, café

<sup>17</sup> *Narguile*, conforme redigido em Londres, no *Official descriptive and illustrated catalogue of Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations*, 1851, p. 1.396, 1.399 1.411, 1.529. *Hookah*, conforme descrito nas páginas xxiii, lxvii, xcix, 873, 891, 917, 919, 921, 923, 924, 926, 936, 1.042, 1.410, 1.411, 1.415, 1.521, 1.522. Na Exposição Universal de 1851, foram vendidos narguilés indianos, turcos e sírios. Disponível em: <<https://wellcomecollection.org/works/pdp6m5e3>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

ou uma combinação de vegetais com propriedade medicinal, sempre por vaporização a partir de solução aquosa. No caso do ópio, usado comumente neste instrumento, sua potente ação analgésica se dava por meio da morfina, parte de sua composição. A morfina já havia sido isolada em 1806, seguida pela codeína em 1832 e a papaverina em 1848, quando puderam passar a ser administradas em substituição ao ópio, no combate a dor e diarreia (DUARTE, 2005). Apesar de a dissertação de João Felipe Gonçalves (1999) não ter se detido na reflexão sobre esta fotografia, Gonçalves relaciona outros elementos que se prestavam à operação social e política de desumanização do conselheiro e senador, nesse processo de mitificação que vinha sendo construído desde seu Jubileu Cívico, o que ampara teoricamente a análise sobre o interesse em apagar os equipamentos do cenário de morte que o aproximassem de suas fraquezas e necessidades fisiológicas. O urinol e o narguile não foram musealizados. Temos apenas a fotografia e, até o momento, nenhuma informação de uso do narguile pelos médicos de Rui.

Para tentar compreender melhor os motivos que podem ter levado à alteração do cenário de morte de Rui Barbosa pela revista, voltamos a uma análise feita por Gonçalves a respeito das publicações em periódicos contemporâneos a sua morte e algumas das homenagens que recebeu naquela situação de grande comoção nacional e honras de Estado. Tanto no rito fúnebre como nas reportagens, as características que o morto tinha em comum com outras pessoas eram deixadas de lado. Neste sentido, a retórica fúnebre em torno de Rui Barbosa separava bem o corpo e o intelecto (GONÇALVES, 2000, p. 2). Observa-se que o padrão citado por Gonçalves se repete algumas vezes, na publicação da *Revista da Semana* (OS ÚLTIMOS..., 1923a): quando descrevem o momento em que Rui faleceu, é recorrente o uso de expressões como “expirou”, “apagou-se a luz”, “passou-se dessa vida”. A impressão que causa é que quando se cita a morte, o mesmo eufemismo dos oradores e escritores da época foi aplicado pela imprensa na cena alterada. Uma hipótese é a de que a retirada de objetos da cena compunha a estratégia da construção da narrativa da época, separando o corpo e o intelecto de Rui Barbosa para que o herói nacional se tornasse imortal, imbatível, super-humano. Gonçalves considera a individualidade do Rui Imortal e seu corpo inerte perecível como “dois protagonistas do funeral” (GONÇALVES, 1999, p. 191). Do mesmo modo, os supersticiosos insistiam em ver sobre os lençóis na foto de J. A. Vieira (EM TORNO..., 1923b), o Rui Imortal quando seu corpo não estava mais lá.

Nesse quarto de Petrópolis, havia outros elementos que atualmente não compõem o acervo: o tapete e a passadeira sob a cadeira *Lollipop*, a pequena luminária, o candelabro de mesa, o crucifixo da parede, a cadeira branca e os equipamentos litúrgicos, do ritual de extrema-unção, que possivelmente foram trazidos por Frei Celso e permaneceram na casa apenas até a conclusão deste primeiro velório, em outro cômodo do chalé, já que um crucifixo de procissão e ao menos quatro castiçais de chão podem ser vistos na Figura 7.

Acima do espelho da cama (Figura 6), vê-se um diploma de bênção papal de 1915. Em 1901 (Figura 8a) e em 1915 (Figura 8b), as benções apostólicas com indulgências plenárias foram imploradas pelo casal Rui Barbosa *in articulo mortis*, em morte iminente, ambas ofertadas ao museu pela viúva e expostas juntas no cenário reconstituído no circuito expositivo da casa, alternando-se a disposição deles sobre o espelho da cama.

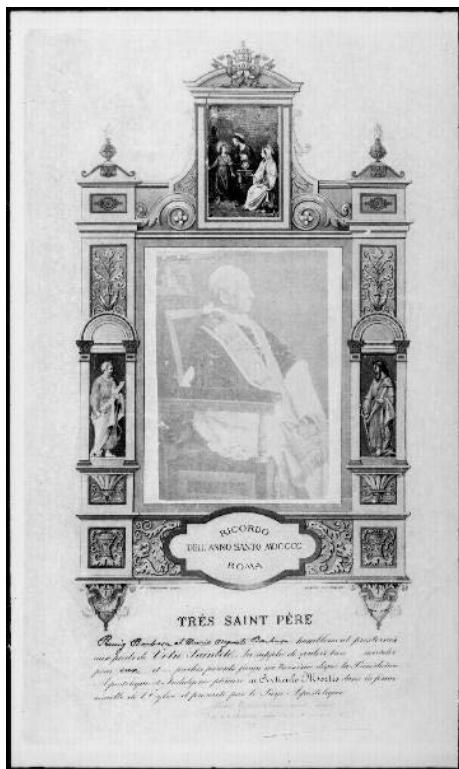
Apesar de terem sido muitos os momentos de adoecimento de Rui, não coincide com nenhum período de sua convalescência a data das duas indulgências.



**Figura 7 – 1º velório no chalé de veraneio de Rui. Família de Rui Barbosa em Petrópolis, junto ao esquife; vê-se Batista Pereira, Maria Adélia e Alfredo Rui Barbosa**

**Foto:** J. A. Vieira.

**Fonte:** Acervo SAHI-FCRB, RB-rbic186.



**Figura 8a – Benção de Leão XIII (1878-1903), 1901**

**Fonte:** FCRB, RB-DP 18 (2).



**Figura 8b – Benção de Bento XV (1914-1922), 1915**

**Fonte:** FCRB, RB-DP 18 (2).

Sobre o contexto da primeira indulgência, concedida *in articulo mortis*, podemos destacar uma série de situações profissionais complexas, não apenas pela sua oposição a Floriano, mas por uma atmosfera tensa provocada pelos florianistas de rua.<sup>18</sup> Depois do atentado contra o primeiro presidente civil do Brasil, persistia a crise econômica e o segundo presidente civil controlava de um modo impopular a economia. Entre 1899 e 1900, em meio a grave crise econômica, Rui publicava sucessivos artigos no *A Imprensa*, defendendo seu ponto de vista sobre a política financeira do governo brasileiro e denunciando um conchavo dos Estados Unidos com a Bolívia que ameaçava nossa soberania nacional no Acre, até que a conjuntura nacional o levou a interromper suas atividades em *A Imprensa* e se retirar para Friburgo (MAGALHÃES, 1999, p. 130-134). Em 1901, o jornal *A Imprensa* não conseguiu mais se manter em atividade e, de fato, em junho de 1901, “Bolívia assina, em Londres, o Contrato Aramayo, pelo qual o Governo boliviano arrenda a região do Acre a uma empresa anglo-americana – The Bolivian Syndicate of New York City in North America” (MAGALHÃES, 1999, p. 137). Mais um ano de insatisfação popular, junho de 1901 ficou marcado por um episódio de violência policial no centro do Rio de Janeiro, deixando morte e feridos em manifestação contra o aumento de preço de passagens de bondes.<sup>19</sup> A indulgência plenária foi implorada pelo casal ao Vaticano e assinada em 11 de outubro de 1901, quando dois dos grandes amigos de Rui, adoecidos, morreram prematuramente – o fundador do *Jornal do Brasil* (JB), que revia sua cirurgia em Paris, o diretor da Faculdade de Medicina, vítima da epidemia da peste bubônica – e sua Maria Augusta estava em isolamento por tifo (MAGALHÃES, 1999, p. 138).

O contexto político em que se deu o segundo pedido do casal ao Vaticano foi ainda mais complexo. Na campanha civilista de 1910, conta a filha Maria Luísa, a polícia impediu um atentado contra Rui dentro da mansão da São Clemente (GUERRA, 1975). O ano de 1911 já começou com fuzilamento de presos no paquete *Satellite*, que partira do Rio rumo ao Acre,<sup>20</sup> e Rui intensificou a oposição ao governo Hermes em coluna do *Diário de Notícias*, além dos discursos no Senado (MAGALHÃES, 1999, p. 177-182). De 1911 a 1914, uma série de petições de *habeas corpus* a políticos de oposição foram necessárias em meio a intervenções nos

<sup>18</sup> Segundo Lincoln de Abreu Penna, no Verbete “florianismo” do *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “[...] é possível identificar no florianismo duas vertentes: o florianismo de governo e o florianismo de rua. [...] o de rua, foi espontâneo, surgiu da afinidade dos segmentos populares com Floriano. [...] As duas vertentes do florianismo coexistiram sem grandes problemas durante o governo do marechal. Contudo, logo após o término da Revolta da Armada e a proximidade do pleito para a escolha do sucessor de Floriano, essas vertentes passaram a se conflitar. Os florianistas de governo abraçaram logo a candidatura sustentada pelos paulistas, de Prudente de Moraes, ao passo que os florianistas de rua não só não demonstraram qualquer apreço pelo candidato oficial, como engrossaram a articulação promovida nos bastidores para uma eventual permanência de Floriano no poder. Essa ação golpista realmente existiu, e posteriormente foi objeto de um processo que culminou no arrolamento, como conspirador, do próprio vice-presidente Manuel Vitorino, além do deputado Barbosa Lima e do jornalista Diocleciano Mártil. [...].” Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/florianismo>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

<sup>19</sup> Ampla matéria intitulada “A victoria do povo” em letras pequenas, não em manchete. *Jornal do Brasil* de 20 de junho de 1901. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_02&pagfis=2549](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_02&pagfis=2549)>. Acesso em: 12 jul. 2023.

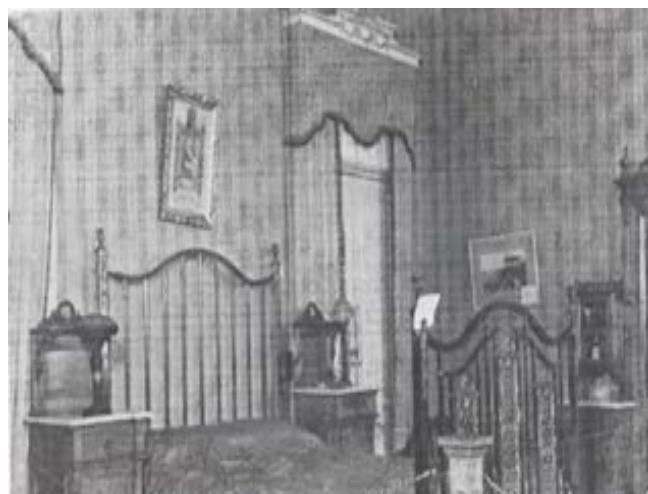
<sup>20</sup> Conforme a difusão de dados documentais no portal temático Estudos do Brasil Republicano do Arquivo Nacional, a viagem do cargueiro *Satellite* iniciou no Natal de 1910, levando, para a Amazônia, 293 presidiários, 45 mulheres, cerca de 50 pessoas de origem diversa, incluindo líderes sindicais e pessoas em situação de rua, e 97 marinheiros. Dos 70 acusados da revolta na Ilha das Cobras, apenas 10 não haviam morrido nem desaparecido e foram julgados a partir de junho de 1912, com sentença, em dezembro de 1912, a “dois anos de privação de liberdade aos acusados, que aguardaram em regime fechado a Justiça se pronunciar”. Sobre a Revolta da Chibata em 28/11/1910, foi publicado o Decreto 8.400, permitindo que a Marinha expulsasse cerca de dois mil praças participantes do levante sem que suas reivindicações fossem atendidas. João Cândido Felisberto permaneceu, mas em uma revolta em 9/12/1910, na prisão da Ilha das Cobras, foi torpedeado, por ordem dos oficiais brancos, pelos mesmos navios que haviam participado da Revolta da Chibata. Documentos: BR\_RJANRIO\_1X\_0\_CGM\_PCR\_311\_0001; BR\_RJANRIO\_O2\_0\_FOT\_0483\_d0001de0001; RJANRIO BW.0.PCR.2847; RJANRIO BW.0.PCR.2847; BW.0.PCR.2847; BW.0.PCR.2847, v.3. fl.22. Disponível em: <[https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites\\_eventos/sites-tematicos-1](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1)>. Acesso em: 19 jul. 2023.

estados, coações para que assinassem renúncia de mandato, ameaças de morte, ocupação militar em órgãos públicos e incêndios criminosos em gráficas da imprensa baiana. Em 31 de março de 1914, o marechal decretou estado de sítio ao perceber o movimento conspiratório por sua deposição e,

dessa data até 30/04, o estado de sítio vai sendo prorrogado sucessivamente. Um dos objetivos da medida seria a prisão de RB [Rui Barbosa]. Pinheiro Machado perde prestígio político cada vez mais e, diante das ameaças de morte, redige seu testamento político, a ser aberto no caso de ser assassinado. [...] Diante da suspensão das imunidades parlamentares, RB impetra habeas corpus preventivo em favor dele próprio [...] habeas corpus preventivo em favor d'O Imparcial, Correio da Manhã, A Época, A Noite e A Careta, ameaçados por fazerem oposição ao Governo. (MAGALHÃES, 1999, p. 190-192)

Em 15 de dezembro, da tribuna do Senado, “RB requer informações sobre o fuzilamento de marinheiros a bordo do Satélite [sic]<sup>21</sup>. Contra esse requerimento se colocam Pinheiro Machado e Antônio Azeredo” (MAGALHÃES, 1999, p. 195). A Primeira Grande Guerra já começava a afetar os países neutros, quando, em 7 de maio de 1915, um torpedo alemão afundou o navio Lusitania e Rui se posicionou publicamente a favor dos aliados. A indulgência plenária foi implorada pelo casal ao Vaticano e assinada em 5 de julho de 1915, quando Mal. Hermes havia sido indicado pelo governo federal como substituto de Joaquim Assunção no Senado, em uma manobra do sucessor de Hermes, às vésperas de o Código Civil em votação retornar para apreciação dos senadores (MAGALHÃES, 1999, p. 196-197).

Quando o cenário de morte de Rui foi ofertado pela viúva, sua primeira reconstituição na mansão da rua São Clemente deixou o diploma de 1901 na parede da cama (Figura 9).<sup>22</sup>



**Figura 9** – 1<sup>a</sup> reconstituição do quarto, mantida de 1929 até 1952, deixou, na parede da cama, o 1º diploma.

Autoria e data não informadas

**Fonte:** Acervo MCRB.

<sup>21</sup> Discurso de 15 de dezembro de 1914, e que, na opinião de Pinheiro Machado, aliado de Hermes, não incriminava Hermes e sim, “o Gal. Dan Barreto e o Ten. Mello”. Disponível em: <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054\\_01&pes-q=%22sat%C3%A9lite%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=141890](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pes-q=%22sat%C3%A9lite%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=141890)>. Acesso em: 12 jul. 2023.

<sup>22</sup> Quarto do casal no Rio de Janeiro, esteve sem sua mobília original até 1952, quando retornou à casa por meio da família. Esta fotografia está publicada em FCRB/CMI/MCRB. Relatório técnico sobre os papéis de parede do Museu Casa de Rui Barbosa [recurso eletrônico] / elaborado por Claudia Reis; organizado por Aparecida M. S. Rangel, Marcia Pinheiro, Anna Gabriela Faria. Rio de Janeiro: FCRB, 2021. 80 p.

Neste cômodo, ficava a mobília do Rio de Janeiro, antes de a viúva se mudar para Copacabana. O pesquisador Marcos Veneu<sup>23</sup> não descarta a possibilidade de que este diploma ficasse no quarto do Rio, enquanto o outro diploma permanecia no quarto de veraneio. As duas bençãos continuaram emolduradas no mesmo cômodo, na fase museu da mansão, de 1929 até alguma data posterior à conclusão do livro de tombo de 1966, quando ambas ainda apareciam arroladas junto aos itens do quarto de sua morte, transferidos em 1952 para o sobrado da casa (Figura 10).



**Figura 10** – Cartão postal da sala Abolição compõe a série de postais editada em 1956

**Fonte:** Acervo MCRB.

Na Figura 10, mais uma vez o enquadramento não permitiu ver o quadro do outro diploma de indulgência, que subiu junto com o conjunto de morte para o sobrado (CASA DE RUY BARBOSA, 1932, 1966). Quando esta sala passou a funcionar como gabinete da presidência da FCRB, o conjunto do quarto de morte foi dissociado<sup>24</sup> e os diplomas foram recolhidos ao SAHI, possivelmente para melhor conservação. Apenas a cama desceu do sobrado para o circuito expositivo e, na sua parede, pendurou-se uma gravura representando Jesus Cristo. Em entrevista concedida a este projeto, o pesquisador Marcos Veneu orientou sobre a reformulação museográfica empreendida para devolver, ao circuito expositivo da casa, a reconstituição do cômodo:

Sendo o Papa o chefe da igreja católica, para os fiéis uma bênção dada por ele se reveste de especial valor. O importante aqui é que ela se dá em função de circunstâncias particulares: batismo, casamentos, aniversários especiais de casamentos ou aniversários natalícios especiais. No caso das bênçãos à família de Rui, é preciso

<sup>23</sup> Marcos Guedes Veneu é historiador, mestre em Antropologia Social, pesquisador titular da FCRB, e professor horista na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com ênfase de pesquisa em teoria e filosofia da história, principalmente nos temas: tempo histórico, historiografia, Philippe Ariès, progresso e individualismo. A parceria de Veneu neste projeto deve se desdobrar em outros estudos sobre os itens devocionais do casal Rui Barbosa nos acervos museológico e arquivístico da FCRB.

<sup>24</sup> Há informação, na documentação museológica, de que, em data posterior à saída de Antonio Joaquim da Costa, uma sala do jardim, hoje convertida em banheiro, foi depósito do mobiliário vindo de Petrópolis e de objetos do casal Batista Pereira. A mobília adquirida em 1929 recebeu numeração “41.”, o lavatório foi modificado em uma reforma; o armário e a psiché compuseram o quarto dos Batista Pereira, a cadeira de balanço quebrou em data não informada na sua ficha e ficou reservada.

verificar no texto da bênção a que ocasião ela se refere. Por isso, em resposta à pergunta 1, não se trata de atualizar o retrato do Papa reinante, mas da ocasião familiar que deu margem à bênção.

[...] Aí é o caso de escolher que testemunho privilegiar, se a fotografia do quarto [em 1923] ou sua apresentação museográfica de 1930 [quando ambas as bençãos foram expostas e descritas no inventário do cômodo].

[...] pelo já exposto, considero muito melhor exibir uma cópia do(s) diploma(s) de bênção, representando uma circunstância histórica específica e concreta, do que substituí-lo por uma imagem de Cristo, interpretando de forma genérica e menos específica um sentimento religioso menos definido. (VENEU, 2023)

O MCRB se enquadra em um modelo conceitual de museus-casas que relaciona todo o conteúdo ao continente e a seus usuários: “o entendimento dos compartimentos da casa enquanto objetos de museu enfatiza o vínculo entre objetos e ambiente, uma das características marcantes dos museus-casas” (ALMEIDA; RANGEL, 2019, p. 5). Tal conceito trata e estuda as características físicas, suas mudanças e a trajetória social de cada cômodo da casa-museu como objeto preenchido por objetos, alguns dos quais são móveis e outros, integrados ao cômodo-objeto (ALMEIDA; RANGEL, 2019, p. 13). Tem sido um desafio a construção da trajetória dos ambientes testemunhos da vida privada da Família Rui Barbosa na ala de serviço desta casa, onde quase nada do conteúdo foi incorporado ao acervo museológico. É o caso do quarto das babás até 1923, que, vazio, prestou-se à administração e arquivo histórico até a construção do edifício-sede da FCRB em 1978, quando uma grande reforma possibilitou a volta da cama do quarto de Petrópolis ao circuito expositivo. Nesta sala, pretendemos propiciar ao público visitante uma imersão no cenário dos últimos momentos de Rui.

A preservação, quando restrita aos objetos móveis utilizados pelos antigos moradores da casa, inibe o potencial discursivo deste modelo conceitual tão rico em possibilidades de leitura e abordagens críticas. [...] Assim, ressaltamos que nas casas-museu a relação entre o conteúdo e o espaço que abriga a museália configura-se como premissa estrutural, ou seja, o acervo de bens móveis e o lugar onde este se abriga possuem uma conexão; não apenas os objetos deveriam ser registrados segundo os parâmetros museológicos, mas também, numa escala hierárquica equitativa, os ambientes. (RANGEL; ALMEIDA, 2017, p. 10-12)

A metodologia desenvolvida por Álea Almeida e Aparecida Rangel (2019) vem sendo aplicada na catalogação dos ambientes. Como o chalé de veraneio foi vendido, e houve, da parte da viúva, a oferta do último escritório e do último quarto do patrono, que foram reconstituídos aqui, a trajetória destes cômodos do museu, emprestados ao contexto derradeiro, passará também por comunicar o uso primário dos ambientes de Petrópolis, entendendo que sejam continente-conteúdo relacionados a Rui em um período compreendido entre 10 de janeiro e 2 de março de 1923, à rua Ipiranga, nº 405. Entretanto, o volume de informações coletadas sobre o conjunto relacionado ao contexto dos momentos derradeiros de Rui Barbosa ampliou de 10 para mais de 40 itens relacionados ao mesmo contexto, itens que estão distribuídos por mais quatro dos ambientes deste museu-casa.<sup>25</sup> Muitos desses itens compuseram a narrativa construída para a mostra “Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa”, de 24 de março a 23 de junho de 2023. Um outro cômodo do circuito expositivo alude a um testemunho deste mesmo contexto histórico, uma estampa de ampla reprodução, sem valor monetário relevante, mas de alta significância no contexto de seus últimos momentos.

---

<sup>25</sup> Partindo do método prosopográfico, que é um método preliminar de pesquisa antropológica, adaptado a acervos museológicos e já aplicado em outros museus em que as lacunas eram maiores do que as informações individuais, as autoras identificaram mais objetos relacionados a este mesmo contexto de uso pela Família Rui Barbosa, mas que haviam sido dissociados na musealização, por razões diversas.

## Presença dos ausentes

A documentação museológica cita a carta de João de Assis Lopes Martins<sup>26</sup> à diretoria do MCRB, em que descreve a cerimônia de entronização de uma estampa do Sagrado Coração de Jesus realizada pelo monsenhor Rangel, com Rui Barbosa fazendo a leitura das preces, na sala de visitas da mansão da rua São Clemente (Figura 11a). Sr. Antonio, em suas memórias (COSTA, 1949), havia se referido a uma visita do monsenhor Rangel quando Rui estava desenganado pelos médicos em 1922, mesma visita informada pelo *Jornal do Brasil* de 15 de agosto deste ano: os médicos do Rio reunidos no salão da biblioteca com o ministro Calmon para discutir o gravíssimo estado de Rui e explicar a situação a seu filho Alfredo, combinavam de não revelar a situação à Maria Augusta, mas, bastante insatisfeita com a situação, d. Maria Augusta mandou que o dr. Correia de Lemos pegasse imediatamente o trem de Petrópolis para examinar Rui na cidade do Rio de Janeiro (COSTA, 1949, p. 118-120):

Ao sair do quarto, depois de ter examinado Rui Barbosa, voltou ao Salão acompanhado de Dona Maria Augusta. Entrou com a junta médica, em conferência que foi assistida por Da. Maria Augusta. Lembrou então o Dr. Lemos que tivera um caso idêntico ao do Conselheiro, e que certa injeção tinha dado resultado. Da. Maria Augusta, virando-se para o Dr. Lemos, disse que se responsabilizava pelo que houvesse. Todos foram de acordo que se lançasse mão da injeção, pois o estado de saúde do Conselheiro era grave. Virando-se para mim, o Dr. Lemos falou:

— Antônio, tome um automóvel, vá à Drogaria Silva Araújo e traga-me esta injeção.

Tomei rapidamente [sic] o carro e 20 minutos depois estava a injeção nas mãos do Dr. Lemos que a deu imediatamente no Conselheiro.

— Dentro de pouco tempo, se Deus o permitir, teremos a reação, disse o Dr. Lemos.

Minutos depois chegava o Dr. Lopes Martins acompanhado de Monsenhor Rangel. Vinha pedir ao Conselheiro que se confessasse.

Assim se foram passando alguns minutos e daí a pouco, com a graça de Deus, e para alegria de todos nós foi o Conselheiro melhorando. (COSTA, 1949, p. 120-121)

Até o momento, não sabemos informar a data exata da cerimônia de entronização conduzida pelo monsenhor Rangel.<sup>27</sup> Programando um repouso em seu chalé de veraneio, esta estampa do Sagrado Coração de Jesus foi levada ainda em 1922 pela família para a convalescência de Rui em Petrópolis, mas não há informação sobre o cômodo em que foi reentronizada lá. Sobre essa reentronização, a *Revista da Semana* (OS ÚLTIMOS..., 1923a), na reportagem “Os últimos momentos do conselheiro Ruy Barbosa, narrados pelo confessor do Grande Brasileiro”, publicou o relato de 4 de março de 1923 por Frei Celso O.F.M.:

---

<sup>26</sup> O médico homeopata João de Assis Lopes Martins foi quem deu a Rui o quadro *A última ceia* que fica na sala de almoço da casa-museu. Também preservadas na FCRB, estão correspondências do médico que o inserem no contexto das campanhas de Rui à presidência da República (CFBO SFGR DJALM) e no contexto da demissão de Carlos V. Bandeira e de Batista Pereira pelo Governo de Hermes da Fonseca (RB-RBCRUPF 896/3). Entretanto, não encontramos, até o momento, documentos textuais que datem a primeira entronização da estampa.

<sup>27</sup> Diversas são as cartas e telegramas, preservados na FCRB, em que há felicitações à família pela recuperação de Rui em 1919, 1921 e 1922, e outras tantas correspondências trocadas com o monsenhor Rangel.

Inesquecíveis hão de viver sempre, em minha memória, os momentos em que, no anno passado, tive a consolação de fazer, no palacete do sr. Conselheiro, aqui em Petrópolis, a enthronisação [sic] do S. Coração de Jesus e consagrar o seu lar ao divino Redemptor [sic] do gênero humano. Durante toda a tocante ceremonia [sic] via-se no semblante do sr. Conselheiro a devoção com que acompanhava o acto. Embora, à vista de seu precário estado de saúde, lhe tivesse, com insistência, aconselhado a assistir sentado à enthronisação [sic], ele significou-me que queria fazel-o [sic] de joelhos. E assim o fez, com grande esforço, de princípio a fim, sendo acompanhado n'este bello gesto por todos os membros de sua prezada família e numerosos amigos que se achavam presentes. (OS ÚLTIMOS..., 1923a, p. 18)

O mesmo frei acompanhou Rui na doença e deu-lhe nova extrema-unção quando a toxemia levou à paralisia bulbar, momento que será abordado adiante. Consta na documentação museológica que, em 1974, a neta Maria Augusta Rui Barbosa Brooking (filha de Francisca Ruy Barbosa Airosa e irmã de Raul Ruy Barbosa Airosa) doou um exemplar dessa estampa, que parece ser o mesmo (Figura 11b), para o qual houve cerimônia considerada de reentronização do Sagrado Coração de Jesus nesta casa, dessa vez, no corredor dos quartos.



**Figura 11a** – Estampa S. Coração de Jesus em cores. Sala de visitas. Autor não informado, s/data [antes de 1923]. Original em p/b; pertenceu a Antonio Joaquim da Costa

**Fonte:** Acervo FCRB-SAHI, RB-rbic72.



**Figura 11b** – Estampa S. Coração de Jesus em cores. Corredor

**Foto:** M. Pinheiro, 2020.

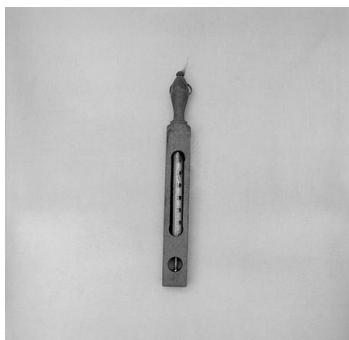
**Fonte:** Acervo MCRB.

Falamos, portanto, de um conjunto de itens presentes tardivamente e/ou ausentes do acervo, todos igualmente carregados de tamanha carga simbólica, que poderia até mesmo justificar suas ausências pelo alto grau de significância em relação ao contexto.

Ainda em estudo, segue um lote da coleção A do acervo museológico, adquirido de uma das netas somente 18 anos após o falecimento da viúva, e sobre os quais trabalhamos com a hipótese de se tratar de itens do seu luto. Ao coletar as informações de inventário referentes a esses itens que a família ofereceu tão tarde, podemos encontrar alguns objetos relacionados à morte de Rui e alguns objetos da viúva, na cor preta: um vestido preto, um leque preto, um quimono preto, a blusa com que Rui faleceu, o lenço que cobriu a face do morto, uma tesoura de podar as roseiras, um termômetro de Rui em madeira, dois de

seus óculos, uma camisola cor-de-rosa da viúva e uma bandeira nacional sobre a qual não se confirmaram na iconografia as informações de inventário. Sobre esta bandeira, é possível que seja a que cobriu o esquife na cerimônia de translado dos restos mortais para o fórum de Salvador (BA) durante o evento do centenário de nascimento de Rui Barbosa, uma hipótese, já que, em diversas fotos do esquife no terceiro cortejo, pudemos identificar a bandeira que foi incorporada ao acervo em 1929, pelas mãos do sr. Antonio Joaquim da Costa.

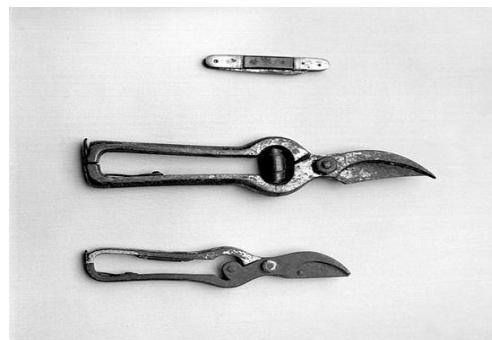
Este lote de 1966, adquirido tão tarde, que tratamos provisoriamente como um lote do luto, deve ser estudado no âmbito desta pesquisa e de uma pesquisa de doutoramento sobre a trajetória de Maria Augusta Rui Barbosa por meio de seu guarda-roupa.<sup>28</sup> Deste lote de 1966, destacamos aqui o termômetro do Rui em madeira (Figura 12a), a tesoura de podar com mola entre as hastas (Figura 12b), o lenço que cobriu seu rosto, possivelmente usado somente ao leito de morte (Figura 12c) e a camisa em que se vê um chuleio no corte feito à tesoura, para despir o morto, corte frontal que se estendeu verticalmente do último botão até a bainha (Figura 12d).



**Figura 12a** – Termômetro de Rui em madeira

**Foto:** Gautherot, [1974-1977].

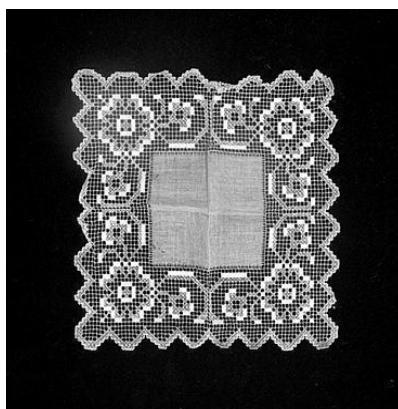
**Fonte:** Acervo FCRB, 1.00196.08.



**Figura 12b** – No *kit* de poda do Rui, ao centro, a tesoura guardada pela viúva

**Foto:** Gautherot, [1974-1977].

**Fonte:** Acervo FCRB, 1.00194.01.



**Figura 12c** – Lenço que cobriu o rosto de Rui Barbosa

**Foto:** Gautherot, [1974-1977].

**Fonte:** Acervo FCRB, 1.00149.10.



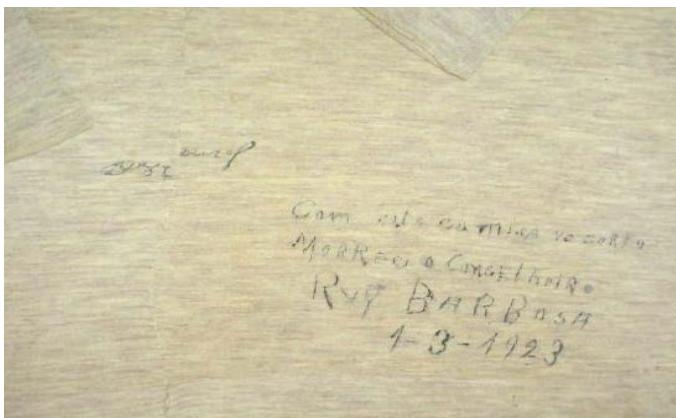
**Figura 12d** – Camisa com chuleio no corte frontal

**Foto:** I. Carvalho, 2006.

**Fonte:** Acervo MCRB.

<sup>28</sup> Gabriela Lucio de Sousa estuda como possível coleção Maria Augusta Rui Barbosa o conjunto de objetos da viúva dentro da coleção A do acervo museológico do MCRB, no âmbito de sua pesquisa pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) da UniRio, sob orientação de Márcio Rangel, coorientada por Aparecida Rangel.

Nesta camisa de malha de lã bege e forro em malha de algodão, com monograma RB, foi manuscrita sua significância: “com esta camisa no corpo / morreu o conselheiro / Ruy Barbosa / 1-3-1923”. Como foi incorporada ao acervo museológico já com a inscrição, e o texto guarda alguma cerimônia ao invés de intimidade, é possível que tenha sido rabiscada no momento da comoção, por alguém que participou dos últimos momentos ou até da troca de roupa nos preparativos do corpo, ainda em Petrópolis. Não há relatos de memória sobre isso e não é o único item rabiscado com essa motivação. Nas figuras 13a e 13b, é possível distinguir o manuscrito *post mortem* de um outro manuscrito semelhante à assinatura de Rui, que parece ter sido anterior ao corte porque ficou desencontrado depois do chuleio.



**Figura 13a** – Detalhe na camisa

**Foto:** I. Carvalho, 2006.

**Fonte:** Acervo MCRB.



**Figura 13b** – Detalhe do chuleio em luz rasante

**Foto:** M. Pinheiro, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Trabalhamos, até o momento, com a hipótese de se tratar de uma camisa que ele tenha usado em viagem de navio ou internação, onde as roupas lavassem coletivamente e pudessem ser confundidas. Sua última campanha presidencial contou com excursão de navio e houve uma internação recente no Sanatório de Palmyra (CAMPOMIZZI, 2008) que será abordada adiante.

Do que permanece em estudo, apresentamos aqui um par de suportes metálicos (Figura 14), adquiridos da família pelo MCRB em 1984, sobre o qual há apenas uma ficha antiga que informa relacionarem-se justamente à morte de Rui, mas nada mais consta nesta ficha.



**Figura 14** – Par de suportes para pequenos vasos de formato oval, pés em formato de troncos e flores, em metal prateado

**Foto:** M. Pinheiro, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Enquanto buscamos algum documento de sua aquisição que o descreva, esperamos que nossos leitores possam contribuir com lembranças que nos auxiliem a chegar ao seu uso nesse contexto de que o par foi testemunho.

Por fim, mais dois itens relacionados ao contexto da morte de Rui Barbosa, adquiridos de procedência não informada e data desconhecida, foram guardados na reserva técnica sem outra informação além do que se lê na embalagem: um toco de vela (Figura 15) do velório de Rui e uma pétala de flor, mais um item que foi manuscrito no próprio suporte, em que se lê “pétala de lótus que ornamentou o esquife do gigante Ruy Barbosa” (Figura 16).



**Figura 15** – Vela usada quando Rui Barbosa morreu

**Foto:** J. Silva, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.



**Figura 16** – Pétala de flor de lótus que estava no esquife de Rui

**Foto:** J. Silva, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Ambos os itens aguardam catalogação e integraram a mostra “Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa”. Assim como a camisa, há inscrição com a finalidade de preservar como documento, mas não foi possível confirmar se a caligrafia é a mesma do manuscrito na camisa.

Foram os funcionários mais próximos do casal, Maria Ferreira e Antonio Joaquim da Costa – respectivamente, a camareira de Maria Augusta e o conservador dos livros de Rui – as pessoas que preservaram a maior parte dos documentos relacionados à morte de Rui ou à saúde da família, razão pela qual este estudo tem buscado informação sobre eles. Assim como pouco se encontra de informação sobre os itens de saúde e outros objetos que humanizam Rui, quase nada restou dos ambientes da ala de serviço da residência e, sobre Costa e Maria Ferreira, quase nada há.

Da mesma forma, quase nada há sobre os objetos da família com pouco valor monetário e/ou estético que vem sendo estudados no âmbito do projeto de pesquisa “Conservação de conjuntos museológicos identificados dentro das coleções do acervo museológico do Museu Casa de Rui Barbosa”: a série de 260 originais fotográficos, com a maior cobertura do velório e cortejos fúnebres de Rui, adquirida no espólio de Costa (CASA DE RUI BARBOSA, 1958), que não foi classificada por esta procedência; e um lote adquirido de Maria Ferreira, em 1972, que segue em estudo. Ainda que seja provável que tantos adornos e itens devocionais do lote Maria Ferreira tenham sido usados, na verdade, em cuidados com sua patroa até 1948, procuramos alguma relação da medalha de Nossa Senhora e dos itens de saúde e toalete deste lote com os últimos momentos de cuidado com Rui. A devoção mariana foi abordada pelo Frei Celso, único memorialista a contar sobre uma medalha que esteve sob a mão de Rui, junto com o crucifixo que se vê nas fotografias do corpo ainda em Petrópolis (Figuras 20 e 25). No acervo, há medalhas devocionais, mas não houve informação sobre o destino daquela dos últimos momentos, assim como daquele crucifixo.

Temos encontrado mais lacunas de informação em relação aos itens de pouco valor estético ou monetário, cuja atribuição de valor poderia estar menos relacionada a um valor de mercado (KOPYTOFF, 2008, p. 110), assim como foi menos frequente a busca ativa às memórias e coleções dos funcionários mais antigos da mansão. A mordoma Emília, por exemplo, já era a governanta. Entretanto, os valores agregados a itens simples, nessa intimidade singular de Rui Barbosa, enriquecem sua cultura material e ampliam as conexões com pessoas cuja identidade não foi sacralizada. Igor Kopytoff identifica uma operação de apagamento das coisas, bastante semelhante à operação de apagamento de pessoas:

A emoção das biografias é picaresca. Ao mesmo tempo, o indivíduo que não cabe em determinados nichos é singularizado na forma de uma identidade especial – sagrada ou perigosa, ou por vezes ambas – ou ele é simplesmente excluído. Nessas sociedades de pequena escala as coisas são modeladas da mesma forma. (KOPYTOFF, 2008, p. 120)

Kopytoff trata do que é culturalmente praticado pela população, que merece pesquisa porque é heterogêneo e rico de informações de memória. Tomamos como exemplo uma panelinha amassada que integra o lote aparentemente aleatório que procedeu de Maria Ferreira, juntamente com o estojo de seringa, uma seringa e outros itens que podem se referir a um contexto de tratamento de um doente em leito domiciliar. Além disso, temos relatos de Costa e de uma neta de Rui sobre a prática em família de aplicar injeções e esterilizá-las de forma caseira, o que nos levou a levantar uma hipótese que, caso se confirmasse, singularizaria essa pequena panela. Ao estudar Kopytoff, entendemos que qualquer homogeneização de panelas como conjunto de itens culinários nada teria a ver com o caráter heterogêneo da cultura porque a cultura impõe uma ordem coletivamente compartilhada que singulariza coisas, a despeito da função primária para que foram fabricadas (KOPYTOFF, 2008, p. 96). O que culturalmente foi praticado pelos sujeitos que integraram o núcleo familiar de Rui Barbosa na mansão da rua São Clemente é o que garante, por exemplo, que nem todas as panelas de Rui Barbosa sejam expostas na cozinha. Ainda que até o momento o MCRB não tenha elementos de pesquisa suficientes para expor tal panela junto com a seringa, esta pesquisa segue com a autora deste estudo, nos próximos anos, como desdobramento em um conjunto mais amplo de cuidados de saúde na Família Rui Barbosa, cuidados que podem envolver itens de ciência e tecnologia, itens de higiene, uma panela e até a cama de Rui, que destoa da mobília de quarto.

Em consulta ao acervo iconográfico comprado do espólio de Antonio Joaquim da Costa em 1958, foi possível confirmar a informação de que as camas de madeira dos quartos do casal haviam sido substituídas, ainda na fase do uso primário, por camas metálicas e colchões bem mais altos. Apenas a cama original da mobília do Rio de Janeiro foi musealizada e permitiu verificarmos que tem 35 cm do chão ao topo do colchão (Figura 17), enquanto a cama que vinha servindo ao casal nesse período de agravamento dos males de Rui, tem 60cm do chão ao topo do colchão (Figura 18).

Apesar de os estudos no museu identificarem uma tendência de mercado no consumo das camas metálicas neste período, é possível que tenha havido um interesse de da. Maria Augusta em substituir as camas de madeira por estas camas metálicas, bem mais altas, para facilitar a movimentação de quem cuidava de Rui. Já em relação à cama de veraneio do casal, como a cama de madeira da mobília não foi musealizada e não encontramos a divulgação da altura padrão do fabricante da mobília paulista do quarto de Petrópolis, não pudemos calcular o ganho em altura do colchão de Petrópolis, no leito de seus momentos derradeiros. Não houve como confirmar nossa hipótese porque o assunto não foi abordado por nenhum de seus memorialistas.



**Figura 17** – Cama original da mobília do quarto do casal no Rio

**Foto:** M. Pinheiro, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.



**Figura 18** – Interior do quarto do casal no Rio, original em p/b pertenceu a A. J. da Costa. Autoria e data não informadas

**Foto:** Acervo FCRB, RB-rbic64.

Pudemos perceber que era bastante grave seu estado quando recebeu a primeira extrema-unção ainda no Rio de Janeiro. Por isso, há cerca de um ano, as autoras estenderam o recorte temporal dos momentos derradeiros de Rui, partindo de junho de 1922 para compreender o contexto em que se deu o atraso da sua viagem para convalescência em Petrópolis, para onde havia sido levado o Sagrado Coração de Jesus. Bandeira foi quem contou da interrupção de seu repouso no Sanatório de Palmyra, para trabalhar:

Seu desejo, sua conveniência estava em dar o braço à mulher e partir para Genebra, onde tinha sua cadeira na suprema corte da justiça dos povos. Chegou mesmo a pensar num e outro transatlânticos para a viagem. Mas, transcorria na Europa a estação gélida. O cargo não erabastamente remunerado. Nada tinha com él o tesouro brasileiro. A Liga das Nações só pagava aos seus juízes 4.000 florins (1:750\$000) mensais, que, diga-se de passagem, Rui só entrou a receber depois de bem seguro de lhe sei isto lícito enquanto ausente de Genebra, e que venceu até 28 de fevereiro de 23. Com que desgosto se via él impedido, por tódas as formas, de rumar para a Suíça,<sup>29</sup> de fugir das pompas epítacianas! Sim: as comemorações do 1.º centenário de nossa independência, a exposição nacional, a visita do presidente de Portugal e de outras celebidades mundiais, especialmente convidadas. A contrapartida de tudo isto seria o rasgo dos “18 do Forte”. Rui não tomava conhecimento dos festejos públicos. (J) Tinha sofrido um ataque de edema pulmonar, que quase o levou à morte (julho de 1922). Sugestões penso que partidas do dr. Manuel de Carvalho Leite, marido de Elenita Dobbert, e ligado ao proprietário do Sanatório de Palmira [sic], levaram-no até lá numa estação de cura. Realmente, él se achava enfraquecido em excesso. Aceleravam-se a olhos vistos os efeitos daquela enfermidade. É verem-se os retratos que dêle se apanhavam em família. Naquele estabelecimento de saúde, onde se ofereceram a Rui e Cota acomodações à parte dos misteres relativos ao tratamento dos tuberculosos que lá se internam, Rui, em clima prodigioso, com um passadio dietético e um repouso que nada deixavam a desejar, experimentou, acredo, os mais pacíficos dias terrenos dos seus longos 72 anos. Foi-lhe essa estação um prêmio de tranqüilidade, pelo menos física e talvez mental, antes da sepultura. Não tive ensejo de ir até lá, se bem que meu cunhado me convidasse inconsistentemente. Nem de lá houve motivo para Rui escrever-me. Sei, todavia, que él prezou os dias passados na antiga Palmira [sic], onde não trabalhou, e apenas leu sem cansaços. Apreciou-os, além do mais, porque era um contemplativo da natureza. (BANDEIRA, 1960, p. 143)

<sup>29</sup> Rui foi eleito membro da Suprema Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia, pela Liga das Nações, mas sua saúde não permitiu ocupar o cargo.

O caso também é citado com grande ênfase em Nery (1955, p. 156), que escreveu que Rui teve um quadro gravíssimo e mesmo assim recebeu visitas do político inglês Charles Hughes e do presidente de Portugal António José de Almeida<sup>30</sup> (Figura 19).



**Figura 19** – Visita do presidente de Portugal a Rui Barbosa. Autor não informado, 10 de setembro de 1922

**Fonte:** SAHI, RB-rbic801.

Atrás de Rui Barbosa, é possível ver no espelho, refletidas, Maria Augusta Rui Barbosa e Baby, a caçula do casal, Maria Luísa. Apesar de constar nas fichas mais recentes a informação de que a mais alta comenda de Portugal outorgada a intelectuais teria sido entregue a Rui nesta ocasião, o Inventário do acervo museológico em 1951, ao contrário, informava que a condecoração da Ordem de São Tiago – placa de Grande Oficial, colar da Grá-Cruz, insígnia pendente de banda e os botões de lapela – havia sido entregue pelo presidente de Portugal em 1918, no megaevento de seu Jubileu Cívico,<sup>31</sup> quando as condecorações francesa e belga foram também entregues.

Sobre esta visita do presidente à mansão da São Clemente, a versão de Bandeira foi diferente do que Fernando Nery contou. Nery não foi testemunha dos fatos narrados, como o foram os sujeitos cujos dados de memória foram cruzados nesta pesquisa. Bandeira foi quem esclareceu que Rui veio do sanatório para receber o presidente de Portugal e para se dirigir ao palácio Guanabara a fim de visitar o rei da Bélgica. Tudo isso interrompendo sua recuperação no Sanatório de Palmyra:

Lá se achava quando teve notícia de que o rei Alberto, da Bélgica (visita anterior às festas do centenário), manifestara o desejo de vê-lo. Deixaria, assim, exemplo ao presidente de Portugal, dr. Antônio José de Almeida, e ao estadista norte-americano Charles Hughes, que foram visita-lo em São Clemente, cada qual à sua vez. Mas o rei não iria à Vila Maria Augusta, nem muito menos a Palmira [sic]. Tampouco era de se lhe deixar insatisfeita aquela aspiração natural e tão honrosa para o Brasil. Só havia uma solução: vir Rui de lá ao encontro do admirado soberano, que o recebeu com um almoço, familiar no Palácio Guanabara, onde se hospedava.

<sup>30</sup> Foi presidente de Portugal de 5 de outubro de 1919 a 5 de outubro de 1923.

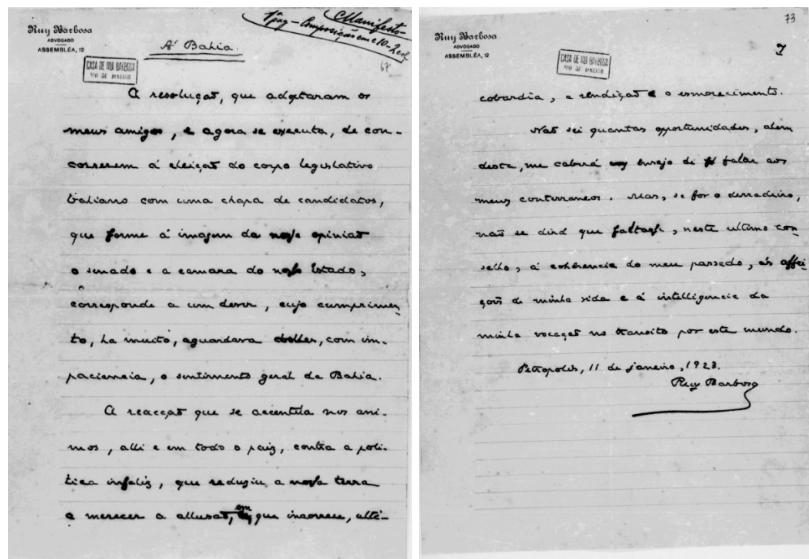
<sup>31</sup> As festividades de seu Jubileu Cívico ocorreram de 11 a 13 de agosto de 1918, quando o presidente de Portugal era Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais, que exerceu o cargo por menos de um ano, de 9 de maio a 14 de dezembro de 1918, quando faleceu.

Depois, estariam juntos os três, no Palácio do Catete — raro momento do século — Sua Majestade o Rei dos Belgas, Sua Excelência o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Membro de mais expressiva votação da Corte Permanente de Justiça Internacional, diante da qual poderiam vir a ser julgados atos quer do primeiro, quer do segundo, de repercussão mundial. Foi, portanto, devido a um rei, que Rui voltou a pisar o pavimento do nosso palácio presidencial, depois de ali se desiludir de Delfim Moreira. E para nunca mais. (BANDEIRA, 1960, p. 144-145)

Não ficou claro se o casal retornou ao Sanatório de Palmyra depois que Rui atendeu a essas situações diplomáticas. Entre setembro e janeiro, quando seguiu para descanso em Petrópolis, terá Rui permanecido em tratamento domiciliar? De 10 de setembro ao dia 10 de janeiro, quando seguiu para Petrópolis, caso não tenha retornado para o sanatório, tratou-se em casa. No dia seguinte à sua chegada em Petrópolis para repouso, redigiu sete laudas em seu gabinete.

## O último trabalho

Até o momento, o último texto redigido por Rui Barbosa continua sendo o manifesto *À Bahia*, escrito em 11 de janeiro de 1923 (BARBOSA, 1923), Petrópolis, discurso que também consideramos item relacionado ao conjunto estudado. Exibimos aqui o cabeçalho, a data e sua assinatura, na primeira e última laudas (Figura 20ab) desse manifesto em que Rui expressou sua preocupação com a situação política da Bahia.



**Figura 20ab – Manifesto À Bahia , 11 jan. 1923, Rui Barbosa**

**Fonte:** Arquivo Rui Barbosa Online.

O estudo deste manifesto está em andamento sob orientação da pesquisadora Laura do Carmo.<sup>32</sup> Certamente redigido em seu gabinete de trabalho em Petrópolis, é possível que seja deste manifesto *À Bahia* a tinta que restou em seu último tinteiro de trabalho. Ainda que seja o último redigido, João Mangabeira (1943) testemunhou seu último discurso: um escândalo de rompante, possivelmente de improviso. Apesar de Rui e a Colônia Baiana tentarem emplacar candidato próprio à sucessão na Bahia, uma possibilidade de

<sup>32</sup> Doutora em língua portuguesa, Laura do Carmo é pesquisadora do setor ruiano da FCRB e orientadora do projeto de pesquisa “Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras completas de Rui Barbosa (OCRB)”.

articulação com Seabra<sup>33</sup> precisava ser discutida, mas Rui não tinha condições de sair de Petrópolis. Gonçalves (1999) resume essa conjuntura da seguinte forma: Seabra havia proposto um acordo com Rui, de se unirem em torno do nome de um amigo em comum para o governo da Bahia: o desembargador José Joaquim da Palma. Para discutir tal proposta de conciliação, Rui convocou João Mangabeira, Miguel Calmon, Pedro Lago e Aurelino Leal, interventor do Rio de Janeiro, que, a fim de remediar sua recusa à convocação, enviou através de Calmon uma carta em que comunica ter atendido o pedido de Rui para nomear um professor na Escola Normal de Niterói (GONÇALVES, 1999, p. 173-174). Já o João Mangabeira relatou que foi o primogênito Alfredo Rui quem telefonou de Petrópolis, dizendo que seu pai pedia a Mangabeira que fosse “ter com êle na manhã seguinte, mas não comunicasse isto a ninguém. Impossível, pois Lago estava presente e viu, desde logo, quem podia querer, de Petrópolis, me falar” (MANGABEIRA, 1943, p. 384). Foi lá que Rui contou a Mangabeira que recebera de Seabra uma proposta em torno do nome de Palma.

Sobre a carta de Aurelino Leal, João Mangabeira (1943) conta que Calmon a leu em voz alta para Rui, carta em que Aurelino se mostrava fiel ao presidente Artur Bernardes, que não queria Palma (MANGABEIRA, 1943, p. 384). Ainda que Leal tenha evitado nomes nas três laudas da carta, infere-se que Leal faria o que o Catete quisesse, mesmo respeitando Rui (LEAL, 1923). A reação de Rui, segundo Mangabeira (1943, p. 385-395), foi explosiva:

*O Último Discurso* – Rui transfigura-se. A expressão semi-agonizante do seu rosto transmuda-se na energia borbulhante da vida. Os olhos fuzilam. E a voz irrompe da garganta com a força, o ímpeto, o timbre dos seus grandes surtos tribunícios. [...] E falava tão alto, que na rua Ipiranga os transeuntes pararam e d. Maria Augusta veio do interior da casa para ver de que se tratava. E todos nós a lhe assegurarmos a nossa solidariedade com o que ele resolvesse, fosse como fosse. E Calmon a dizer que ministro de Bernardes com este conversara antes de subir a Petrópolis. Mas durante cerca de vinte minutos, víramos Rui, a rugir, como nos seus grandes dias [...]. O último ato de sua vida foi esse impetuoso, ardente e rápido discurso, ao meio-dia de 27.

Sr. Antonio abordou a perspectiva da família, expondo a preocupação com Rui durante o discurso:

Entrando em convalescença, foi Rui Barbosa para Petrópolis. Infelizmente, pouco tempo depois, tornava o Conselheiro a ter outra crise, desta vez bem mais grave. Dias antes tinha Rui Barbosa dado o seu último passeio pelo jardim, – seria o passeio da despedida de suas queridas flores. Da nova crise Rui Barbosa não mais se reergueu. Em fevereiro de 1923 estava o Conselheiro reunido com vários políticos baianos para discutir a situação política da Bahia. A discussão, por parte de Rui Barbosa estava tão viva, que Dona Maria Augusta, receosa, tentou impedir, pedindo ao Conselheiro que não falasse tanto e viesse almoçar primeiro. Mas qual! Rui Barbosa continuava cada vez mais animado. O Coronel Carlos Viana Bandeira, cunhado de Rui Barbosa, chegou-se a mim e pediu-me que fosse buscar o Conselheiro. – Dona Maria Augusta é que devia ir, “Seu” Carlito. – Mas Cota já foi e não arranjou nada. Diga-lhe que o almoço já está na mesa, Antônio. – Então porque não vai o Senhor, “seu” Carlito? – Eu já fui e também não arranjei nada. Se você não o fôr tirar de lá agora, dentro em pouco teremos um morto no chão. Receoso, saí em busca do Conselheiro. Encontrei no caminho o Sr. Conde Pais Leme, íntimo amigo de Rui Barbosa, e pedi-lhe para que o fosse buscar. Mas também ele não quis fazer, dizendo: – Diga ao Conselheiro que estive aqui e o ouvi falar; se demorar mais cinco minutos, com a inflamação que está não resistirá. Sem perda de tempo entrei na sala e pedi ao

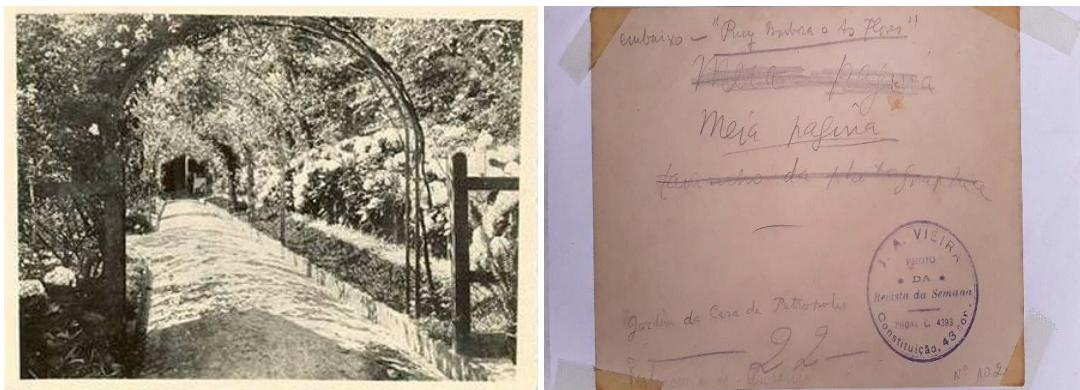
<sup>33</sup> Rui havia rompido com o governador (BA) que apoiava o senador José Joaquim Seabra como candidato. Rui e Seabra foram opositores de Floriano, estiveram ambos em exílio, mas Seabra escolheu o lado militar na Campanha Civilista de Rui em 1910. Rui sairia em campanha pela candidatura de Paulo Fontes em 1919, junto com sua campanha presidencial. Por isso, Gonçalves reconhece a possibilidade de que o Jubileu Cívico de Rui em 1918 “tenha sido pensado como possibilidade de levantar o prestígio dos correligionários de Rui, contra os defensores de Seabra” (GONÇALVES, 1999, p.77), afinal, entre os organizadores do Jubileu, predominavam justamente os membros da elite baiana residente no Rio de Janeiro, “autointitulados colônia baiana” (GONÇALVES, 1999, p.92).

sr. Ministro Miguel Calmon que fôsse ter com Dona Maria Augusta, e aproximando-me do Conselheiro, peguei-o carinhosamente pelo braço e fui trazendo-o para a Sala de almoço. O Conselheiro nada me disse, apenas me olhou com severidade pela intromissão que acabava de praticar. (COSTA, 1950, p. 122-124)

O destaque do sr. Antonio ao amor do patrão pelas roseiras, neste relato e em diversos outros publicados em seu livro (COSTA, 1949), nos lembra que, recolhido em Petrópolis desde 10 de janeiro de 1923, Rui trabalhava e visitava seu roseiral. Quatro tesouras de podar de Rui integram o acervo, três das quais com lâmina curta e curva, mas investigamos uma maior carga simbólica agregada possivelmente àquela que a viúva guardou junto com outros itens dos derradeiros momentos do esposo. A fotografia do roseiral de Petrópolis (Figura 21), em emulsão de prata, permaneceu emoldurada no sobrado da Casa até 2022, quando foi recolhida ao SAHI por orientação da autora deste estudo.

Sobre sua última condição de trabalho, a mostra “Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa” conferiu destaque à reconstituição do último gabinete de Rui em Petrópolis (Figura 22a), com os objetos que permaneceram sobre a escrivaninha (Figura 22b) quando Rui se abateu.

Em 1929, junto com o conjunto de objetos do último quarto, a viúva ofertou o conjunto deste último escritório que foi seu *gabinete holandês* (CASA DE RUY BARBOSA, 1929).



**Figura 21** – Pérula em trecho de jardim da casa de Rui Barbosa em Petrópolis, situado na av. Ipiranga nº 405. Frente e verso do original em emulsão de prata

**Foto:** J. A. Vieira, para a *Revista da Semana*.

**Fonte:** Acervo do Museu recolhido ao SAHI em 2 fev. 2023.



**Figura 22a** – Gabinete de trabalho de Rui Barbosa à av. Ipiranga nº 405 – Petrópolis, RJ

**Foto:** J. A. Vieira, 1923.

**Fonte:** Acervo SAHI-FCRB, RB-rbic885.



**Figura 22b** – Escrivaninha expõe na mostra 2023 os itens clicados em 1923

**Foto:** M. Pinheiro, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Restam até hoje as tintas que estavam em uso por Rui em seu tinteiro sobre a escrivaninha retratada, mas não há confirmação, até o momento, de que houvesse mesmo em Petrópolis um manuscrito inacabado. Esta mobília holandesa havia sido trazida de navio ao final da II Conferência da Paz em Haia, em 1907, e levada de trem para Petrópolis.<sup>34</sup> Sobre a preocupação de Rui com a vinda desta mobília para Petrópolis, seu cunhado publicou o conteúdo de uma carta:

Petrópolis, 6 de março, 08.

Carlito.

Peço-lhe que procure com cuidado entre os seus papéis; porque eu tenho certeza de lhe haver levado o documento para o despacho da mobília do gabinete, remetida pela casa Pander & Zonen, e ele não está entre os meus, aos quais dei por duas vezes cuidadosa busca. Foi o primeiro que lhe entreguei depois da minha vinda para Petrópolis. Em todo o caso fale também ao Dodó, porque, se me resta alguma dúvida, é se foi a V. ou a ele que o dei. Aqui tudo correu mal, e mal vai também a minha saúde, como a disposição do meu espírito.

Lembranças a Iaiá e carinhos aos meninos.

Seu cunh.<sup>º</sup> e am.<sup>º</sup>

RUI

Em causa a mobília de gabinete, que Rui trouxe da Europa em fim de 1907, e que hoje se acha na “Sala de Haia” da Casa de Rui Barbosa. Ou entregue o conhecimento a mim, ou ao meu sobrinho Fernando Dobbert, que veio de Haia com Rui, tudo acabou sendo resolvido pela minha parte, e a mobília foi recebida em perfeita ordem.— Não posso lembrar-me do que tenha corrido mal. Rui era homem que se abatia profundamente com qualquer abalo físico, ou moral, e caía em pronunciada depressão. Era o que se poderia dizer: um homem sempre doente, sem nenhuma enfermidade. E se perdia nos tribunais uma questão, só faltava sucumbir. Não compreendia que se lhe deixasse de reconhecer a justiça, que ele havia conscientemente comprovado. E dizia: — “Eu tenho que acabar guarda-livros...”, porque nesta profissão não se discute: a escrita se faz sem outros raciocínios, a não serem os positivos, decorrentes da documentação em que se firma, sem lugar para a mínima dose de lógica. (BANDEIRA, 1960, p. 267)

Bandeira, que morou com Rui desde muito pequenino e se orgulhava de ter sido seu escolhido para testamenteiro, esteve com sua família junto a Rui também nesta última estadia em Petrópolis e cultivava pelo cunhado um sentimento quase de um filho ao pai.

Em busca aos termos “últim” e “ultim”, na base de dados do acervo museológico, o público encontra informação sobre alguns dos itens que se vê sobre esta escrivaninha: a última caneta, o último tinteiro e o último porta-documentos usados por Rui em trabalho no gabinete de Petrópolis. Os demais itens que aparecem neste registro fotográfico de 1923 seguem em estudo neste ano do centenário.

## O agravamento de seu estado

No mesmo dia do aborrecimento sofrido por Rui, sua saúde piorou. Carlos Viana Bandeira auxiliou sua irmã Maria Augusta nos cuidados junto ao leito:

<sup>34</sup> Na etiqueta, lê-se: “LEOPOLDINA RAILWAY – ENCOMENDA – DESPACHO N. 914 (número a lápis) – PRAIA FORMOSA PARA PETROPOLIS”.

Eu sempre fui, em todos os tempos, o enfermeiro de Rui. Minha vocação se manifestou no momento em que descobri a centopéia em baixo da cama dêle. Por isto, cabia-me estar-lhe à cabeceira na noite de 28 de fevereiro. Quando todos começaram a recolher-se, Maria Augusta, estratificada em bravura, chamou-me à alcova, e fêz-se substituir por mim. Rui tomara um laxante, cujos efeitos se manifestavam de vez em quando. Reclamava-me. Entregava-se a meus braços. Era um feixe de ossos, que não iria a mais de 50 quilos. Via-se atendido; aliviado, asseado e ajustado ao travesseiro, e murmurava: “Coitado de você!” — Isto, em todo o correr da noite. — “Coitado de você!”, “Coitado de você!”, “Coitado de você!” E nada mais. Por quê? Não era êle quem estava à morte? Segredava-lhe o que me ocorria, vás palavras de irrisório conforto, de mal sussurradas esperanças. O peito, porém, se me apertava, e eu estrangulava na garganta as exclamações da angústia e da piedade, que não podia externar. Às 8 da manhã de 1.º de março, reapareceu-me Maria Augusta, espectral, como sombra da mulher que sabia ser em sua natural vaidade; e, sem palavra, reassumiu seu posto. Retirei-me para meu aposento, onde em vigília me esperava Iaiá. Atirei-me ao leito, dizendo à minha entristecida mulher: — “Estamos sem o nosso Rui, que já mal respira”. (BANDEIRA, 1960, p. 151)

Em suas memórias, Bandeira conjecturou se a exclamação “coitado de você” não poderia se referir ao fato de morrer sem que Bandeira estivesse readmitido por Arthur Bernardes, mas o protagonismo de Maria Augusta Rui Barbosa mais uma vez seria notado, pois acionou outras instâncias que fizeram solucionar a questão (BANDEIRA, 1960, p. 149-152). Ao fazer esse relato, Bandeira reclama da *rainha* por outra razão:

Quanto ao testamento de Rui, de cujas condições minha irmã não podia ser desconhecedora, devo registrar que ninguém da família me falou a respeito em tempo algum. Não sei ao certo o que fizeram do instrumento. Cota, a maior interessada, não se manifestou. Estaria por tudo. Iria eu ser mais realista do que... a rainha? (BANDEIRA, 1960, p. 152)

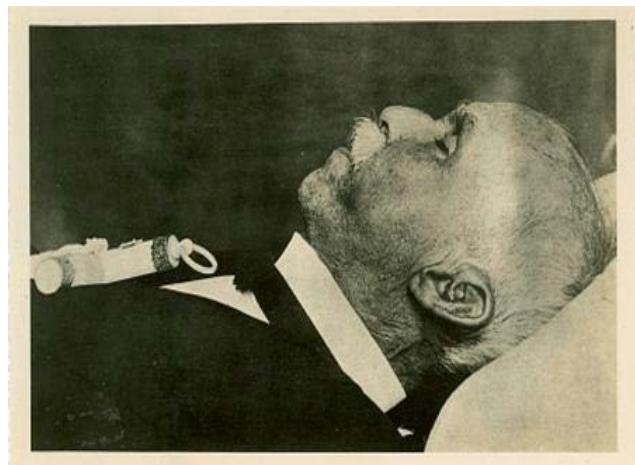
Sobre seu orgulho em ser o testamenteiro, Bandeira havia tratado em suas memórias justamente ao dizer que ele, sua esposa e a filha estavam em Petrópolis quando tudo aconteceu:

Quando galgou, porém, aquêles contrafortes para não mais regressar, parece que o coração se lhe enchia dos mais tristes pressentimentos, porque o convite, dessa vez, me foi feito de tal modo, que me comovi, e, já não vendo mais nada azul, acedi. E lá fomos: eu, Iaiá e Maria Luísa. [...] E, assim, quando recebi dêle o apêlo, a bem dizer súplice, para acompanhá-lo a Petrópolis no verão ou começo de 1923, eu é quem estava de peito grato por êle não deixar de rogar-me que o servisse, na consumação em que pressentia o fim.

— Outro ato seu, de fase anterior, que igualmente me comovera, e ainda mais a êle me escravizou, é o que passo a narrar, começando pelo chamado que me fêz a S. Clemente, em hora determinada. Atendi, e o encontrei na biblioteca, juntamente com o des. Palma e o dr. João Viana, meu cunhado. — “Venha cá, leia este papel, e o subscreva no lugar marcado.” — Tomei o documento, e firmei-o sem a leitura. — “Não quis ler?” — “Ora, mestre Rui, pois eu preciso ler o que você quer que tenha a minha assinatura?” — “Então, ouça (e leu): É da minha vontade que minha mulher, Maria Augusta Rui Barbosa, seja minha herdeira universal... (e por aí afora.) — “É testamento?” — “Sim, testamento, e, você, testamenteiro. Agora, Palma e Juca, assinem como testemunhas.” — Isto cumprido, Rui expandiu-se: — “Faço-o, aliás, tardiamente. Deverá tê-lo escrito nos tempos de Floriano, ou quando me vi caçado, em Friburgo, pelos jacobinos sedentos de sangue, que até lá foram para dar-me cabo da vida. Mas, Deus quis que só hoje o escrevesse, e está consumado.” — Semelhante demonstração de confiança tocou-me o fundo da alma. (BANDEIRA, 1960, p. 148-149)

Carlos Viana Bandeira, portanto, confirma que ele e Maria Augusta se revezaram nos cuidados a Rui Barbosa, então é possível que a cadeira de balanço *Lollipop* fotografada pelo fotógrafo junto ao leito, tenha se prestado a essa função. Ao amanhecer, frei Celso Dreiling, da Ordem dos Frades Menores (OFM) foi chamado.

Segundo depoimento de Frei Celso (OS ÚLTIMOS..., 1923a), a família havia posto no peito de Rui uma medalha de Nossa Senhora e a cruz (Figura 23) sobre as quais Rui levava diversas vezes as mãos trêmulas. No documento iconográfico que destaca o corpo de Rui falecido em *close up*, é possível identificar apenas o crucifixo sobre o peito do corpo de Rui Barbosa, não a medalha.



**Figura 23 – Efígie embalsamada**

**Fonte:** SAHI, RB-rbic 179.

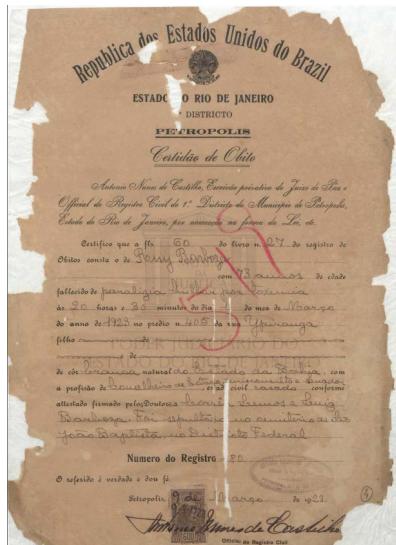
Não foram encontradas informações de uso sobre o peito de Rui nas medalhas de Nossa Senhora que foram incorporadas ao acervo, uma das quais adquirida de Maria Ferreira. Este pequeno crucifixo não foi musealizado. Sobre os momentos derradeiros de Rui, frei Celso declarou:

Esta fé de que o Sr. Conselheiro dera provas solemnas e publicas em tantas ocasiões, aureolou-lhe da luz consoladora os derradeiros instantes da vida mortal. Quando me acerquei de seu leito de agonia para, como sacerdote amigo, ajudal-o nos derradeiros momentos, ele me apertou amistosamente a mão. Administrado o sacramento da Confissão, perguntei-lhe se desejava receber os Santos Óleos. Não podendo falar, anuiu por signaes. Teria recebido igualmente a Santa Communhão se lhe tivesse sido possível, mas a paralysia [sic] bulbar impedia-o de engolir a mímina couza [sic] como lhe impossibilitava a menor palavra. Ao despedir-me, collocou elle, por diversas vezes as mãos tremulas sobre a cruz e a medalha de N. Senhora, que a família lhe tinha posto ao peito e quando, antes de sahir do quarto do quarto [sic], lhe prometti uma nova visitinha, n'aquelle mesma noite, respondeu-me com um cordial aperto de mão. Obedecendo a um presentimento [sic], voltei às 8 horas e pouco, encontrando o sr. Conselheiro a expirar. (OS ÚLTIMOS..., 1923a)

Esta paralisia não se tratava da chamada paralisia bulbar progressiva. Rui ainda falava na última madrugada, e paralisou somente poucas horas antes de falecer. Ainda que Gonçalves (1999, p. 173-174) relate a paralisia a um esforço mental, e que os depoimentos dos sujeitos históricos que testemunharam o último discurso em Petrópolis relacionem a morte ao extremo esforço naquele aborrecimento, a certidão de óbito apresenta a paralisia bulbar apenas como consequência de uma toxemia. A toxemia pode não estar relacionada a nenhuma das causas que possamos supor.

## A toxemia

Conforme atestado na Certidão de Óbito, a *causa mortis* foi “paralizia[sic] bulbar por toxemia” (Figura 24).

**Figura 24 – Certidão de óbito de Rui Barbosa****Fonte:** MJ-RJ, Processo “Inventário Ruy Barbosa”.

A toxemia,<sup>35</sup> ainda que possa resultar de toxinas externas, como a provocada por difteria, pode ser consequência de mal funcionamento na excreção de toxinas endógenas, que o rim não eliminou, afetado ou não por toxina bacteriana cuja vacina ainda não tivesse sido descoberta. A situação de saúde de Rui já vinha se agravando ao menos desde a uremia (MANGABEIRA, 1943; PEREIRA, 1994) junto com o edema pulmonar em meados de 1922 (BANDEIRA, 1960, p. 143), adoecimento considerado grave a ponto de Rui ter recebido uma extrema-unção (COSTA, 1949, p. 118-121; RUY BARBOSA..., 1922, p. 7).

O jornal *O Paiz* (1923), a partir do depoimento do ministro Miguel Calmon, atribuiu a paralisia da garganta a um resfriado que tomou sua glote depois do banho do dia 28, depoimento que dissociou sua enfermidade do aborrecimento do dia anterior e da doença que o levou ao repouso. A partir dos dados coletados naquele momento, a edição do jornal apresentou uma linha do tempo da enfermidade da seguinte forma: em 27 de fevereiro à tarde sentiu uma ligeira indisposição; na madrugada do dia 28 seu estado de saúde se agravou; de manhã, foi chamado o dr. Correia de Lemos como médico assistente que identificou paralisia bulbar; com o agravamento da situação, Correia Lemos convocou, do Rio de Janeiro, o dr. Luiz Barbosa como médico assistente, que confirmou o diagnóstico; mesmo medicado, não houve melhora até três horas da tarde, quando a piora se iniciou (*O PAIZ*, 1923, p. 3).

Entretanto, os depoimentos de Lucila (1994) e de João Mangabeira (1943), ao lembrar do mal funcionamento de seu rim, convergem para a toxemia da certidão de óbito. Segundo Mangabeira, “em agosto, passa por uma crise mortal, da qual milagrosamente escapou – um edema pulmonar complicado com uremia.<sup>36</sup> Deu-lhe

<sup>35</sup> Toxemia: [Patologia] Intoxicação do sangue que resulta do acúmulo de toxinas. = TOXICEMIA. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on-line], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/toxemia>>. Acesso em: 14 mar. 2023. [...] nefropatia com proteinúria (presença de proteínas na urina), subida da albuminúria, cefaleias constantes, tonturas, zumbidos nos ouvidos, oligúria, alterações da função hepática e inchaço, particularmente perceptível nas extremidades (mãos e face). [...] A produção de urina baixa, sendo inferior a 0,5 l /24h, podendo ocorrer edema pulmonar, trombocitopenia e elevação das enzimas hepáticas. Porto Editora – toxemia no Dicionário infopédia de Termos Médicos. Porto: Porto Editora. Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/toxemia>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

<sup>36</sup> Uremia: [Medicina] Intoxicação geral provocada pela falta de eliminação, pela urina, das matérias tóxicas produzidas no funcionamento orgânico. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/uremia>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

a comunhão o monsenhor Rangel. Escapo do perigo iminente, os médicos disseram a d. Maria Augusta que a vida de Rui estava por um fio” (MANGABEIRA, 1943, p. 379). Já a neta Lucila se recorda de a uremia ter agravado antes mesmo do estado de sítio de 1922:

Depois eu queria contar o exemplo de vovô. Vovô tinha estado muito doente. Ele nem foi nesse casamento. Ele tinha estado a morte a uns meses antes. Teve uremia. A casa vivia aberta com luzes. As portas não se fechavam. Um dia esqueceram um...<sup>37</sup> mas, então voltando ao assunto. Vovô havia estado muito doente uns meses atrás e essa casa não se fechava noite e dia e o telefone<sup>38</sup> também não parava. E depois da doença os médicos puseram vovô em rigoroso repouso. Tinha que ficar numa cama ou então sentado em poltrona. Não podia estar saindo nem se agitando. Quando houve a revolução,<sup>39</sup> eu acordei com esses vidros aqui desta sala todos balançando e quando fui à sala de jantar todas as cristaleiras balançavam e os cristais também. Porque era grande canhão, da Fortaleza de Copacabana, que atirava contra a cidade. [...] Então eu estava aqui andando pelo corredor e ouço uma discussão de vovô e vovó. Vovô dizia assim: “Cota (ele chamava vovó de Cota), eu tenho que sair e tenho que ir ao Senado”. – “Rui, você não vai porque os médicos não querem, você *esteve muito mal*”. – “Não, é meu dever ir”. [...] Quando viram o vovô subir enrolado num sobretudo, num cachecol, subiu assim com dificuldade, sentou na cadeira, levantou-se e disse: “Está aberta a sessão”. Depois disse: “Voto pelo estado de sítio”. Votou pelo estado de sítio porque a cidade... “porque os civis estão em perigo”. E foi embora. Agora ele votava pelo estado de sítio a favor do adversário da véspera dele que era o Epitácio Pessoa. Ele, em vez de tomar o partido contra o Epitácio, ele achou que a justiça estava em defender os civis. Então o estado de sítio por um tempo curto, como de fato foi decretado por um tempo curto. E voltou para casa. (PEREIRA, 1994, grifo nosso)

A toxemia apontada pela certidão de óbito leva à hipótese de que a uremia anunciasse uma questão metabólica que Rui já enfrentava no segundo semestre de 1922, ainda que não descarte uma toxina exógena que encontrasse uma vulnerabilidade renal e levasse à toxemia. A certidão de óbito relata apenas uma toxemia genérica provocando uma paralisia bulbar, deixando claro não se tratar de paralisia bulbar progressiva. Tudo ocorreu em breve espaço de tempo.

Ainda que a certidão de óbito não tenha se referido a processo infeccioso, os memorialistas mais próximos de sua intimidade relataram: pneumonias, edema pulmonar recente, gripes comumente muito fortes (GUERRA, 1975) e Rui disse às netas que estava em Petrópolis para cuidar de uma “ligeira traqueíte” (PEREIRA; PEREIRA, 1985). Faleceu pouco tempo depois. Sabemos apenas que não abria a boca no dia 1º e sua máscara mortuária, extraída de sua face por gesso fresco, exibe bochechas um pouco proeminentes, sintoma que, associado aos demais, relatados nos depoimentos que analisamos,<sup>40</sup> nos levou a não desprezar essa simplificação do quadro clínico, apresentada por Rui à neta.

---

<sup>37</sup> Fim da gravação da parte 2 da entrevista que, ao ser retomada, não concluiu o assunto sobre o que foi esquecido.

<sup>38</sup> A filha caçula de Rui e Maria Augusta, Maria Luiza Vitória Rui Barbosa Guerra (Baby), informou que havia dois telefones na mansão: “o telefone oficial” no quarto de vestir de Rui, dentro da biblioteca, e, na sala de conversa onde resta somente o gancho e a tampa, ficava o telefone “desses para todos” (GUERRA, 1975), possivelmente este o que serviu a comunicar a má notícia de Petrópolis em março de 1923. Também em entrevista ao mesmo projeto, o funcionário do museu Antonio Ventura contou que conheceu esse aparelho telefônico, que era preto “daqueles em pé que a gente pendurava assim no gancho”, que já o encontrou deslocado para a portaria do museu, mas que “a Light quando veio mudou, sabe como é, eles carregaram [...] foi recolhido. Está com a Light” (VENTURA, 1975).

<sup>39</sup> Revolução iniciada na Vila Militar, na Escola Militar de Realengo e no forte de Copacabana, que ficou mais conhecida pelo “Levante dos 18 do Forte”, em 1922, seguida do decreto de estado de sítio, prorrogado até 31 de dezembro pelo Decreto Nº 4.553, de 29 de julho de 1922, quando agravava-se o estado de saúde de Rui (MAGALHÃES, 1999, p. 227-228; PEREIRA, 1994).

<sup>40</sup> Encontramos relato de ação da toxina do bacilo *Corynebacterium diphtheriae* no sistema nervoso, levando a paralisia bulbar na primeira semana de uma difteria respiratória grave, caso em que o edema local ocasiona “pescoço visivelmente edemaciado (pescoço taurino), rouquidão e dispneia”, por obstrução parcial ou completa das vias respiratórias. Informações fornecidas a profissionais

## Honras de chefe de Estado

Foram encontradas na casa, antes da inauguração do museu, diversas carteiras de passe e ingressos de eventos importantes no período de sua uremia, dos quais é possível que não tenha chegado a usufruir: passes livres de 1922 e de 1923 para Rui Barbosa na Companhia Plano Inclinado de Santa Tereza e na Estrada de Ferro Central do Brasil, carteira de congressista para o I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância de 1922, realizado no Rio de Janeiro, de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922<sup>41</sup> por ocasião das festas do centenário da Independência, ingresso para a Exposição Internacional do Centenário da Independência, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 7 de setembro de 1922 e 23 de março de 1923, e outros tíquetes.<sup>42</sup> Rui Barbosa havia sido o mais votado na Liga das Nações para a Suprema Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia. Sua influência era imensa. Foi necessário embalsamar o corpo para que houvesse tempo para tantas homenagens que ocorreriam.

O corpo de Rui Barbosa foi embalsamado ainda em Petrópolis. Em consulta ao projeto Memória de Rui, tivemos acesso ao relato de Rui Barbosa Neto, que quis permanecer no quarto durante o embalsamamento por ser estudante de medicina. Destaca-se que o estudante ainda não havia completado 18 anos quando o avô faleceu.

Durante o embalsamamento de meu... Do corpo do meu avô, feito pelo Conde Paes Leme, acompanhado do Dr. Omar Campelo, médico do Pronto-Socorro, eu estive no quarto onde era feito o embalsamamento até um certo ponto. Nesse... Depois que foi retirada, foram retirados os ... As vísceras começaram a serrar a cabeça. Neste ponto eu fiquei num estado de vertigem e o Conde Paes Leme determinou que eu me retirasse do quarto para que não atrapalhassem os trabalhos. [...] Só estava Conde Paes Leme e o Dr. Omar Campelo e eu. Éramos só os três no quarto. O processo do Conde Paes Leme era um processo próprio e ele garantiu após o embalsamamento, que garante... Que pelo menos por 50 anos o corpo seria conservado. E já ultrapassou esse prazo. Estamos em 76, ele faleceu em 23 já, portanto, há 53 anos que esse corpo continua intacto.<sup>43</sup> [...] Acontece que eu era aluno da Faculdade de Medicina. Eu era aluno do primeiro ano da Faculdade de Medicina e o Dr. Omar Campelo achou interessante que eu participasse também dos trabalhos. E aconteceu, ..., eu,...

de saúde no Manual MSD, disponível em: <<https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/bacilos-gram-positivos/difteria>>. Acesso em: 28 ago. 2023. Segundo dados fornecidos pela política pública de vulgarização da história das vacinas, pelo Ministério da Saúde, a toxina do bacilo da difteria foi descoberta em 1888, uma soroterapia passou a ser aplicada em casos agudos a partir de 1891, mas somente em 1942 seria adotada a imunização contra ela por uma vacina tríplice bacteriana. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/pdf/M7.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

<sup>41</sup> A digitalização dos quatro volumes dos anais está disponível em: <[http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/copy\\_of\\_primeiro-congresso-brasileiro-de-protecao-a-infancia](http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/copy_of_primeiro-congresso-brasileiro-de-protecao-a-infancia)>. Acesso em: 24 maio 2023.

<sup>42</sup> SAHI-FCRB, Arquivo Rui Barbosa. Correspondências CR1539 (13), Micelâneas RB-RBM 89 (3) e RB-RBM 11 (6). No MCRB, seus números de tombo, de 29.430A a 29.437A, receberam baixa em virtude da transferência para o Arquivo Histórico, baixa registrada no livro de Atas, data 3 fev. 1986, p. 10.

<sup>43</sup> As cópias de ofício, preservadas no Arquivo Institucional (SAHI-FCRB), abrem controvérsia ao depoimento do neto. Por ocasião dos preparativos para o translado do corpo de Rui para o Fórum de Salvador em 1949, centenário de seu nascimento, o Ofício de 2 de agosto de 1949, da Casa Rui Barbosa ao Governador da Bahia Otávio Mangabeira, comunica que o escultor Leão Veloso condena qualquer operação de translado do sarcófago em pedra sabão, sugere que dois novos sarcófagos sejam feitos na Bahia para os corpos do casal e, para isso, dá as medidas. No Ofício de 24 de setembro de 1949 ao Dr. Simões Filho, a Casa de Rui Barbosa emite o comunicado do zelador Antônio Joaquim da Costa e do escultor Leão Veloso de que constataram não haver caixão de chumbo dentro do caixão no Cemitério São João Batista, que o estado do corpo não era bom, “não se devendo portanto mexer nele” e sim, colocar o caixão dentro do que seria confeccionado pela Santa Casa. O mesmo ofício informa então a discordância da filha Francisca Airosa quanto ao translado do corpo. O corpo da viúva, sepultado em 1948, precisou esperar o prazo legal para exumação.

Após este embalsamamento me chocou muito, eu fiz mais três anos de Medicina e no quarto ano desisti. Entrei para a Faculdade de Direito e me formei em Direito, então. [...] O corpo ficou em Petrópolis até uma certa hora, que eu não me recordo, e depois foi transferido aqui para o Rio, para a Biblioteca Nacional, onde o corpo ficou exposto durante três dias. Foram três dias e três noites, que eu passei com meu pai e alguns familiares, velando corpo de vovô. No fim desses três dias, o corpo foi transportado em uma carreta puxada pelo povo para o Cemitério São João Batista. E... Nós fizemos esse trajeto todo a pé até ao Cemitério São João Batista. (BARBOSA NETO, 1976)

Seriam ainda três dias até o sepultamento. O decreto publicado naquela manhã prolongou o evento e as despesas do longo funeral correriam todas por conta da União:

*Falecimento do Senador Ruy Barbosa.* Ao ilustre extinto foram prestadas honras e homenagens constantes do acto seguinte: Decreto n. 15.977 de 2 de março de 1923. Manda prestar ao Senador Ruy Barbosa, hontem falecido, as honras de Chefe de Estado e dá outras providencias. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, atendendo aos extraordinários serviços prestados à Patria pelo ínclito estadista Senador Ruy Barbosa, e interpretando os sentimentos unanimes do povo brasileiro, diante da desgraça que o feriu com a sua morte, resolve: a) decretar luto nacional por três dias, a começar de hoje; b) prestar ao grande morto as homenagens devidas a Chefe de Estado; c) realizar seu funeral a expensas da Nação. Rio de Janeiro, 2 de março de 1923, 102º da Independência e 35º da República. Arthur da Silva Bernardes. João Luiz Alves. R. A. Sampaio Vidal. Alexandrino Faria de Alencar. Francisco Sá. Fernando Setembrino de Carvalho. José Félix Alves Pacheco. Miguel Calmon du Pin e Almeida. (BRASIL, 1923, p. 37)

Ainda no quarto, o corpo foi visitado em fila (Figura 25), antes mesmo da composição do outro ambiente para um velório ainda na cidade, como vimos na Figura 5.



**Figura 25** – Corpo de Rui Barbosa ainda no quarto em que faleceu. Autor não informado, 1923

**Fonte:** SAHI, RB-rbic 255.

Não foi possível identificar a imagem refletida no espelho, como feito na Figura 22, porque o autor da fotografia não foi informado.

O primeiro velório se deu em cômodo mais amplo do chalé de Petrópolis, conforme exibimos na Figura 7, com missa de corpo presente, depois da qual, no início da tarde, iniciaria o primeiro cortejo (Figura 26).



**Figura 26** – Esquife de Rui Barbosa atravessando o portão da casa na av. Ipiranga carregado por: cmte. Moraes Rego (representando Artur Bernardes), Miguel Calmon, sen. Álvaro de Carvalho, dep. Pedro Lago, Afrânio Peixoto, Aurelino Leal e Alfredo Rui Barbosa. Original de J.A. Vieira, em sépia, 1923; pertenceu ao Sr. Antonio da Costa

**Fonte:** SAHI, RB-rbic 253.

No jornal *A Noite*, de 5 de março de 1923, encontramos uma nota sobre o itinerário do funeral: o leito na “casa do descanso” em Petrópolis; em seguida a saída do corpo já embalsamado no dia 2 de março; o cortejo pelas ruas de Petrópolis; a chegada à estação de trem; o corpo transportado para o Rio de Janeiro pela estrada de ferro Leopoldina até a estação Praia Formosa, onde se iniciou grande cortejo até a Biblioteca Nacional. De lá, partiria o terceiro cortejo até o cemitério São João Batista em 4 de março de 1923. Assim, o cortejo Fúnebre de Rui Barbosa pode ser dividido em três partes:

#### **1º cortejo: da rua Ipiranga, 405 até a estação Petrópolis do trem**

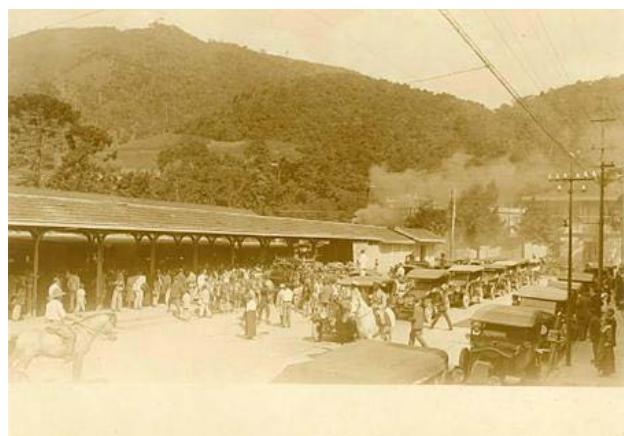
O cortejo seguiu para a estação ferroviária de Petrópolis, para que o esquife fosse levado de trem até o Rio de Janeiro, parando em todas as estações (PEREIRA; PEREIRA, 1985).



**Figura 27a** – O cortejo passando pelas ruas centrais de Petrópolis

**Foto:** J. A. Vieria, 1923

**Fonte:** SAHI, RB-rbic 249.



**Figura 27b** – Cortejo chegando à estação de Petrópolis, 1923. Autor não informado, 1923

**Fonte:** SAHI, RB-rbic 240.

## 2º cortejo: da estação Praia Formosa à Biblioteca Nacional

Foram quatro ministros de Estado, o prefeito do Distrito Federal e o senador Azeredo os que pegaram nas alças do caixão ao ser retirado do trem pela janela. Havia uma multidão no entorno da estação (Figura 28).



**Figura 28** – Coche escoltado pelo III esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria, pondo-se em marcha em direção à cidade (Biblioteca Nacional), logo após a chegada à estação da Praia Formosa. Original de J.A. Vieira, em sépia, 1923.

**Fonte:** RB-rbic 246.

O cortejo passou pela avenida do Mangue, praça XV, praça da República, rua Marechal Floriano, Colégio Pedro II, praça Floriano, avenida Rio Branco à Câmara dos Deputados, na Biblioteca Nacional. Ainda que reconheça a estratégia política de mitificação de Rui Barbosa, Gonçalves lista diversos megaeventos de funeral entre 1900 e 1930, com forte apelo popular (GONÇALVES, 1999, p. 178, 194-196), com bandas militares e presença de celebridades. Mesmo assim, o barão do Rio Branco e Rui Barbosa tiveram as “honras de chefe de Estado sem o ser” (GONÇALVES, 1999, p.195).

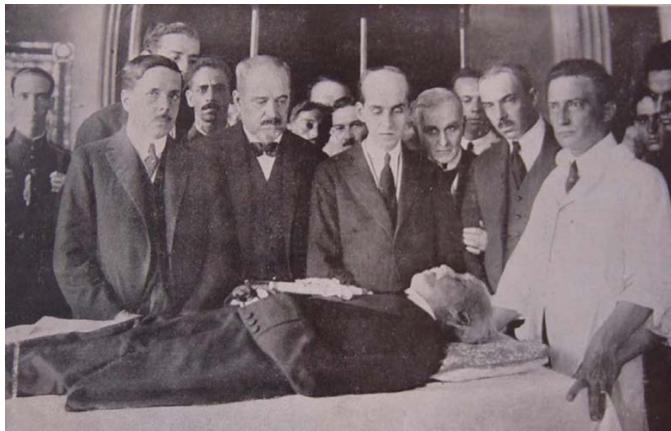
Na documentação museológica do MCRB na década de 1960, verificamos um esforço em relacionar o evento da morte de Rui Barbosa aos testemunhos musealizados. A essa ficha sem assinatura, devemos a identificação de alguns pedaços de crepe preto do acervo museológico, com 50 cm de largura, ainda que tenha havido imprecisão na descrição de seu uso. Foi possível identificar os crepes nos lampadários (Figura 29ab) ao longo do segundo cortejo, na base de dados do acervo arquivístico da FCRB, conforme descrito pelas suas netas Lucila e Estela (PEREIRA; PEREIRA, 1985).



**Figura 29ab** – Lampadários cobertos de crepe. Autoria não informada, 1923

**Fonte:** SAHI, RB-rbic 206 e RB-rbic 222.<sup>44</sup>

O corpo chegou na Biblioteca Nacional em 3 de março, onde uma equipe extraiu a forma em gesso que levaria à produção da máscara mortuária (Figura 30a). A máscara (Figura 30b) foi incorporada ao acervo do museu-biblioteca. Essa operação com gesso foi feita sobre uma mesa na sala da secretaria da Câmara dos Deputados, que funcionou na Biblioteca Nacional de 1922 a 1926.



**Figura 30a** – Sala em que foi retirado o molde em gesso para a máscara mortuária, na Câmara dos Deputados. Autoria não informada, 1923

**Fonte:** Arquivo Rui Barbosa. SAHI, RB-rbic2222.



**Figura 30b** – Máscara mortuária de Rui Barbosa

**Foto:** M. Pinheiro, 2023.

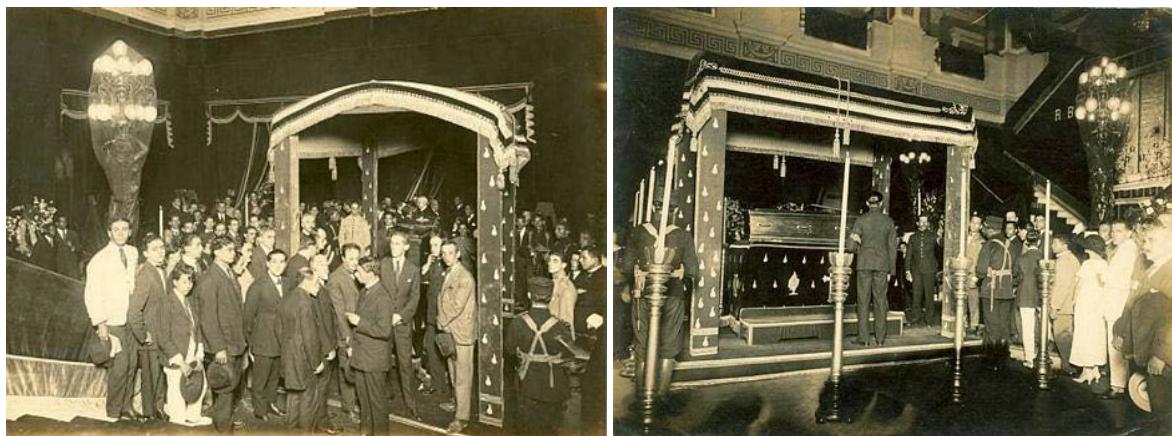
**Fonte:** Acervo MCRB.

Na base do pescoço, no lado direito, lê-se a autoria da peça: “A. BALDISSARA”. Em placa de metal amarelo, recortada e sobre o forro de veludo, a inscrição, em preto: “RUY BARBOSA / 5 – 11 – 1849 / estrela de cinco pontas / 1 – 3 – 1923”, e na base do pescoço no lado esquerdo: “MÁSCARA DE RUY BARBOSA”. A máscara mortuária de Rui Barbosa, em bronze, é protegida pela vitrine que, para fins de exposição, permanecia pousada sobre a mesa de tampo quadrangular, pernas torneadas, quatro pés circulares, escalonados e achatados. Esta vitrine foi encomendada a um dos fabricantes mais usados por Rui Barbosa, o Leandro Martins, para que fosse exposta no Salão Nobre a partir da inauguração do museu e neste cômodo foi inventariada apenas em 1930. Quando o quarto de morte passou a ser reconstituído no sobrado desta casa-museu, lá estava a máscara ao pé da cama. A partir da desmontagem do cenário, na década de 1960, a vitrine com a máscara mortuária foi reservada, e uma das fichas de conservação informa que a mesa passou a ser usada para pousar o projetor de slides. Empreendemos uma fase de teste, de 2021 a 2023, expondo a máscara ao pé da cama de sua morte, como esteve na sala Abolição, para decidir se voltaria ao circuito expositivo a partir da mostra dos 100 anos sem Rui. Observamos que houve aceitação e interesse do público.

<sup>44</sup> Na base de dados do acervo arquivístico, é possível ver os cortes de crepe em diversos documentos iconográficos, entre os quais, RB-rbic 189, RB-rbic223 e os documentos exibidos aqui e assim descritos: RB-rbic 206 “População aguardando, em frente à Biblioteca Nacional, a chegada do cortejo fúnebre. Na esquerda, ao fundo, vê-se o palácio Monroe. Original em sépia; pertenceu ao sr. Antonio da Costa”; e RB-rbic 223 “Original em sépia; pertenceu ao sr. Antonio da Costa. Homenagem dos baianos residentes no Rio de Janeiro, vendo-se, entre outras pessoas, os srs. Miguel Calmon e Aurelino Leal, na época interventor federal no estado do Rio de Janeiro. Observam-se, atrás das flores, lampadários cobertos de crepe”. Disponíveis em: <<http://iconografia.casaruibarbosa.gov.br/fotoweb/>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

### **3º cortejo: da Biblioteca Nacional ao cemitério São João Batista**

Até a manhã do dia 4 de março, o público visitou o saguão da Biblioteca Nacional, transformado em câmara ardente, com um altar de 4 m de altura ao fundo (Figura 31ab). À tarde foi rezada a missa de corpo presente por monsenhor Fernando Rangel.



**Figura 31ab** – Câmara ardente no *hall* da Biblioteca Nacional, onde se nota a luminária envelopada em crepe preto.  
Autoria não informada, 1923

**Fonte:** Arquivo Rui Barbosa. SAHI, RB-rbic 189 e RB-rbic194.

Foram proferidos diversos discursos até o momento do último cortejo. Não foi encontrado registro fotográfico do primeiro e do segundo cortejo em que se visse o esquife coberto com o Pavilhão Nacional, apesar de haver duas bandeiras no acervo museológico do MCRB relacionadas na documentação museológica ao enterro de Rui Barbosa. Uma das bandeiras pôde ser reconhecida nos documentos iconográficos do terceiro cortejo pela sua singularidade: uma bandeira artesanal, em que letras e estrelas superdimensionadas fogem ao padrão do Pavilhão Nacional (Figura 32ab).



**Figura 32a** – Autoria não informada, 1923

**Fonte:** SAHI, RB-rbic 217.



**Figura 32b** – A mesma bandeira exposta em 2023, na mostra  
“Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa”

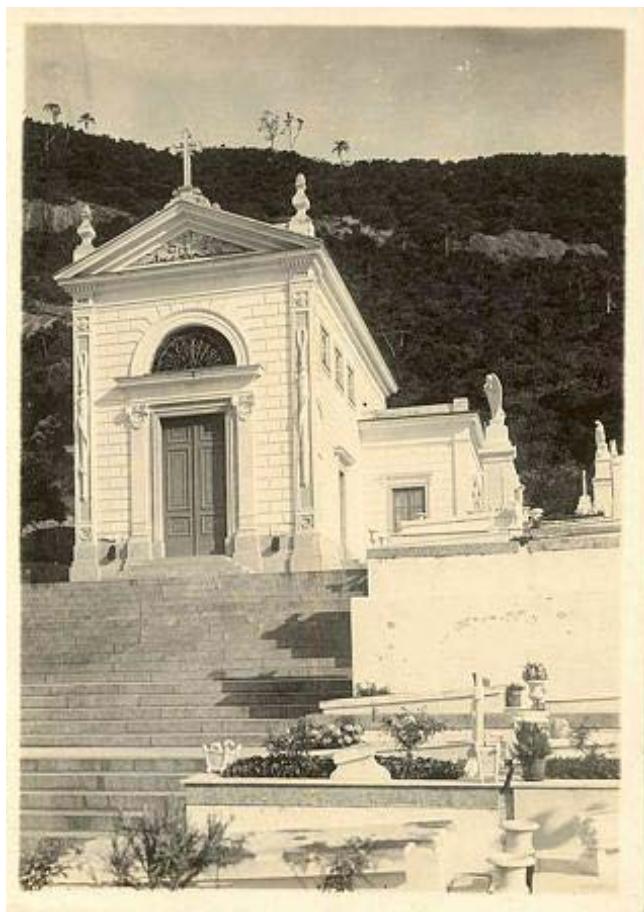
**Foto:** M. Pinheiro, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Costa trouxe esta bandeira para a mansão da São Clemente e a incorporou ao acervo em 1929. Sobre a outra, com as estrelas em proporção canônica, incorporada ao acervo em 1966, por doação da filha

Maria Luísa, é possível que tenha sido usada em outro dos cortejos de 1923 ou no translado dos restos mortais de Rui para a Bahia em 1949, nas homenagens pelo centenário de seu nascimento. Os dados coletados podem não preencher algumas das lacunas de informação a esse respeito.

O terceiro cortejo seguiu pela avenida Beira Mar e rua São Clemente, parando na mansão, e seguindo até o cemitério. Já no cemitério ao anoitecer, o esquife subiu a escadaria até a capela nos braços dos cidadãos presentes. A capela foi o local de sepultamento até o ano seguinte, quando o mausoléu foi construído. Por isso, exibimos aqui a capela, dentro do recorte temporal deste estudo (Figuras 33abc).



**Figura 33a** – Capela onde ficou depositado o corpo de Rui Barbosa, no cemitério São João Batista  
Autor não informado, 1923

**Fonte:** Jornal *O Tempo*. SAHI, RB-rbic184.



**Figura 33b** – Escadarias do pequeno templo, no cemitério S. João Batista. Foto: J. A. Vieira, 1923

**Fonte:** SAHI, RB-rbic185.



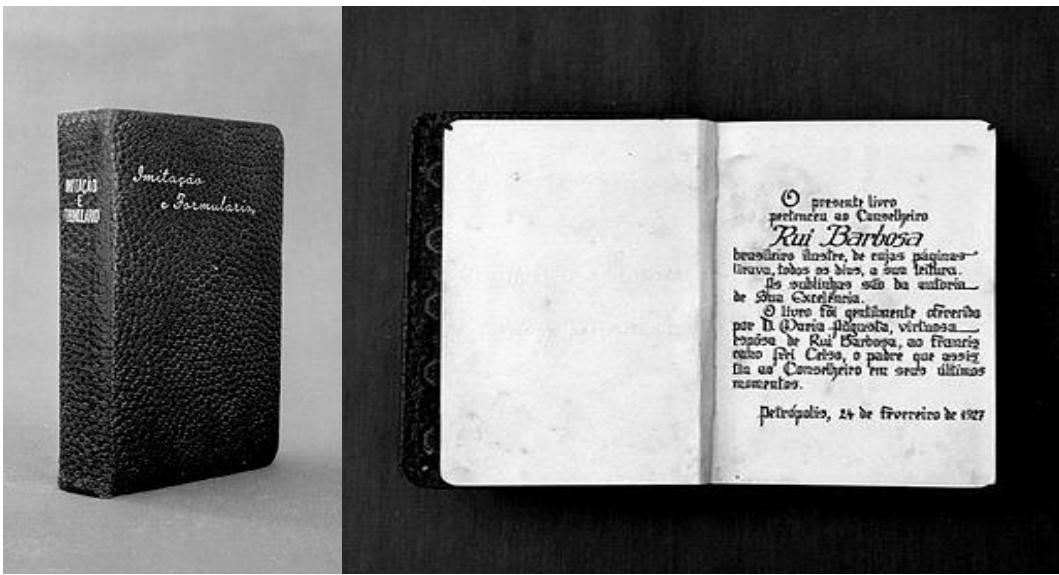
**Figura 33c** – Ataúde de Rui Barbosa na capela do São João Batista. Autor não informado, 1923

**Fonte:** SAHI, RB-rbic178.

Até o fechamento dos portões, às 20h, o público permaneceu no cemitério. Mais do que os discursos infundáveis do funeral, sugerimos que busquem em Gonçalves a análise do conteúdo de homenagens póstumas que agigantaram ainda mais Rui a ponto de eternizar sua efígie no contorno das montanhas fluminenses como o gigante deitado (GONÇALVES, 1999, p. 193). Gonçalves reúne dados em que se nota uma veneração sustentada por crenças em relação à sua vida íntima e emoções a ele atribuídas, a ponto de declarar Rui como umabolitionista “de primeira monta” (GONÇALVES, 1999, p. 189), um homem caridoso e “capaz de trabalhar doente e mesmo com febre” (GONÇALVES, 1999, p. 190). As homenagens póstumas não integram o recorte desta pesquisa, mesma razão pela qual este estudo não chega ao

mausoléu de Rui Barbosa construído posteriormente no Cemitério São João Batista nem à megaoperação de translado de seus restos mortais para o Fórum de Salvador, em 1949. Entretanto, por não dominarmos a data em que a viúva distribuiu bens de Rui a personagens de destaque em seus últimos momentos, optamos por relacionar ao contexto de sua morte dois dos presentes ofertados pela viúva: ao frei Celso e ao desembargador Palma.

O livro *Imitação de Jesus Christo e formulário de orações* (2<sup>a</sup> edição), de 1900 (Figura 34ab), que havia sido entregue ao frei Celso, foi ofertado ao museu em 1951 pelo Governo Provincial dos Franciscanos.



**Figuras 34ab** – Livro e página aberta

**Foto:** Gautherot, [1974-1977].

**Fonte:** SAHI-FCRB, fcrb10016401 e fcrb10016402.

Formulário ou devocionário era um livro de orações.<sup>45</sup> O livro foi catalogado na Biblioteca Rui Barbosa, como coleção RB D-7 4-21, após 1968, ano em que ainda recebeu laudo de conservação no MCRB. Sobre sua significância, consta que “está abundantemente anotado e marcado por Rui Barbosa” e “foi doado, por da. Maria Augusta, a frei Celso que ministrou a Rui Barbosa os últimos sacramentos”.<sup>46</sup> Não há informações se frei Celso o usou no ritual de extrema-unção ou se o recebeu da viúva posteriormente.

Ao desembargador Palma, nome para o estado da Bahia que Rui defendia nas prévias, justamente quando de seu último aborrecimento, quis da. Maria Augusta ofertar uma cadeira de balanço que Rui usava em Petrópolis (Figura 35a). Vinte e três anos depois, a cadeira foi musealizada, comprada de Belisário Petisco. Em uma reforma bastante invasiva, foi removido e guardado um fragmento (Figura 35b) do couro do espaldar: a cena de um menestrel tocando alaúde para o soberano.

<sup>45</sup> Substantivo masculino, “formulário”. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/formul%C3%A1rio>>. Acesso em: 22 maio 2023.

<sup>46</sup> *Imitação de Jesus Christo e formulário de orações*. De Imitatione Christi (trad.). Recife (PE, BR): F.A. Gomes de Mattos, 1900. 2. ed. 167p. Com dedicatória de João Rui Barbosa ao pai e “abundantemente anotado por Rui Barbosa” (ficha do estado de conservação em abril de 1968, quando seu número de tombo no acervo museológico era 1207A).



**Figura 35a** – Cadeira de balanço

**Foto:** Gautherot, [1974-1977].

**Fonte:** SAHI-FCRB, fcrb10003701 e fcrb10003705.



**Figura 35b** – Fragmento preservado do couro do espaldar

**Foto:** M. Pinheiro, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Apenas as fichas antigas da documentação museológica do MCRB reproduzem a informação: “oferecida pela Família Rui Barbosa ao Desembargador J. J. Palma por ocasião do falecimento de Rui Barbosa”. A base de dados virtual, que traz os dados coletados das fichas da conservação de 1996-1998, informa que seu conserto, em 1987, retirou o verniz e substituiu o couro escuro por couro claro. O couro foi novamente trocado em 2004, quando o claro de 1987 foi entendido como se fosse o material de referência.

## Nossa homenagem

Em homenagem aos 50 anos do falecimento de Rui, foram produzidos carimbos e selos, alguns dos quais foram musealizados em 1975, doados pela Assessoria Filatélica ECT. O clichê doado pela ECT em 1973 chegou a integrar a exposição “Cinquentenário de morte de Rui Barbosa”. O cinquentenário foi marcado também por 27 espetáculos, entre concertos, representações teatrais, recitais, lançamentos de livros e discos,<sup>47</sup> além do concurso sobre a vida e obra do patrono, com prêmios entregues no ano seguinte, e outros eventos do centro de pesquisa.

Nestes 100 anos de sua morte, os objetos testemunhos dos cortejos e dos velórios, da morte e dos últimos momentos na degradação de sua saúde, foram os que a equipe selecionou para uma narrativa expográfica de humanização do patrono na mostra “Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa” e nas mesas de debate conduzidas pelo MCRB. Conforme a narrativa construída pela museologia, o salão nobre (Figura 36) foi o que reuniu as bandeiras dos diferentes cortejos e a vitrine da máscara mortuária com uma pétala das flores que ornamentavam o esquife.

Desta mostra, destacamos o resultado expográfico da reconstituição do quarto, reinaugurado em 2023 (Figura 37abcd).

<sup>47</sup> Informação extraída da trajetória dos cômodos da casa-museu, nas fichas de catalogação das salas Buenos Aires, Federação e Constituição.



**Figura 36** – Mostra “Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa”. A máscara mortuária, exposta como foi em 1930, no salão nobre da casa (sala Federação). As bandeiras seguem em estudo.

**Foto:** A. C. Nogueira, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.



**Figura 37abcd** – Mostra “Adeus conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa”. O quarto de Petrópolis, reconstituído na sala Queda do Império

**Foto:** M. Pinheiro, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Para reinauguração do quarto, foi necessário mantê-lo fechado nas últimas semanas antes da abertura da mostra, tamanho o empreendimento e peso da mobília em carvalho<sup>48</sup> (Figura 38abc).



**Figura 38abc – Troca da mobília no quarto que reconstituiu o cenário de 1923**

**Foto:** M. Pinheiro, 2022.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Para devolver a organicidade do conjunto, além da reinauguração desta reconstituição, ainda é necessário rever inconsistências identificadas na documentação dessa mobília de carvalho a partir desta pesquisa. Apenas o lavatório do quarto e a cadeira de balanço presenteada ao desembargador Palma não integraram esta mostra porque reformas muito invasivas os descaracterizaram e, por isso, seguem em estudo.

Uma pesquisa que se iniciou em 2018 com o estudo preliminar para intervenção nos danos provocados em um exemplar *Lollipop* de cadeira de balanço ampliou nosso conhecimento sobre sua significância. Construída uma trajetória de uso e musealização do conjunto de que ela fez parte nos momentos derradeiros de Rui, foi possível o diagnóstico preliminar, a intervenção na materialidade e o retorno da cadeira ao menos para o último momento de que foi testemunho, à cabeceira de seu leito de morte, já que nenhuma informação além dessa foi encontrada até o momento.

<sup>48</sup> O guarda-roupa é o maior item, com 2,65 m de altura, 2,21 m de comprimento e 0,80 m de profundidade no corpo central. No interior, etiqueta com os dizeres: Tapeçaria e Móveis Almeida Guedes e Cia. 43 Rua Florêncio de Abreu 43 São Paulo. Não foi possível determinar nem estimar o peso.

Ainda que os itens litúrgicos estivessem na cena desses últimos momentos apenas acompanhando seu frei confessor, a quem coube o ritual da extrema-unção, contamos um número relevante de objetos devocionais que podem ser observados na fotografia de J. A. Vieira, na cabeceira e na parede, além de outros musealizados posteriormente. Muitos objetos de bastante relevância na trajetória de seus usuários somente puderam ser adquiridos pela Casa de Rui Barbosa após o falecimento de Maria Augusta Rui Barbosa, objetos cuja carga simbólica justamente levou a retenção da família por mais tempo. Portanto, revisitá-la museografia de 1930 não significa retornar a ela, mas discutir o que não deveria ter se perdido dos referenciais de memória. As lacunas são comuns em instituições de preservação de patrimônio cultural e são relevantes assim como o silêncio no compasso musical ou o vazio na profundidade de um jarro.

Para celebrar Rui no centenário de sua morte, analisamos os dados de memória a respeito da pane em seu relógio holandês e decidimos devolver os ponteiros a algum horário mais próximo do momento em que os funcionários na mansão possam ter sido informados de seu falecimento, considerando uma conservação negociativa que impediria o conserto de um relógio cuja significância seja justamente *o boca a boca* sobre sua pane. Se os ponteiros parados importam a atores desse contexto de seu uso primário, por que apagar justamente as marcas dessa trajetória que é singular, para aproximar esse relógio de uma condição igual à de outros exemplares do mesmo modelo? Por essa razão, a reformulação museográfica trouxe ao protagonismo as memórias dos netos e dos funcionários da mansão.

No âmbito das comemorações do centenário de morte de Rui Barbosa, a mostra “Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa” reinaugurou o quarto de seus momentos derradeiros, conforme havia sido reconstituído em 1929 na mansão da São Clemente, quando a família vendeu o chalé da rua Ipiranga. Portanto, essa mostra é uma oportunidade de compartilhar com as leitoras e leitores o quarto em uma condição mais próxima de 1923 e de sua primeira reconstituição no museu – que se deu ainda com a participação de da. Maria Augusta e sr. Antonio – como parte de uma narrativa que relaciona diversos outros ambientes da casa em que há objetos testemunhos desse contexto histórico, dentre os quais: a copa onde fica o relógio que parou; a sala de conversa onde ficava, em gancho, um telefone preto vertical, que possivelmente participou dos informes Petrópolis-Rio; o gabinete holandês onde Rui escreveu seu manifesto “À Bahia” em 11 de janeiro de 1923; o corredor dos quartos em que foi reentronizado o Sagrado Coração de Jesus que acompanhou Rui em Petrópolis; e o salão nobre onde a máscara mortuária foi inaugurada junto com o museu. A narrativa construída e apresentada ao público nessa mostra é produto desta pesquisa.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Álea Santos de; RANGEL, Aparecida Marina de Souza. A metodologia de pesquisa e catalogação dos cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 27, p. 1-45, 2019. Nova Série. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/145597/151594>>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- BANDEIRA, Carlos Viana. *Lado a Lado de Rui (1876-1923)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1960. Disponível em: <<https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/lado-a-lado-de-rui-ocr.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- CAMPOMIZZI, Jader Bernardo. *Fatores enfermaria de tisiopneumologia do Hospital Eduardo de Menezes, em Belo Horizonte, no ano de 2008*. 2009. Tese (Pós-Graduação em Ciência da Saúde) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECJS-8W4KQLE/1/jader\\_bernardo\\_campomizzi.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECJS-8W4KQLE/1/jader_bernardo_campomizzi.pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2023
- COSTA, Antonio Joaquim da. *Rui Barbosa na intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Casa de Rui Barbosa, 1949. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/4792>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- DUARTE, Danilo Freire. Uma breve história do ópio e dos opióides. *Revista Brasileira de Anestesiologia*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 135-146.
- EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 119-134, 2000. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2109/1248>>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- GONÇALVES, João Felipe Ferreira. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000. Dossiê Heróis Nacionais.
- \_\_\_\_\_. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa: a construção de um herói nacional*. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução: Agatha Bacelar. Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-121.
- LOUREIRO, Maria Lúcia de N. M. Museus, museologia e informação científica: uma abordagem interdisciplinar. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lúcia de N. M. (Org.). *Museu e museologia: interfaces e perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 99-111.
- LUSTOSA, Isabel. *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/12389>>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*. 2. ed. Rio de Janeiro: FCRB, 2013. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/9834>>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- \_\_\_\_\_. *Rui Barbosa: cronologia da vida e da obra*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.
- MANGABEIRA, João. *Rui, o estadista da República*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.
- MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. *Contemporary theory of conservation*. Oxford, Burlington, MA: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

\_\_\_\_\_. *New Horizons in Conservation Thinking*. [Entrevista cedida a] Christabel Blackman, 7 jun. 2008. EConservation, n. 6, set. 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/90623143/e-Conservation-Magazine-6>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MUSEU CASA DE RUI BARBOSA. *Plano museológico Museu Casa de Rui Barbosa 2018-2021*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

NERY, Fernando. *Rui Barbosa*: ensaio biográfico. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1955.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza. *Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado*. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/17822>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza; ALMEIDA, Álea Santos de. Os cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa enquanto museália. *MIDAS*, [s. l.], v. 8, p.1-15, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/midas/1300>>. Acesso em: 5 abr. 2023.

THIESEN, Icléia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lúcia de N. M. (Org.). *Museu e museologia: interfaces e perspectivas*. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 61-82.

## Fontes impressas

BARBOSA, Rui. À Bahia. Arquivo Rui Barbosa, série Produção Intelectual, RB PI 7/4. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&id=2890802398135&pagfis=59754>>. Acesso em: 25 mar. 2022

CASA DE RUY BARBOSA. *Inventários de 1929, 1930 e 1932*.

\_\_\_\_\_. *Relatórios de atividades de 1928 a 1941*.

\_\_\_\_\_. *Relatórios de atividades de 1943 a 1958*.

\_\_\_\_\_. *Inventários de 1951 e 1966*.

FUNDACÃO CASA DE RUI BARBOSA. Pasta Funcional – Antonio Joaquim da Costa (Código: 1.8.11.4 – Assentamentos Funcionais) Inventário AP Proc – Caixa 42 – Processo nº 91453/46 (1936-1946) – Código: 1.8.13.11.1 – Aposentadoria.

LEAL, Aurelino. *Carta a Rui Barbosa, em 27 de fevereiro de 1923*. Arquivo Rui Barbosa, série Correspondência, CR765, doc29. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&id=2890802398135&pagfis=17927>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

LEMOS, Corrêa; BARBOZA, Luiz. *Certidão de óbito de Ruy Barbosa*. Livro 27, fl. 60, n. 80. Petrópolis: Cartório Nunes de Castilho, 9 mar. 1923. Arquivo Histórico do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (MJ-RJ).

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório ministerial referente ao ano findo de 1923*. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/107?terms=ruy%20barbosa&item\\_id=2038#?h=ruy%20barbosa&c=4&m=102&s=0&cv=317&r=0&xywh=-1462%2C0%2C4778%2C3370](http://ddsnext.crl.edu/titles/107?terms=ruy%20barbosa&item_id=2038#?h=ruy%20barbosa&c=4&m=102&s=0&cv=317&r=0&xywh=-1462%2C0%2C4778%2C3370)>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PROCESSO INVENTÁRIO RUY BARBOSA. Arquivo Histórico do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (MJ-RJ).

## Entrevistas

GUERRA, Maria Luíza Vitória Rui Barbosa Guerra (d. Baby). [Entrevista cedida a] Aldeli Memória (chefe do Museu), Jurena Porto e Marco Paulo Alvim (diretor da Divisão Técnica). Projeto Memória de Rui em 10 de abril de 1975. Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa/FCRB. No prelo. Duração 01:28'47". Transcrição: Adriana Beaklini.

BARBOSA NETO, Rui. [Entrevista cedida a] Jurena Porto Neumann. Projeto Memória de Rui em 23 de agosto de 1976. Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa/FCRB. No prelo. Duração 01:31'40". Transcrição: Adriana Beaklini.

PEREIRA, Lucila Maria Rui Barbosa Batista (irmã Ana de Lourdes). [Entrevista cedida a] Lídia Cordeiro de Oliveira e Cláudia Barbosa Reis. Projeto Memória de Rui em 23 de agosto de 1994. Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa/FCRB. No prelo. Entrevista dividida em duas partes. Duração 47'35" e 47'36". Transcrição: Adriana Beaklini.

PEREIRA, Lucila Maria Rui Barbosa Batista (irmã Ana de Lourdes); PEREIRA, Estela Maria Rui Barbosa Batista. [Entrevista cedida a] Entrevistadora não informada. Projeto Memória de Rui em 25 de junho de 1985. Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa/FCRB. No prelo. Entrevista em três partes. Duração 31'15", 31' 21" e 12'15". Transcrição: Adriana Beaklini.

PINHO, Péricles Madureira de. [Entrevista cedida a] Entrevistadora não informada. Projeto Memória de Rui em 10 de junho de 1976. Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa/FCRB. No prelo. Transcritor não informado.

VENEU, Marcos Guedes. *Bençãos papais*. Destinatário: Márcia Pinheiro Ferreira. Segunda-feira, 6 fev. 2023. 1 mensagem eletrônica.

VENTURA, Antônio. [Entrevista cedida a] Marcos Paulo Alvim e Aldeli Memória. Projeto Memória de Rui em 25 de abril de 1975. Rio de Janeiro: Museu Casa de Rui Barbosa/FCRB. No prelo. Entrevista em três partes. Duração 01:18'29". Transcrição: Adriana Beaklini.

## Periódicos

OS ÚLTIMOS momentos do conselheiro Ruy Barbosa, narrados pelo confessor do Grande Brasileiro. *Revista da Semana*, ano XXIV, n. 11, 10 mar. 1923. Disponível em: <[http://memoria.Biblioteca Nacional.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909\\_02&Pesq=%22Ruy%20Barbosa%22&pagfis=4288](http://memoria.Biblioteca Nacional.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_02&Pesq=%22Ruy%20Barbosa%22&pagfis=4288)>. Acesso em: 25 mar. 2023.

EM TORNO do leito de Ruy Barbosa. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 14, 31 mar. 1923. Disponível em: <[http://memoria.BibliotecaNacional.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909\\_02&pesq=morte&pasta=ano%20192&hf=memoria.BibliotecaNacional.br&pagfis=4411](http://memoria.BibliotecaNacional.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_02&pesq=morte&pasta=ano%20192&hf=memoria.BibliotecaNacional.br&pagfis=4411)>. Acesso em: 25 mar. 2023.

RUY BARBOSA: o glorioso brasileiro vítima de grave enfermidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 1922, n. 194, 15 ago. 1922, p. 7. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04&pagfis=16733](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pagfis=16733)>. Acesso em: 28 abr. 2023.

OS FUNERAES do Sr conselheiro Ruy Barbosa. *A Noite*, Rio de Janeiro, n. 4044, ano XIII, 5 mar. 1923. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1923\\_04044.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1923_04044.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2023.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 2 mar. 1923, p. 3. Disponível em: <[http://memoria.Biblioteca Nacional.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pagfis=12423](http://memoria.Biblioteca Nacional.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pagfis=12423)>. Acesso em: 28 mar. 2023.

# ***In hora mortis: os últimos momentos e os funerais de Rui Barbosa em Petrópolis***<sup>1</sup>

**MARCOS GUEDES VENEU\***

Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite que me foi feito pela equipe do Museu Casa de Rui Barbosa e principalmente à conservadora Márcia Pinheiro Ferreira. Tudo o que eu disser foi baseado no trabalho dessa equipe, não tendo eu feito nenhuma pesquisa original: parti dos resultados do levantamento que elas fizeram e me dediquei um pouco a fazer uma leitura da narrativa dos últimos momentos de Rui e das fotos que retrataram o velório e os cortejos fúnebres, primeiro em Petrópolis e depois no Rio de Janeiro. Minha intenção foi comentar esses elementos a partir de considerações mais gerais sobre a história da morte no ocidente, baseando-me no trabalho do historiador francês Philippe Ariès (2012), que é um clássico dos estudos sobre a transformação das atitudes em relação à morte ao longo do tempo. A ideia que me serviu de título, *in hora mortis*, na hora da morte, foi justamente concentrar nossa atenção nesses últimos momentos. Sabemos que eles despertaram muito interesse no público da época, tendo sido objeto de matérias bastante longas nos jornais e revistas, por ocasião da morte de Rui. Eu também me servi muito dos trabalhos de João Felipe Gonçalves, sobretudo a sua dissertação de mestrado, *Vida, glória e morte de Rui Barbosa: a construção de um herói nacional* (1999). Ele concentra a análise nos funerais de estado e isso me deixou espaço para me dedicar à primeira etapa dos ritos fúnebres, que teve lugar em Petrópolis e que podemos considerar uma etapa mais íntima, não exatamente menos pública, porque como veremos a presença do público foi forte nela também, mas é, digamos, mais doméstica. E foi essa etapa que deu margem à montagem da nova museografia apresentando o quarto da casa de Petrópolis onde o Rui faleceu, aqui no Museu Casa de Rui Barbosa.

## **A morte domada e a “boa morte” cristã**

Comecemos por algumas considerações de ordem mais geral sobre a história da morte. A primeira é sobre o que o Philippe Ariès chamava de “a morte domada”. Hoje em dia, a morte é um assunto, de certo modo, tabu. Na nossa cultura, evitamos falar da morte, evitamos muito o contato com os momentos de morte e os corpos dos mortos. Muitas pessoas resistem a ir a velórios; evita-se levar a eles as crianças. Há toda uma série de procedimentos que demarcam a morte como um terreno proibido, em que só se penetra com muitas precauções. No entanto, nem sempre foi assim: segundo Ariès, durante muitos séculos a atitude coletiva em relação à morte foi o contrário dessa interdição, desse tabu que ele vê, juntamente com vários sociólogos, psiquiatras e psicólogos, em nossa atitude contemporânea diante da morte. Até pelo menos o final do século XIX, a própria sociedade ocidental tinha outra relação com a morte. Uma relação que ele chamou de a morte domada. Não que ela tivesse sido selvagem e tenha sido domada ou domesticada, mas

---

\* Historiador, pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa e professor do Departamento de História da PUC-Rio.

<sup>1</sup> Este texto resulta de uma comunicação oral, cujas características foram mantidas na versão escrita, notadamente a redução ao mínimo das referências bibliográficas.



ao contrário, porque ela era domesticada e se tornou selvagem na contemporaneidade. Ela era domesticada pelo tratamento coletivo dado ao momento de morte por meio dos ritos coletivos, não só dos funerais e do luto, mas no próprio momento da morte, quando o moribundo era o protagonista de uma cerimônia não escrita mas seguida pelo costume, em que à sua volta se reuniam familiares, amigos, representantes institucionais – no caso da sociedade ocidental, da Igreja – até mesmo estranhos, e essa centralidade do moribundo durava até os últimos momentos. O ideal é que ele ainda tivesse capacidade de expressar seus arrependimentos, suas despedidas, não só em termos religiosos, mas também termos sociais: esse era o ideal de uma boa morte. No caso da sociedade cristã, essa boa morte incluía as cerimônias religiosas, mas não se limitava a elas, que eram constituídas, sobretudo, pelo viático. Hoje em dia, as cerimônias católicas se concentram no momento da morte na chamada extrema-unção, que modernamente se chama unção dos enfermos. Mas, antes, até meados do século XIX, o centro dessa cerimônia religiosa de despedida era a entrega da comunhão ao moribundo. E essa comunhão, essa hóstia consagrada, que então era consumida pelo moribundo, era chamada de viático, que significa “a refeição que se faz na viagem”.



**Figura 1** – Jean-Baptiste Debret. Casa de um doente preparado para ser sacramentado (1826, aquarela sobre papel, 15,3 × 21,7cm; assinado e datado). Museus Castro Maya, Rio de Janeiro

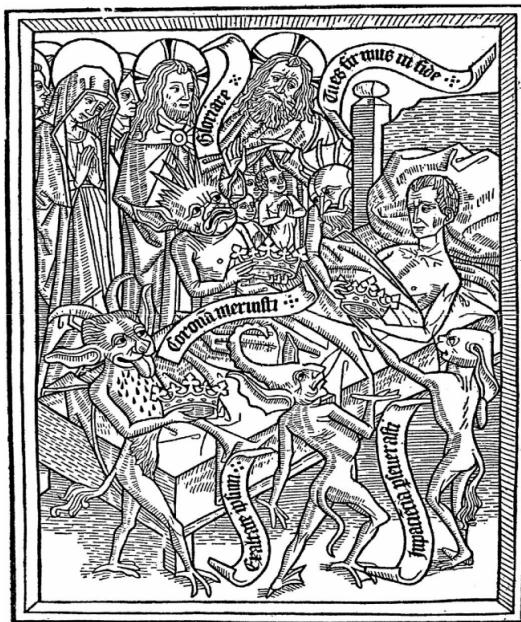
**Fonte:** Wikimedia Commons.<sup>2</sup>

Essa gravura de Debret (Figura 1), de cerca de 1826, representa a chegada do cortejo em que um padre traz o viático pelas ruas, sob um dossel, da Igreja até a casa do moribundo. Ariès comenta que esse era um momento em que a casa do moribundo se abria, não só às pessoas da família, mas a qualquer passante. Debret capta esse momento com a presença aqui da multidão. Para ele, isso já era uma coisa um pouco folclórica. Esses costumes, na Europa, principalmente na Europa do Norte, vinham se transformando desde o final do século XVIII. Naquele momento, em 1826, já tinham adquirido um caráter menos público. Há um processo de ocultamento progressivo dessas cerimônias, que vão se tornando particulares e depois, já no século XX,

<sup>2</sup> Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-Baptiste\\_Debret\\_-\\_Extrema-un%C3%A7%C3%A3o\\_levada\\_a\\_um\\_doen%C3%A7e.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-Baptiste_Debret_-_Extrema-un%C3%A7%C3%A3o_levada_a_um_doen%C3%A7e.JPG)>. Acesso em: 4 ago. 2023.

quase que desaparecem de todo. Mas nesse momento, no Brasil, elas ainda têm um caráter público e mesmo espetacular, com a presença do dossel, dos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento portando as velas e o crucifixo processional, que antecede o transporte do viático nas mãos do padre, e de uma banda de música. Debret, no texto que acompanha as estampas, comenta sobre o grau de desafinamento da banda de música, que devia sugerir ao moribundo que se apressasse a sair deste mundo.

Mas essa era a boa morte, a morte que se faz anunciar e que permite o desenrolar de todo esse ceremonial. A morte súbita, que hoje dá nome a uma cerveja na Bélgica, era a morte temida, que não permitia essa preparação e essa domesticação. O resultado, segundo Ariès, é que as pessoas lidavam com a morte de forma menos trágica, menos dramática do que nós lidamos hoje em dia. Porém, esse sentimento de familiarização da morte, para chamar de outro modo a domesticação, vai se crispando ao longo dos séculos, junto com o avanço da elaboração da ideia moderna de pessoa, de sujeito, que vai se tornando menos coletiva e mais individualizada. As primeiras manifestações dessa personalização da morte, que traz em um elemento de drama e de angústia, ocorrem ainda na Idade Média. A partir do século XIV essas tendências vão levar à identificação dos túmulos familiares nos locais de enterramento, antes deixados no anonimato dos adros cemiteriais e do interior das igrejas. O desenvolvimento da doutrina do Purgatório e da crença na possibilidade de salvação *in extremis* favoreceu o tensionamento dramático do momento da morte e levou, a partir do século XV, à redação das *artes moriendi*, verdadeiros manuais de bem morrer que preveniam contra as tentações da última hora (Figura 2).



**Figura 2 – A tentação do orgulho.** Xilogravura da *ars moriendi*, séc. XV

**Fonte:** Wikimedia Commons.<sup>3</sup>

Cresce, ao mesmo tempo, a devoção à Nossa Senhora da Boa Morte, buscando assegurar a intercessão protetora da Virgem em hora tão perigosa para a alma dos fiéis.

<sup>3</sup> Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ars\\_Moriendi](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ars_Moriendi)>. Acesso em: 6 dez. 2023.

## A “morte do outro” e a boa morte no século XIX

Segundo Ariès, a morte começa a se tornar “selvagem” com o advento da modernidade, na passagem do século XVIII para o XIX, de início de forma incipiente e discreta, mas desenvolvendo-se gradualmente ao longo do Novecentos. Aparentemente, há poucas transformações: os ritos coletivos se mantêm, e até mesmo se acentuam em alguns casos, como o luto inconsolável das mortes românticas, acompanhadas de grandes demonstrações de dor. Mas nessa exacerbação é que reside a mudança: com a concentração dos afetos no seio da família, o sentimento de perda de um dos membros desse núcleo íntimo não mais se deixa modular pelos ritmos coletivos, dando início ao modelo chamado por Ariès “a morte do outro”. Paralelamente, o aumento da eficácia da medicina vai despojando o moribundo de seu protagonismo, interpondo-se o médico cada vez mais entre a família, o doente e sua morte.

Se os cemitérios laicizados, tanto nas versões monumentalizadas que predominam nos países de tradição latina quanto na simplicidade dos parques semeados de lápides da tradição anglo-saxônica, afirmam-se como os novos espaços da morte, as religiões não deixam de incorporar as novas formas e sentimentos, mesmo atribuindo-lhes uma antiguidade suposta e naturalizada. Um exemplo dessa incorporação poderia ser o papel atribuído a São José como patrono e exemplo da boa morte católica, assistida por ninguém menos que a Virgem Maria e o próprio Jesus, antes deste iniciar sua vida pública. Trata-se, como vemos no grupo escultórico posto atrás do altar da igreja de São José, no Centro do Rio de Janeiro, de uma santificação da morte em família, com o moribundo serenamente confortado pelo afeto dos seus entes mais próximos (Figura 3).

## Os últimos momentos de Rui e os funerais em Petrópolis

Rui Barbosa faleceu no dia 1º de março de 1923, em sua casa de Petrópolis, aos 73 anos. Já havia algum tempo que sua saúde declinava, mas sua atividade política, não. No ano anterior, uma doença grave já o havia levado a receber a extrema-unção, mas mesmo ainda se recuperando, as articulações políticas, em especial as que precediam as eleições para o governo da Bahia, eram alvo no verão de 1923 de sua atenção apaixonada, provocando-lhe uma reação furiosa ao saber da interferência do presidente da República, Artur Bernardes, em sentido contrário aos seus interesses. A uma diatribe improvisada de vinte minutos segue-se, horas depois, um abatimento que o força a deitar-se. Permite-me citar a descrição de João Felipe Gonçalves (2000, p. 167):

Ficou sem voz, devido a algo que inicialmente pareceu ser um forte resfriado, mas que na manhã do dia 1º de março foi diagnosticado como “paralisia bulbar”. Como propalou a imprensa da época, os primeiros órgãos a falharem em Rui tinham sido aqueles que mais o haviam distinguido: o cérebro e as cordas vocais. Mortos os dois, logo seguiu o velho Conselheiro. Na noite do dia 1º, pouco depois de tomar a extrema-unção, tendo ao lado a inseparável esposa, Rui morreu.

Excetuando-se a demonstração de vigor na explosão de ira política, pouco restou, como podemos perceber, de protagonismo ao moribundo. São os médicos que assumem – eles tampouco podendo grande coisa – a condução do drama, inicialmente, cedendo o lugar à família, sobretudo a Maria Augusta, e aos amigos mais próximos. O padre é chamado, na pessoa de frei Celso, próximo à família, que chega a tempo de ministrar o sacramento da extrema-unção, e que mais tarde relataria à imprensa o que se passara. Até aqui, estamos plenamente no modelo da “morte do outro”, vivida na intimidade da família, sem a presença de estranhos, com a intermediação institucional dos médicos, elemento moderno, e do padre, elemento tradicional atenuado

pela familiaridade. Pouco depois, começaram os preparativos para o velório, durante o qual um elemento moderno – a presença de um fotógrafo, registrando mesmo um momento de relativa intimidade, a cama com os lençóis ainda desarrumados mas sem o corpo – reforça, na verdade, o traço mais tradicional: a abertura da casa para um público amplo, que se faz presente já numa primeira situação em que o corpo é formalmente exposto (Figura 4).



**Figura 3 – A morte de São José**, séc. XIX. Igreja de São José, Rio de Janeiro

**Fonte:** Aparecida Rangel.



**Figura 4** – Quarto de Rui, pouco após sua morte em 1 mar. 1923. Enterro de Rui Barbosa

**Foto:** J.A.Vieira, 1923.

**Fonte:** SAHI-FCRB, rb-rbic176.

As primeiras fotografias são tiradas certamente no dia 2, enquanto o corpo era preparado para exposição e transporte. Posteriormente, seriam publicadas na imprensa, e essa versão é a que vemos aqui. Nela, foram retirados alguns elementos que apareciam na foto original: um urinol, assim como um narguilé, itens certamente considerados pela revista que os publicou incompatíveis com o cenário da morte do grande homem. O que que nós podemos ver? Além de elementos que parecem compor o quarto já desde antes, como o crucifixo de parede e a benção apostólica com a fotografia do papa Bento XV. Vemos também dois castiçais de pé, longos, que estão aqui nos dois lados da cama e um crucifixo grande colocado sobre um dos criados-mudos. Esses elementos não parecem fazer parte do mobiliário permanente do quarto e devem ter sido trazidos por frei Celso para os ritos de extrema-unção. Como o Rui não podia falar, é improvável que ele tenha feito uma confissão oral. Ele deve ter apenas manifestado interiormente, ou por algum outro modo, arrependimento dos seus pecados e a extrema-unção já é também um rito de perdão dos pecados. Não houve o viático, pelas condições do doente. Esses elementos, então, são os que provavelmente foram usados no momento da morte do Rui (Figura 5).

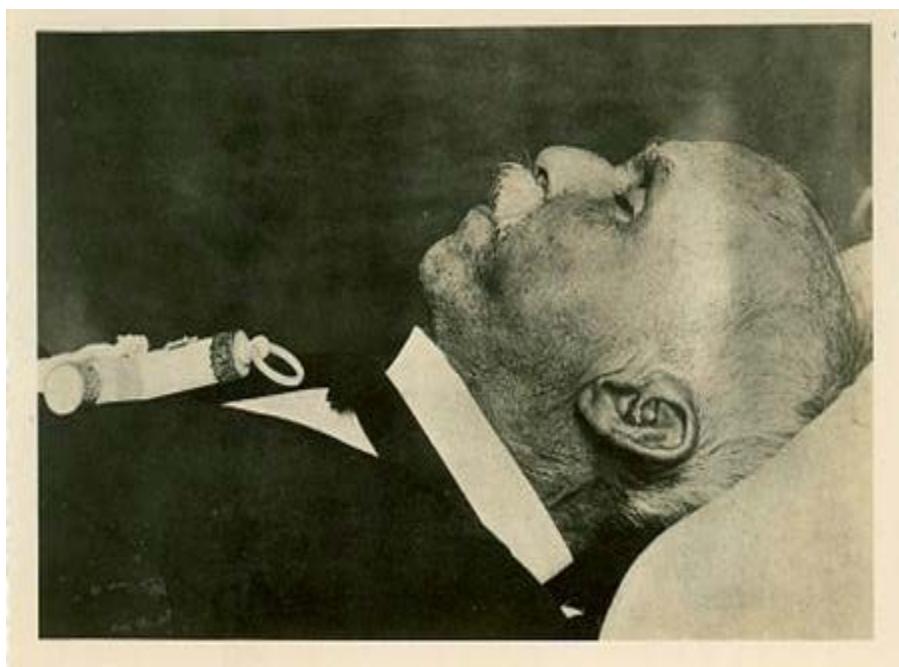


**Figura 5** – Exposição do corpo ainda no quarto. Enterro de Rui Barbosa. Autor não informado, 1923

**Fonte:** SAHI-FCRB, rb-rbic255.

O momento seguinte, registrado também em fotografia, é ainda no quarto. Mas, aqui, o corpo já foi trazido de volta, vestido e colocado sobre uma mesa com lençóis brancos, a cabeça apoiada em travesseiros, as mãos atadas com uma fita. Vamos ver melhor na próxima imagem que as mãos seguram um crucifixo. Reconhecemos o quarto de dormir pela peseira da cama. E vocês veem, no espelho do armário, a figura do fotógrafo, que não tinha muito espaço para se movimentar e não pôde senão fotografar a si próprio no exercício do *métier*. Mas temos também a presença de visitantes, que lá foram para prestar as últimas homenagens ao corpo. Só que esse é um arranjo provisório, como vocês veem, é pequeno o espaço para os visitantes e isso, provavelmente, foi adotado enquanto era preparado o espaço principal de velório, ainda na casa de Petrópolis, que toma a forma da “câmara ardente”.

Aqui é uma imagem melhor. Você vê bem o crucifixo e a cabeça sobre os travesseiros. Esse fundo eu não sei se foi algum pano que foi colocado para eliminar os elementos locais ou se foi um tratamento feito posteriormente na fotografia (Figura 6).



**Figura 6 – Enterro de Rui Barbosa. Autor não informado, 1923**

**Fonte:** SAHI-FCRB, rb-rbic179.

Eis a câmara ardente, ou seja, a sala de velório na casa, preparada para a exposição do corpo (Figura 7). Segundo a família, nela foi rezada a primeira missa de corpo presente. O que nos chama imediatamente a atenção é que as paredes estão cobertas de panos negros. Também aqui não temos uma simples mesa, mas uma eça, uma espécie de mesa alta própria para se colocar o caixão e que provavelmente devia estar ou no convento do frei Celso ou em alguma igreja de Petrópolis. Deve ter sido levado, porque não é um mobiliário doméstico. O corpo, colocado já dentro do caixão, quatro círios acesos, um em cada canto. À esquerda da foto, temos esse pano que parece mais escuro, mais pesado. Talvez seja um veludo bordado e que é, provavelmente, o mesmo tecido que vemos na eça. Essas figuras não são estrelas de Davi, mas sim bordados florais e arabescos dispostos no formato das estrelas de Davi. Não dá pra ver aqui, mas elas se repetem nessa espécie de bandos de cortina na parede da esquerda; temos ainda essa cruz bordada. Eu fico imaginando que talvez a missa de corpo presente tenha sido feita aqui. Lembrem-se que, na época, nas celebrações de missa, o sacerdote dava

as costas à assembleia. E aqui nós temos a cabeça do caixão, a cabeceira do caixão. Provavelmente, o sacerdote estava aqui e o restante dos assistentes em volta. Era dia, pois vemos a luz natural entrar pela janela da casa, mas na câmara ardente – assim chamada por causa das velas acesas – faz-se noite para acompanhar o início da viagem do morto, já não mais do moribundo, para o outro mundo.



**Figura 7** – A câmara ardente de Rui em Petrópolis. Enterro de Rui Barbosa

**Foto:** J.A.Vieira, 1923.

**Fonte:** SAHI-FCRB, RB-rbic186.

Aqui nós temos o cortejo à porta da casa de Petrópolis (Figura 8). Um coche fúnebre puxado por duas parelhas de cavalos brancos e a escolta formada por crianças. É interessante aqui a presença também do padre. Eu, inicialmente, pensei que essas crianças fossem de algum colégio de Petrópolis. Depois, vendo melhor, percebi pelos chapéus e pelas roupas, que talvez seja um grupo de escoteiros. Os grupos de escoteiros eram formados por iniciativa da Igreja e eram uma forma de enquadramento religioso da infância e da juventude nesse momento. Ainda o são em muitos países da Europa.



**Figura 8** – Saída do cortejo fúnebre da casa de Petrópolis. Enterro de Rui Barbosa

**Foto:** J.A.Vieira, 1923.

**Fonte:** SAHI-FCRB, rb-rbic251.

## Os funerais no Rio e os “dois corpos de Rui”

Isso é o que eu destacaria em relação a Petrópolis. A questão que chama atenção é a presença da religiosidade, que é uma coisa no mínimo controversa no caso de Rui Barbosa. Rui tinha se notabilizado pelas suas posições anticlericais, sobretudo na questão religiosa e na década de 1870, quando há um grande embate entre a Igreja e os políticos liberais. A Igreja tinha promovido, em 1870, o Primeiro Concílio do Vaticano, no qual ela buscou assumir uma nova atitude na sua relação com o mundo moderno. Até então, ela condenava o mundo moderno, mas, digamos assim, jogando na retranca, se defendendo depois de muitas goleadas. Inclusive, com a perda, em 1870, do domínio temporal do papa sobre os territórios que milenarmente ele governava no centro da península italiana, com a formação do reino unificado da Itália. Com o Vaticano I, ela parte para um jogo na contraofensiva, no contra-ataque. É o chamado ultramontanismo, em que a Igreja fortalece as suas estruturas de centralização e tenta reagir, sobretudo, combatendo a maçonaria e alguns elementos próprios do mundo moderno com a proclamação de vários dogmas novos, incluindo o dogma da infalibilidade do Papa em questões de teologia e de moral, quando fala *ex cathedra*. Isso é uma questão que levanta muitas resistências e dá margem, inclusive, a um cisma dentro da Igreja. E é algo que está muito presente nos nossos debates aqui, da questão religiosa.

A Igreja no Brasil vivia sob o domínio do padroado, que gozava da exclusividade da representação pública. Por uma concessão especial à Inglaterra, os ingleses, os anglicanos, poderiam ter cemitérios próprios, mas os outros cemitérios que existiam eram todos religiosos, até porque, até meados do século, enterrava-se junto às Igrejas ou dentro das Igrejas. É só a epidemia de febre amarela de 1849-1850 que apressa a proibição de enterrar dentro das igrejas. Já havia várias legislações municipais antes disso, mas é só a incidência dessa epidemia que leva à oficialização da proibição do enterramento nas Igrejas e a constituição dos cemitérios um pouco afastados do centro das cidades, os nossos atuais cemitérios de São João Batista, do Caju e do Catumbi, que é um dos primeiros. Eram ainda cemitérios religiosos. É só com a separação da Igreja do Estado, que vem com a república, e da qual Rui Barbosa foi justamente um dos grandes autores, que ocorre a secularização dos cemitérios.

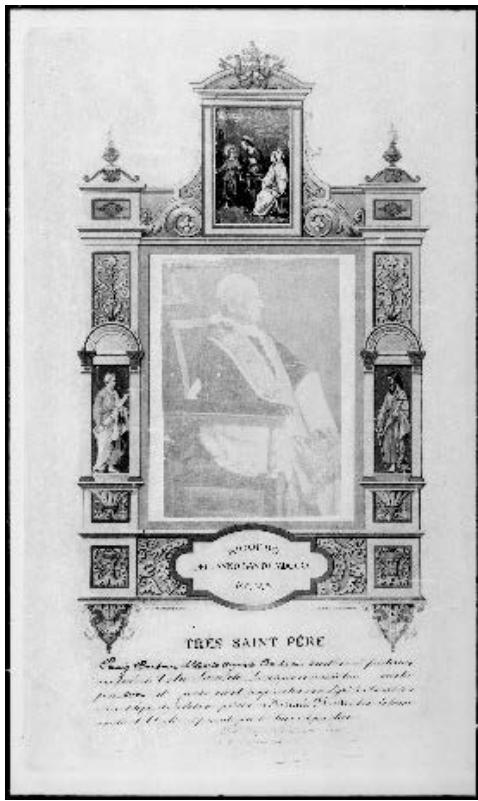
Então, Rui tinha granjeado uma fama de anticlerical, até porque ele tinha assumido junto com os liberais ou com o Partido Liberal, ao qual ele pertencia, uma posição de resistência a essas determinações do Concílio Vaticano I, sobretudo financiando – e parece que foi um mau negócio – a tradução do livro de um teólogo católico, Ignaz von Döllinger, chamado *O papa e o concílio*, que era crítico às decisões do Vaticano I. Rui escreve um prefácio que é maior que o próprio livro no qual ele faz duras críticas a essa união entre a Igreja e o Estado, ao exclusivismo religioso católico e ao jesuítismo – os jesuítas eram uma ponta de lança desse contra-ataque da Igreja. Isso marca, junto com um discurso na maçonaria, essa posição do Rui anticlerical – esses escritos da década de 1870 e que parecem confirmadas pela separação da Igreja do Estado em 1889. No entanto, a posição religiosa de Rui parece ter se modificado justamente por conta dessa separação. Ele não era antirreligioso. Como ele mesmo diz, sempre foi cristão e nutria uma certa simpatia pelas denominações protestantes reformadas, justamente enquanto elas permitiam essa pluralidade religiosa, essa liberdade religiosa. Uma vez conquistada a liberdade religiosa na Constituição de 1891, não havia mais razão para Rui se manter anticlerical. E ele, de fato, vai mudando de posição. Já em 1895, ele escreve uma das suas *Cartas da Inglaterra*, intitulada “As bases da fé”. Um jornalista e escritor católico, conde de Afonso Celso, estranha que Rui esteja escrevendo sobre as bases da fé – ele que teoricamente seria um anti-

clerical. E Rui responde num artigo, também nessas mesmas *Cartas da Inglaterra*, chamado “Minhas conversões” em que ele diz que nunca foi antirreligioso. O que ele combatia era o sistema político em que a Igreja se enquadrava e que, desaparecido esse sistema, ele não tinha por que se manifestar contra a religião, já que ele mesmo era cristão. Ele vai um pouco além. Pouco depois, já em 1902, ele matrícula os filhos no colégio Anchieta, o colégio que os jesuítas tinham em Friburgo. E no ano seguinte, ele atende ao convite do reitor do colégio para pronunciar um discurso de formatura, que é o famoso discurso do colégio Anchieta, no qual ele expõe sua posição religiosa. E mais ainda, essa aproximação não só com a religião cristã, mas com a Igreja, vai se acentuando nas festividades do chamado Jubileu Cívico-Literário Rui Barbosa, que ocorre em 1918. Como diz João Felipe Gonçalves (1999), é uma espécie de consagração de Rui como herói nacional ainda em vida. Consagração que vai ser um pouco “bisada” no momento dos funerais de Estado. Mas já nesse momento do jubileu de 1918, consta uma missa campal rezada pelo cardeal d. Joaquim Arciverde, arcebispo do Rio de Janeiro, o que mais uma vez promove muitas críticas provenientes de dentro da área católica, que estranham que aquele anticlerical venha a receber as homenagens da Igreja. Mas isso mostra não só uma mudança da posição do Rui, mas também a mudança da posição da Igreja.

O pontificado de Leão XIII, que é o papa que a gente vê concedendo a primeira das benções apostólicas a Rui e sua família, já era um pontificado em que esse contra-ataque da Igreja em relação ao mundo moderno tinha assumido uma característica muito menos radical, muito menos de oposição (Figura 9). Ainda havia e ainda haverá, até o Vaticano II, uma postura de adversária da Igreja em relação à modernidade, mas pela primeira vez o papa emite uma encíclica, a *Rerum novarum*, “Das coisas novas”, na qual o adjetivo “novo” aplicado aos assuntos seculares não é pejorativo. Antes, tudo que era novidade e que era do mundo vinha, na tradição e na literatura eclesiástica, marcado pelo sentido do negativo. É diferente no que diz respeito à área religiosa, pois o Novo Testamento sempre foi novo e positivo. Mas de resto, as novidades do mundo eram vistas com desconfiança. Leão XIII começa a modificar e Rui registra isso nas *Cartas da Inglaterra*, quando ele diz que o discurso do papa – e ele escreve isso durante pontificado de Leão XIII – já não tem o mesmo tom de fanatismo dos discursos anteriores. Ele vai dizer ainda, em 1921, em um prefácio à segunda edição da *Queda do Império*:

[...] onde porém se perceberá a diferença mais sensível é nos sentimentos religiosos [diferença da posição dele, entre 1921 e 1889]. Profunda e inalteravelmente cristãos foram eles [esses sentimentos religiosos] sempre. Mas quem lê o *Diário de Notícias*, como quem leia “O Papa e o Concílio” ou o “Discurso da Maçonaria”, verá quanto vai do homem de 1876 e 1889 ao de 1903, [...] 1919 e 1921: o da oração do paraninfo no Colégio Anchieta, o da oração do jubileu na Missa Campal e o discurso paranínfico em São Paulo [a] *Oração aos Moços*. (BARBOSA, 1921)

Então, ele mesmo reconhece essa mudança, que é também uma mudança da própria Igreja e uma mudança do clima geral, político-intelectual, em questões religiosas. É possível perceber essa ênfase religiosa nas cerimônias que vemos sendo desenvolvidas, em Petrópolis, nos funerais do Rui. E o que acontece no Rio? Para usar uma figura de retórica, temos uma espécie de graduação, que vai se avolumando, vai crescendo entre Petrópolis e o Rio.



**Figura 9** – Bênção de Leão XIII (1878-1903), 1901

**Fonte:** SAHI-FCRB, RB-DP 18 (2).

No Rio, são os funerais de Estado. O corpo é velado durante dois dias na avenida Central, na Biblioteca Nacional, e depois segue pela avenida Beira Mar em direção a Botafogo. Na fotografia (Figura 10), vemos os primeiros carros do prédio: pessoas carregando algumas coroas de flores sobre um estrado e caminhões carregando outras coroas de flores. Não está muito nítido, mas sobre o caminhão temos um retrato de Rui Barbosa. E isso sugere uma comparação que se tornou muito comum em enterros de políticos, desde a década de 1980, desde momento em que a obra do historiador Ernst Kantorowicz sobre a teologia política medieval, chamada *Os dois corpos do rei*, começou a ser mais recebida nos meios intelectuais brasileiros. A metáfora dos dois corpos do rei começou a ser usada em muitas comparações. O que que dizia essa obra? É uma teoria política medieval que dizia que o rei tem dois corpos: o corpo físico e o corpo político, seu corpo cívico. Enquanto o corpo físico era mortal e podia morrer, o seu corpo político, que era o próprio reino, não morria nunca. E daí aquela afirmação célebre: “O rei morreu. Viva o rei!”, que servia não só para afirmar o automatismo da sucessão, mas a continuidade do corpo político do rei. Essa doutrina era figurada nos enterros reais pela efígie, que era uma estátua de cera ou de madeira do rei vivo, que encimava o caixão dentro do qual ia o corpo do rei morto. Então, havia visualmente dois corpos do rei nesses funerais reais, sobretudo entre o século XVI e o século XVII. Aqui, de certa forma, no funeral de Rui Barbosa também temos dois corpos: o corpo de reputação, pois esse corpo não é um corpo cívico, não é um Estado, mas Rui representa um pouco a nação. É a reputação de Rui que ganha nesses funerais uma imortalidade terrena. E esse corpo imortal na terra, pela sua reputação, é um pouco figurado aqui nesse retrato, enquanto o corpo físico segue no coche (Figura 11).



**Figura 10 – O cortejo fúnebre na av. Beira Mar, primeiros carros. Enterro de Rui Barbosa**

**Foto:** J.A.Vieira, 1923.

**Fonte:** SAHI-FCRB, rb-rbic197.



**Figura 11 – O cortejo na av. Beira Mar, o coche funerário. Enterro de Rui Barbosa. Autor não informado, 1923**

**Fonte:** SAHI-FCRB, rb-rbic203.

A grande afluência de público era muito comum nos funerais de Estado, no início do século XX, no Brasil. E fora já comum nos funerais de homens de Estado e de cultura na Europa, como os funerais de Victor Hugo, a trasladação dos restos de Napoleão na França. E, no caso brasileiro, os funerais do barão do Rio Branco, em 1912, e também os de Euclides da Cunha e outros. Atraíam grande quantidade de

público. E era um pouco a ocasião em que o Estado, já laico, afirmava a existência do grande homem, aquele homem que sintetizava características excepcionalmente positivas que faziam com que ele sintetizasse também a própria nação. Essa comparação, do homem que morria com a nação, era explicitamente feita no caso do Rui, como tinha sido feita também no caso de Rio Branco alguns anos antes.

Mas eu queria salientar uma outra dualidade, outros dois corpos, entre esse corpo público do Rui, que é velado e enterrado no Rio de Janeiro, e o seu corpo mais privado, velado e também transportado em cortejo em Petrópolis. O João Felipe Gonçalves salienta que esses funerais públicos correspondiam a um tipo de rito, seguindo a nomenclatura de Victor Turner, que é incorporada por Roberto DaMatta, em seu artigo “Carnavais, paradas e procissões: um ritual de estrutura”. Um rito de estruturação em que as hierarquias sociais são reafirmadas. O que diz João Felipe é que esses grandes velórios e cortejos fúnebres de homens públicos estão mais próximos das paradas de Sete de Setembro que dos carnavais ou das procissões (GONÇALVES, 1999, p. 169-170, 199), das quais eles até podem se aproximar eventual e marginalmente. Mas, essencialmente, seriam momentos em que essa sociedade se representa a si própria organizada, nas suas polaridades e nas suas hierarquias. O que eu sugeriria é que há aqui uma certa dualidade que opõe o funeral do Rio e as cerimônias fúnebres de Petrópolis. Por quê? Desde a hora da morte, em que a perda da fala aparece como um esvaziamento da figura sobre-humana do Rui, que se distingua pela sua capacidade oratória, pela sua fala, pelo seu cérebro.

Há, nesse sentido, um esvaziamento que se pode considerar um símbolo do próprio esvaziamento religioso, da *kénosis*, associada ao próprio Cristo, que desce da sua condição de filho de Deus e igual a Deus para uma condição encarnada, de homem, e que morre. Esse esvaziamento representado pela perda da fala é, de certo modo, também cumprido pelo restante dos funerais, em que o elemento religioso ressalta o efeito da morte que a todos iguala. Naturalmente, essa “igualdade” deve ser lida entre aspas, porque é claro que nem todos tinham esse tipo de cortejo, muito menos esse tipo de câmara ardente. Mas isso não destoa muito de alguém da classe social do Rui. Em Petrópolis, o elemento religioso torna Rui um morto entre os mortos. Esses ritos são ritos mesmo de passagem e não ritos de estrutura. Não é tanto a sociedade que é representada, mas o homem Rui que se transforma e que empreende a sua passagem deste mundo para o outro. E, nesse sentido, eu diria que não há uma oposição, há uma dualidade complementar entre a etapa de Petrópolis e a etapa do Rio de Janeiro, realizando um pouco aquilo que um crítico de Rui, o padre José Carolino de Menezes, tinha apontado como algo que faltava nas cerimônias do Jubileu. É o João Felipe que ressalta:

afirmou que estava ausente nas cerimônias jubilares qualquer similar àquele escravo que, nas cerimônias de triunfo dos heróis romanos, acompanhavam-nos em seus carros para, de vez em quando, puxá-los pela roupa e gritar-lhes: “*Respice post te, hominem te memento!*” (Olha para trás, aqui para mim, e não te esqueças de que não passas de um homem como eu)”.<sup>4</sup>

Eu acho podemos atribuir à etapa petropolitana dos funerais esse complemento de humanidade que talvez faltasse ao velório público de Rui. E acho também que isso é mais um ponto a justificar a montagem do quarto aqui no nosso museu, ressaltando essa dimensão humano-existencial, que acho que um museu-casa tende a assumir (Figura 12).

---

<sup>4</sup> Gonçalves cita pe. Carolino de Menezes, conforme publicado no *Jornal do Commercio* de 10 de agosto de 1918 (GONÇALVES, 1999, p. 170).



**Figura 12** – Mostra "Adeus, conselheiro: 100 anos sem Rui Barbosa". Reconstituição do quarto em que Rui faleceu

**Foto:** A.C. Nogueira, 2023.

**Fonte:** Acervo MCRB.

Como eu já disse em outros momentos, acho que ao longo do tempo nosso museu foi sendo menos um museu da figura pública do Rui (mesmo sem nunca deixar de sê-lo), e cada vez mais um Museu Casa de Rui Barbosa. Museu que conserva algo da experiência humana daquele momento de existência histórica no Rio de Janeiro e no Brasil.

## Bibliografia

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. (Saraiva de Bolso)

GONÇALVES, João Felipe Ferreira. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa*: a construção de um herói nacional. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

